

RELATÓRIO E CONTAS

2020



REPÚBLICA
PORTUGUESA
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

Índice

Apresentação.....	9
Missão, Visão e Valores.....	12
Estrutura orgânica do HFF.....	13
Análise do ambiente interno e externo	14
Atividade Assistencial	31
Consulta Externa	32
Consulta Externa Médica	32
Internamento.....	38
Urgência	41
Hospital de Dia	44
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	44
Outras atividades assistenciais.....	45
Partos.....	45
Centros de referência	45
Programa de saúde mental.....	46
Programas de gestão de doença crónica	47
Implantes cocleares	48
Apoio à atividade assistencial	48
Serviço de Farmácia	48
Serviço Social	50
Serviço de Gestão Hoteleira	51
Lavandaria.....	52
Gestão de Resíduos.....	52
Alimentação	53
Objetivos e Resultados	54
Atividade	54
Objetivos de qualidade e eficiência económico-financeira	56
Recursos Humanos	57
Sistema de Gestão da Qualidade.....	63
Indicadores de desempenho económico-financeiro	67
Cumprimento das Obrigações Legais	73
Informação adicional específica para o setor da saúde	87
Demonstrações não financeiras	89
Desempenho económico-financeiro	97
Demonstrações financeiras.....	97
Balanço	97

Demonstração de Resultados por natureza	98
Demonstração das alterações do Património Líquido	98
Demonstração de Fluxos de Caixa	99
Acontecimentos após a data de relato	100
Proposta de Aplicação de Resultados	102
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	103
Demonstrações Orçamentais	133
Relatório e parecer do Conselho Fiscal	140

*
A
?
CH
[Signature]

Índice de Quadros

Quadro 1 – Especialidades e Serviços do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca	9
Quadro 2 - Análise SWOT do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca	14
Quadro 3 – Consultas realizadas por especialidade	33
Quadro 4 – Evolução indicadores monitorização da LEC	34
Quadro 5 – CTH – Número de doentes a aguardar consulta de 1.ª vez em dezembro de 2018, 2019 e 2020	35
Quadro 6 – Consultas realizadas por profissionais não médicos	35
Quadro 7 – Intervenções cirúrgicas por especialidade e regime	37
Quadro 8 – Evolução indicadores monitorização da LIC	38
Quadro 9 – Doentes saídos por especialidade	40
Quadro 10 – Evolução dos GDH Ambulatório	41
Quadro 11 – Evolução dos atendimentos por tipologia de urgência	42
Quadro 12 – Atendimentos na urgência por cor da Triagem de Manchester	43
Quadro 13 – Sessões e doentes tratados em hospital de dia por especialidade	44
Quadro 14 – MCDT realizados no hospital e no exterior	45
Quadro 15 – Partos por tipologia	45
Quadro 16 – Atividade dos centros de referência por linha de produção do Contrato Programa	46
Quadro 17 – Atividade dos programas de gestão de doença crónica	47
Quadro 18 – Atividade colocação implantes cocleares	48
Quadro 19 – Medicamentos de dispensa gratuita em ambulatório	50
Quadro 20 – Resíduos Hospitalares por Grupo	52
Quadro 21 – Refeições servidas	53
Quadro 22 – Acompanhamento do Acordo Modificativo	55
Quadro 23 – Objetivos de qualidade e eficiência económico-financeira	56
Quadro 24 – Distribuição dos colaboradores por sexo e por grupo profissional	57
Quadro 25 – Horas e montantes processados em regime de prestação de serviços, por grupo profissional	61
Quadro 26 – Sistemas de informação existentes no HFF	62
Quadro 27 – Execução Orçamental 2019 e 2020	65
Quadro 28 – Formação em 2020 por grupo profissional	66
Quadro 29 – Resultados	67
Quadro 30 – Rendimentos	67
Quadro 31 – Gastos	68
Quadro 32 – Estrutura dos Gastos	68
Quadro 33 – CMVMC	69
Quadro 34 – Produtos Farmacêuticos	69
Quadro 35 – Fornecimentos e Serviços Externos	69
Quadro 36 – Gastos com o pessoal	70
Quadro 37 – Impacto Gastos COVID	71
Quadro 38 – Balanço	72
Quadro 39 – Indicadores	72
Quadro 40 – Estimativa de Rendimentos Contrato Programa	73
Quadro 41 – Índice Desempenho Global	74
Quadro 42 – Valor Contratualizado, Realizado e Contabilizado	74

Quadro 43 – Execução do plano de investimentos inscrito no plano de atividades e orçamento	75
Quadro 44 – Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	75
Quadro 45 – Encargos Financeiros e Taxa Média de Financiamento	76
Quadro 46 – Passivo Remunerado	76
Quadro 47 – Prazo Médio de Pagamentos	76
Quadro 48 – Pagamentos em atraso	76
Quadro 49 – Mandato Conselho de Administração	77
Quadro 50 – Acumulação de Funções	78
Quadro 51 – Remuneração Mensal do Órgão de Administração	78
Quadro 52 – Remuneração Anual do Órgão de Administração	78
Quadro 53 – Benefícios Sociais do Órgão de Administração	79
Quadro 54 – Mandato do Conselho Fiscal	79
Quadro 55 – Remuneração Anual do Conselho Fiscal	79
Quadro 56 – Mandato do Revisor Oficial de Contas	79
Quadro 57 – Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços	80
Quadro 58 – Gastos em comunicações	80
Quadro 59 – Medidas de redução de gastos operacionais	83
Quadro 60 – Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	84
Quadro 61 – Disponibilidades e Aplicações Financeiras - IGCP	84
Quadro 62 – Depósitos à ordem na Banca Comercial	84
Quadro 63 – Informação a constar no sítio da Internet do SEE	85
Quadro 64 – Informação sistematizada quanto ao cumprimento das orientações legais	86
Quadro 65 – Execução financeira de Contratos Programa	87
Quadro 66 – Saldos devedores e credores de entidades pertencentes ao SNS	87
Quadro 67 – Investimentos realizados em 2020, de valor superior a 100.000 €	88
Quadro 68 – Matriz de riscos	92
Quadro 69 – Identificação de riscos	93
Quadro 70 – Balanço	97
Quadro 71 – Demonstração de Resultados por natureza	98
Quadro 72 – Demonstração das Alterações do Património Líquido	98
Quadro 73 – Demonstração de Fluxos de Caixa	99
Quadro 74 – Impacto Medida 95 e 96 nos gastos 2021 à data do relato	100
Quadro 75 - 1.1. Desagregação de caixa e depósitos	105
Quadro 76 – Valor Contratualizado, Realizado e Contabilizado	114
Quadro 77 - Acréscimo de Rendimentos	115
Quadro 78 - Acréscimo de Rendimentos – SNS	115
Quadro 79 - Tabela 4.1. Acordos de concessão de serviços: concedente	115
Quadro 80 - 5.1. Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	116
Quadro 81 - 5.2. Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período	116
Quadro 82 - 5.2. Ativos fixos tangíveis – adições	118
Quadro 83 – Donativos ACSS	118
Quadro 84 – Donativos outras entidades	119
Quadro 85 – Protocolo de cooperação institucional entre o HFF e os Municípios de Amadora e Sintra	119
Quadro 86 – Doações Município de Sintra equipamentos e bens e serviços	120
Quadro 87 – Locações Operacionais	120
Quadro 88 – Custo de empréstimos obtidos	120
Quadro 89 - 9.1. Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa	121

Quadro 90 - 10.1. Inventários.....	122
Quadro 91 - 10.1. Inventários - Movimentos do período.....	122
Quadro 92 - 13.1. Rendimentos com contraprestação	123
Quadro 93 - 13.2. Rendimentos com contraprestação – Detalhe Prestação de Serviço.....	123
Quadro 94 - 14.1. Rendimentos sem contraprestação.....	124
Quadro 95 - 15.1. Provisões	124
Quadro 96 – Impacto Medida 95 e 96 nos gastos 2021 à data do relato.....	125
Quadro 97 - 18.1 - Ativos financeiros.....	126
Quadro 98 - 18.2 - Passivos financeiros.....	127
Quadro 99 - 19.1. Benefícios dos empregados - Valor presente da obrigação de benefícios definidos ..	128
Quadro 100 - 20.1.1. Divulgações de partes relacionadas - Ganhos/Ativos	129
Quadro 101 - 20.1.2. Divulgações de partes relacionadas Gastos/Passivos	129
Quadro 102 - Informação dos saldos devedores e saldos credores das entidades pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde a 31-12-2020.....	130
Quadro 103 – Outros rendimentos e ganhos.....	131
Quadro 104 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	131
Quadro 105 – Demonstração do desempenho orçamental recebimentos.....	133
Quadro 106 – Demonstração do desempenho orçamental pagamentos	134
Quadro 107 – Demonstração de execução orçamental da receita	135
Quadro 108 – Demonstração de execução orçamental da despesa	135
Quadro 109 – Alterações orçamentais da receita	136
Quadro 110 – Alterações orçamentais da despesa	137
Quadro 111 – Transferências e subsídios.....	138
Quadro 112 – Dívidas por antiguidade de saldos.....	139

Índice de Figuras

Figura 1 - Organograma HFF.....	13
Figura 2 - Evolução das consultas médicas.....	32
Figura 3 - Evolução das primeiras consultas médicas.....	34
Figura 4 - Evolução da atividade cirúrgica	36
Figura 5 – Evolução dos doentes saídos	39
Figura 6 – Evolução dos doentes internados COVID	39
Figura 7 - Evolução dos atendimentos na Urgência	42
Figura 8 - Média de atendimentos na urgência por dia	43
Figura 9 – Evolução das sessões de hospital de dia.....	44
Figura 10 – Distribuição dos colaboradores por grupo profissional.....	57
Figura 11 – As carreiras especiais de saúde (CES) no HFF, EPE	58
Figura 12 – As carreiras especiais de saúde (CES) no HFF, EPE	58
Figura 13 – Média da escolaridade dos colaboradores do HFF.....	59
Figura 14 – Distribuição dos colaboradores por habilitações literárias.....	59
Figura 15 – Média da distribuição por tipo de ausência no HFF, EPE.....	60
Figura 16 – Entradas e Saídas de colaboradores	60

Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2020 foi indelévelmente marcado pela pandemia de COVID-19, com forte impacto no Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE (HFF). Nos primeiros 12 meses da pandemia, o HFF registou um total acumulado de 31.320 atendimentos no Serviço de Urgência – Área de Dedicada a Doentes Respiratórios, 3.120 internamentos de doentes em Enfermarias dedicadas à COVID-19, e 301 doentes cuja evolução da infeção por SARS-CoV-2 obrigou à transferência para os Cuidados Intensivos.

O impacto da pandemia de COVID-19 sentiu-se a vários níveis, dos quais se salienta: 1) atividade assistencial, por ter sido dos hospitais da região de Lisboa e Vale do Tejo com mais doentes COVID-19 internados em enfermaria e cuidados intensivos; 2) recursos humanos, pelo marcado desgaste das equipas e pela necessidade de alocar recursos às áreas de internamento COVID-19, principalmente, aos cuidados intensivos, com especial impacto no Bloco Operatório Central; 3) infraestrutural, com a necessidade de adaptação de espaços e desenvolvimento de áreas de internamento para doentes COVID-19.

Apesar deste forte impacto da pandemia, o HFF manteve o foco nos seus principais eixos estratégicos de desenvolvimento:

- 1) Os utentes como o centro do sistema de saúde;
- 2) Os profissionais, cuja valorização é fundamental para a melhoria dos cuidados de saúde prestados;
- 3) O hospital, que deve ser moderno, eficiente, sustentável e inovador;
- 4) A comunidade, de quem a instituição deve estar próxima e em estreita articulação.

Efetivamente, e apesar de todos os constrangimentos, durante o ano 2020, foram desenvolvidos importantes projetos centrados na melhoria da eficiência dos processos e da experiência do utente, nomeadamente a formação no âmbito da metodologia Lean no Serviço de Urgência Geral, Consulta Externa e Imagiologia. Foi também iniciado o projeto HFF + Próximo, que visa simplificar e melhorar o contacto do utente com o HFF. Também a comunicação, interna e externa, foi robustecida, de forma a melhorar a imagem externa do hospital, perante a comunidade que serve e todos os restantes *stakeholders*, bem como facilitar a comunicação entre os profissionais e serviços.

No que concerne a melhoria de infraestruturas do HFF, foram realizados em 2020 marcantes projetos, dos quais se salienta a requalificação e reequipamento do Bloco Operatório Central; a criação de uma nova área de consulta, com 11 gabinetes; a construção de uma nova Unidade de Cuidados Intensivos, nível II, com 15 camas; e a criação de uma área dedicada a doentes respiratórios do Serviço de Urgência Geral, com 700 metros quadrados de área útil.

Apesar das limitações decorrentes da pandemia de COVID-19, a atividade assistencial aos utentes não

COVID manteve-se uma preocupação central do HFF, evidente pela diminuição de 42% dos doentes inscritos em lista de espera para primeira consulta e de 4,8% nos doentes em lista de espera para cirurgia.

Apesar do ano extraordinariamente difícil que o país atravessou, o HFF esteve sempre presente para os mais de 550.000 habitantes que pertencem à sua área de influência direta, sabendo simultaneamente renovar-se e melhorar continuamente na qualidade dos serviços de saúde que presta.

Este desempenho, e a capacidade de resposta num período tão adverso, deveu-se à extraordinária capacidade de dedicação, empenho e profissionalismo de todos os colaboradores do HFF. A todos eles, e em nome do Conselho de Administração, envio a minha palavra de sentido agradecimento.

Marco Lopes Ferreira

Presidente do Conselho de Administração

Apresentação

O HFF, criado pelo Decreto-Lei nº 382/91, de 9 de outubro, constitui-se como hospital de primeira linha para os cerca de 550.000 habitantes dos Concelhos de Amadora e de Sintra, desenvolvendo atividade assistencial e atividade de investigação, ensino e formação pré e pós-graduada.

Foi a primeira experiência de gestão privada de um hospital do SNS, tendo regressado à esfera da gestão pública em 2009, depois de uma experiência de 13 anos num modelo que se aproximava do que atualmente são as PPP. O modelo económico-financeiro da gestão privada do HFF foi sempre baseado na produção e eficiência orientada para os resultados, tendo sido implementado em 2003 um sistema de financiamento transversal, baseado na contratualização da atividade base (que teria de ser cumprida pelos Serviços) e contratualização de atividade adicional ou complementar, remunerada.

O HFF é um Hospital acreditado pelo CHKS, tem 12 serviços certificados pela norma NP EN ISO 9001:2015, está organizado Departamentos, Serviços e Unidades Funcionais e desenvolve atividade em todas as linhas de produção, nas especialidades médicas e cirúrgicas que constam no quadro seguinte:

Quadro 1 – Especialidades e Serviços do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca

DEPARTAMENTO DE MEDICINA, ESPECIALIDADES MÉDICAS E URGÊNCIA Serviço de Medicina Interna 1 Serviço de Medicina Interna 2 Serviço de Medicina Interna 3 Serviço de Medicina Interna 4 Serviço de Medicina Intensiva Serviço de Urgência Geral e Urgência Básica Serviço de Cardiologia Serviço de Gastrenterologia Serviço de Infeciologia Serviço de Nefrologia Serviço de Neurologia Serviço de Oncologia Serviço de Pneumologia Hospital de Dia Polivalente Unidade de Medicina Desportiva Unidade da Dor	DEPARTAMENTO DE CIRURGIA E ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS Bloco Operatório Serviço de Anestesiologia Serviço de Cirurgia Geral Serviço de Ortopedia Serviço de Urologia Serviço de Oftalmologia Serviço de Otorrinolaringologia Unidade de Cirurgia Maxilo-Facial Unidade de Cirurgia Plástica e Reconstructiva
DEPARTAMENTO DE SAÚDE MENTAL Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental de Adultos Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental da Infância e Adolescência Unidade de Psicologia	DEPARTAMENTO DA MULHER Serviço de Ginecologia Serviço de Obstetrícia Serviço de Urgência Obstétrica e Ginecológica DEPARTAMENTO DE MCDT Serviço de Anatomia Patológica Serviço de Imagiologia Serviço de Medicina Física e de Reabilitação Serviço de Neurorradiologia Serviço de Patologia Clínica Serviço de Sangue e Medicina Transfusional
DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO JOVEM Serviço de Pediatria Serviço de Neonatologia Unidade de Cirurgia Pediátrica	

O HFF tem uma lotação oficial de 802 camas, estando em processo de submissão à Tutela a alteração da lotação que resulta da instalação da UCI nível II e de alguns acertos de layout.

Destas camas, 61 são dedicadas a Cuidados Intensivos e Especiais, 15 camas na nova UCI nível 2, disponíveis desde 15 de janeiro de 2021.

Destaca-se a existência de um Bloco Operatório com 11 salas e um Bloco de Partos com 3 salas.

O HFF tem uma Urgência Médico-cirúrgica, constituída pela Urgência Geral, Urgência de Obstetrícia e de Ginecologia e Urgência de Pediatria e um Serviço de Urgência Básica localizado na Freguesia de Algueirão - Mem Martins.

Mantém estreito contacto com os ACES da área de influência, Amadora e Sintra, realçando os Cuidados de Saúde com equipas fixas da Psiquiatria deslocalizadas nos Centros de Saúde da Brandoa, Damaia/Reboleira, Venteira e Queluz/Massamá e ainda o Serviço de Pedopsiquiatria instalado no edifício do Centro de Saúde de Queluz, inaugurado em setembro de 2017.

Saliente-se ainda o relacionamento próximo com outras estruturas da comunidade, tais como Autarquias e IPSS.

Do presente e do futuro

O ano de 2020 decorreu num contexto de elevada complexidade e incerteza, decorrente da situação de Emergência de Saúde Pública de âmbito Internacional declarada a 30 de janeiro de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19), com posterior declaração de Pandemia decretada a 11 de março de 2020.

As novas exigências associadas à pandemia da COVID-19 que se juntam às crescentes necessidades de cuidados de saúde de uma população envelhecida e com maior prevalência de doenças crónicas, a necessidade cada vez maior de recurso a tecnologias diagnósticas e terapêuticas dispendiosas e a disponibilidade de armamentário farmacológico inovador, com preços elevados, às restrições económico-financeiras, que são hoje estruturais, colocam desafios às equipas de gestão do HFF. Esta realidade exige uma gestão rigorosa e sustentável, com forte envolvimento de todas as equipas em todos os níveis da Instituição.

Atualmente, os principais desafios do HFF são:

- Apresentar uma rápida adaptação em função da evolução epidemiológica a nível nacional, nomeadamente no que diz respeito à alocação de serviços e RH a áreas de tratamento de doentes com COVID-19;
- Dar resposta às necessidades em saúde dos doentes, considerando a nova realidade decorrente da situação epidemiológica existente, e responder aos objetivos e prioridades da política de saúde vigente, em termos de acesso e de melhoria da qualidade e da eficiência, nomeadamente:

- Aumentar a atividade de 1ª consultas referenciadas pelos CSP de forma a resolver a LEC com mais de 9 meses e aumentar a percentagem de consultas realizadas dentro dos TMRG.
- Aumentar a atividade cirúrgica de forma a resolver a LIC com mais de 1 ano e aumentar a percentagem de cirurgias realizadas dentro dos TMRG.
- Alargar o modelo de organização em Centro de Responsabilidade Integrado (CRI).
- Manter a certificação dos Centros de Referência (CRe)
- Acreditação em Saúde, desenvolvido pela Direção-Geral da Saúde (DGS). Assegurar a melhoria contínua da qualidade e segurança dos cuidados de saúde prestados, bem como a satisfação dos nossos utentes, de forma a criar valor em saúde;
- Aumentar a eficiência na utilização e gestão dos recursos disponíveis, visando a sustentabilidade económico-financeira do hospital.

Os obstáculos principais ao pleno cumprimento destes objetivos residem fundamentalmente na dificuldade de contratar e manter recursos humanos de forma a dar estabilidade às equipas, tornando o HFF mais concorrencial em relação a hospitais privados e PPP; e na capacidade de investimento para modernizar instalações e equipamentos, muitos dos quais obsoletos.

Para superar as dificuldades e atingir os objetivos a que nos propomos, é fundamental o apoio da Tutela na alteração do pagamento associado à penosidade nos serviços de urgência, bem como o menor condicionamento à contratação de recursos humanos, incluindo recursos afetos a áreas de apoio e de prestação não direta de cuidados, sem o qual os resultados pretendidos estão comprometidos.

Apesar de todos os obstáculos identificados o HFF planeou para o triénio importantes projetos com vista a endereçar os principais desafios, sendo de destacar os projetos concretizados em 2020 como a requalificação do Bloco Operatório (obras, marquesas, pantoffs), o equipamento de Tomografia Axial Computorizada, a Unidade construção modular para o Serviço de Urgência Geral e da Unidade de Cuidados Intensivos nível II (UCI II) e entre 2021 e 2022 o plano de prevenção da Legionella que inclui o projeto hidráulico de renovação da totalidade das canalizações, o projeto da expansão do internamento da Psiquiatria (concurso a iniciar em 2020) e os projetos de eficiência energética tais como a substituição do revestimento e cobertura do edifício.

É ainda de salientar o importante projeto que se coloca no próximo triénio, a construção do Hospital de Proximidade de Sintra, que constituirá com o HFF o Centro Hospitalar Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE (Portaria nº 212-A/2018, de 28 de março). Este polo hospitalar permitirá colmatar algumas das

lacunas atuais do HFF (nomeadamente o baixo ratio de camas por mil habitantes) e melhorar consideravelmente a qualidade e o acesso a cuidados das populações dos concelhos de Amadora e Sintra.

Na área dos sistemas de informação iniciou-se a implementação de projetos, cofinanciados ou em candidatura (SAMA), tais como o de Capacitação dos Centros de Referência que inclui a Gestão do Circuito do Medicamento, o do Circuito de Compras e Logística e o do Circuito dos Exames / Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.

No que respeita aos recursos humanos, para o ano 2020, estava planeada a retoma do processo de conciliação inerente à revisão do Acordo de Empresa (dependente de orientações da Tutela) bem como a aplicação das progressões automáticas e abertura de concursos internos para os grupos profissionais de enfermagem, pessoal administrativo, pessoal técnico superior e pessoal técnico de diagnóstico, o que não foi possível de concretizar devido à Pandemia.

Missão, Visão e Valores

Missão

O HFF tem por missão a prestação de cuidados de saúde humanizados e diferenciados em todo o ciclo de vida da pessoa, em articulação com os cuidados de saúde primários e continuados, bem como com os demais Hospitais integrados na rede do Serviço Nacional de Saúde, utilizando, adequadamente, os recursos humanos e materiais, em obediência aos princípios da qualidade, de efetividade e eficiência. Faz também parte da sua missão a investigação, o ensino e a formação pré e pós-graduada de profissionais de saúde e de outros profissionais.

Visão

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, pretende ser um Hospital de referência em termos de facilidade do acesso no processo assistencial, de articulação com os cuidados de saúde primários, de promoção do trabalho multidisciplinar, de elevada satisfação dos utentes e profissionais, bem como da boa gestão, tornando o Hospital um projeto economicamente sustentável.

Valores

A atividade desenvolvida pelos colaboradores do Hospital rege-se por procedimentos e atitudes assentes em práticas humanistas e princípios estruturais, num quadro de permanente e atuante disponibilidade, de dignificação humana e profissional, de responsabilização, participação e diálogo e orienta-se em função dos interesses dos doentes e suas famílias, numa perspetiva de defesa do direito à proteção da

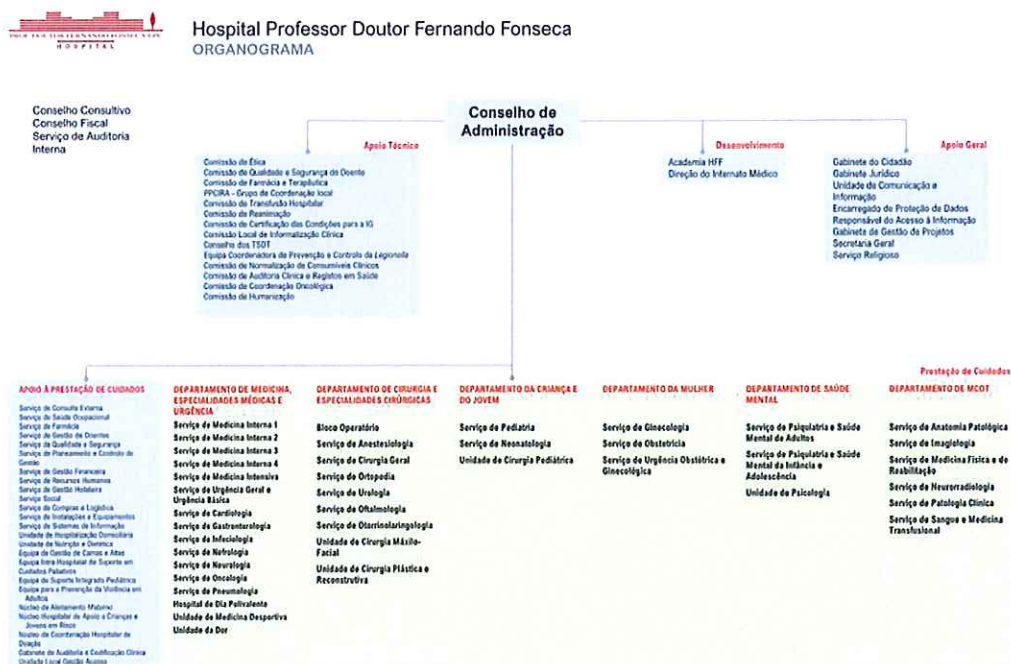
saúde e da satisfação das suas necessidades e preferências individuais. Fazem igualmente parte dos valores institucionais a honestidade e retidão na relação com terceiros, sejam doentes, fornecedores ou entidades técnicas e oficiais, obrigando-se todos os colaboradores do Hospital a pautarem o seu comportamento pelas normas de ética e deontologia aplicáveis.

Estrutura orgânica do HFF

São Órgãos Sociais do HFF o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas e o Conselho Consultivo.

O Hospital organiza-se em Estruturas de Prestação de Cuidados e Estruturas de Apoio à Prestação de Cuidados e Estruturas de Gestão, Estruturas de Investigação, conforme o Organograma em anexo (atualmente em processo de homologação pela tutela).

Figura 1 - Organograma HFF



Análise do ambiente interno e externo

Quadro 2 - Análise SWOT do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca

	ASPETOS POSITIVOS	ASPETOS NEGATIVOS
	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
AMBIENTE INTERNO	- Hospital acreditado; - Centros de Referência; - Diferenciação e motivação do corpo clínico e dos serviços de apoio; - Internato Médico – Formação; - Ensino e investigação clínica; - Instituição de referência ao nível dos ensaios clínicos; - Desenvolvimento das Tecnologias de Informação; - Cultura de gestão; - Cultura institucional - sentimento de pertença, espírito de equipa e polivalência; - Reconhecida capacidade formativa pré e pós-graduada.	- Falta de recursos humanos e dificuldade em cativar os existentes; - Baixo rácio de camas de internamento de agudos por 1.000 habitantes; - Tempos máximos de resposta garantidos, acima dos definidos; - Degradação de equipamentos e do edifício; - Dependência de modelo de financiamento, que se encontra desatualizado e desajustado da realidade, com elevado peso de atividades não financiadas; - Insuficiente estrutura de capitais para concretizar investimentos prioritários.
AMBIENTE EXTERNO	OPORTUNIDADES - Melhoria da articulação com os ACES; - Desenvolvimento de projetos na Comunidade para a Literacia e Promoção da Saúde; - Fomentar e consolidar a articulação com vários <i>stakeholders</i>: Câmaras Municipais, Juntas de freguesia, centros de dia locais, lares, entre outros; - Afilições e protocolos com outros hospitais e universidades; - Possibilidade de captar utentes SIGIC de outros Hospitais; - Criação do Centro Hospitalar Prof. Doutor Fernando Fonseca (Hospital de Proximidade de Sintra); - Autonomia de gestão.	AMEAÇAS - Políticas restritivas de contratação de recursos humanos; - Fraca resposta da RNCCI e da Segurança Social; - Perda de valências/diferenciação; - Procura excessiva dos Serviços de Urgência; - Aumento da prevalência de doenças crónicas, com terapêuticas inovadoras cada vez mais dispendiosas; - Concorrência de hospitais do setor privado no recrutamento de pessoal; - Suborçamentação ou subfinanciamento, que impeçam o cumprimento de LCPA; - Autonomia de gestão condicionada a limitações impostas pelas Tutelas.

Eixos Estratégicos e Planos de Ação

A visão estratégica preconizada para o triénio 2020-2022 pelo Conselho de Administração, baseia-se na realidade do HFF e nos desafios que se colocam às instituições hospitalares do SNS. Assenta nos seguintes 4 eixos:

- 1) **Utentes** – o centro do sistema;
- 2) **Profissionais** – mais valorização, melhores cuidados;
- 3) **Hospital** – eficiência, sustentabilidade e inovação;
- 4) **Comunidade** – proximidade com a população.

1) UTENTES – o centro do sistema



Ação I: MELHORAR O ACESSO E ADEQUAR A OFERTA DE CUIDADOS DE SAÚDE ÀS NECESSIDADES DAS POPULAÇÕES

A melhoria do acesso aos cuidados de saúde é fulcral para cumprir o desiderato do SNS, assim como a disponibilização da tipologia e diferenciação de cuidados que a população servida pelo HFF necessita.

Promover o acesso

- Reduzir os tempos de triagem do pedido de consulta para os valores preconizados;
- Reduzir os tempos de espera para primeira consulta, resolvendo todos os pedidos com mais de 9 meses de espera (aumentar a eficiência no Serviço de Consulta Externa, diminuir a taxa de desmarcações, alargar o período de funcionamento da consulta externa, nomeadamente para os sábados);
- Reduzir o tempo de espera para cirurgia, resolvendo todos os utentes em LIC com mais de 12 meses (melhorar a taxa de ocupação e a eficiência do Bloco Operatório, reduzir a taxa de cancelamentos cirúrgicos, aumentar a percentagem de cirurgias de ambulatório para procedimentos ambulatorizáveis, implementar a central de agendamento cirúrgico e melhorar o processo de planeamento operatório);
- Garantir a resolução da LIC de neoplasia maligna dentro do TMRG;
- Melhorar a capacidade de resposta aos pedidos de MCDT e promover a internalização de exames que atualmente vão para o setor convencionado, no HFF ou em Hospitais SNS;
- Incentivar a utilização dos Cuidados de Saúde Primários;

- Dinamizar a atividade da Unidade Local de Gestão de Acesso, que contribuirá para garantir a prestação de cuidados de saúde dentro dos TMRG e de acordo com o princípio da equidade no acesso e do respeito pela prioridade clínica em que o utente é classificado.

Dada a situação extraordinária vivida em 2020, não foi possível implementar o conjunto de medidas planeadas para promover o combate às listas de espera para a consulta e para a cirurgia. No entanto, no decorrer do ano, foram implementadas iniciativas no sentido de garantir a redução dos tempos de espera como sendo:

- contratação de salas cirúrgicas no exterior para a realização de cirurgias em regime de ambulatório,
- implementação dos valores de pagamento de incentivos aos profissionais de saúde previstos no plano de recuperação e resiliência por forma a reduzir os impactos da pandemia nos tempos espera;

Promover a ambulatorização de cuidados

- Aumentar a percentagem de cirurgias de ambulatório para procedimentos ambulatorizáveis;
- Implementar o projeto de Hospitalização Domiciliária, que iniciou em 2020 com 5 camas, podendo aumentar até um total de 15 camas.

A Hospitalização Domiciliária foi iniciada em outubro de 2020, com 5 camas. Nos três primeiros meses de projeto tiveram alta do serviço 27 doentes.

Promover a redução da demora média de internamento

- Promover auditorias anuais de Processo de Revisão de Utilização;
- Potenciar a utilização dos Hospitais de Dia;
- Agilizar a resposta dos MCDT;
- Programar a alta nas primeiras 24 horas de internamento;
- Elaborar protocolos clínicos de forma a uniformizar procedimentos e promover a alta em tempo adequado;
- Sinalizar e referenciar atempadamente os utentes para a RNCCI.

Rever a carteira de serviços

De forma a adequar os cuidados de saúde prestados às necessidades das populações, assim como promover a diferenciação dos mesmos, é fundamental rever a carteira de serviços. Para além da especialidade de Genética Médica e da Unidade de Traumatologia que iniciaram atividade no HFF em 2019, deu-se início ao projeto da Unidade de Medicina Desportiva. Entre 2021-2022 pretende-se expandir a aplicação do modelo de Gestão Integrada da Doença, criando Unidades Multidisciplinares de Prática

Integrada, nomeadamente nas seguintes áreas:

- Sono;
- Insuficiência cardíaca;
- Hipertensão arterial;
- Cirurgia de cabeça e pescoço;
- Patologia da Mama.

AÇÃO II: MELHORAR A QUALIDADE E A SEGURANÇA DOS CUIDADOS, PROMOVER A GOVERNAÇÃO CLÍNICA

Acreditado desde 2000 (o primeiro a nível nacional pelo CHKS – então *The King's Fund*), o HFF tem na Qualidade um dos seus principais eixos estratégicos de desenvolvimento. Os principais focos nesta área para o próximo triénio serão:

Tornar o HFF numa organização de alta confiabilidade

- Criar condições para a manutenção da acreditação pelo CHKS (ou outro modelo de acreditação) para a globalidade do HFF;
- Criar condições para a certificação dos serviços ISO de acordo com a norma ISO 9001:2015 (ou por normas ISO específicas);
- Manter a acreditação ACSA/DGS para os Centros de Referência “Oncologia de Adultos – Cancro do Reto” e “Oncologia de Adultos – Cancro hepatobilio-pancreático” e promover a criação de novos centros de referência (nacionais ou internacionais);
- Promover a expansão de programas de excelência clínica, como os programas ERAS e *Angels*, implementados em 2018 e 2019, respetivamente;
- Promover a atividade do PPCIRA e a criação do PAPA.
- Promover a aplicação de ferramentas de avaliação de risco clínico (por exemplo, nutricional);
- Implementar o circuito do medicamento: permitirá melhorar o procedimento de prescrição médica, validação e administração de medicamentos. Com esta capacidade o HFF poderá evoluir investindo em repositórios acessórios de apoio à decisão, nomeadamente para automaticamente sinalizar pelo princípio ativo, alergia, dose, etc., com alarmística relevante. Paralelamente, será possível investir ao nível da segurança no ato da administração no ponto de cuidados;
- Criar o Serviço de Investigação, Epidemiologia Clínica e Saúde Pública Hospitalar.

Neste ano de pandemia COVID-19, a atividade do PPCIRA teve um acréscimo extraordinário, de modo a garantir a difusão e implementação das melhoras práticas no que respeita ao controlo da infeção.

Promover a abordagem por processos, clínicos e organizacionais

- Identificar e mapear os principais processos assistenciais transversais à organização (percursos do utente) e os específicos por contexto de prestação de cuidados;
- Agilizar e simplificar os processos, focando-os nas pessoas;
- Desenvolver a Gestão Integrada do Risco, como alavanca para a segurança clínica e organizacional;
- Promover uma cultura de consciência de risco no Hospital, que se reflete nos planos de atividades e gestão operacional dos serviços;
- Definir, monitorizar e comunicar o nível de Qualidade e Segurança da instituição, recorrendo a indicadores assistenciais;
- Promover metodologias de análise de ocorrências definidas no HFF e rever as mesmas com base nos referenciais nacionais e internacionais;
- Criar condições para a ligação da plataforma do HFF à plataforma nacional de notificação de incidentes.

Incrementar a auditoria clínica e organizacional como ferramenta da Governação Clínica

- Implementar programa de auditoria clínica tendo por base as Normas de Orientação Clínica da DGS, nomeadamente promovendo a atividade da Comissão de Auditoria Clínica e de Registos em Saúde;
- Manter a realização de auditorias ao Sistema de Gestão da Qualidade (registos em saúde, Consentimento Informado Válido para procedimentos cirúrgicos e para procedimentos invasivos, lista de verificação de segurança cirúrgica, etc.);
- Promover a avaliação de resultados em saúde.

Reforçar a política do medicamento

- Promover a utilização de bio equivalentes;
- Promover a atividade do grupo de trabalho multidisciplinar de apoio ao Monitor da Prescrição Médica, de forma a supervisionar o perfil de prescrição, identificando distorções e promovendo medidas corretivas;
- Implementar o PAPA.

Criar o “Gabinete de Otimização de Processos” no Serviço de Qualidade e Segurança

- Promover a formação de profissionais na utilização da metodologia Lean;
- Promover a revisão de processos com base na eficiência e redução do desperdício;
- Promover a revisão de processos com base na experiência do utente.

Em 2020 foi realizado o projeto de LEAN para as áreas dos MCDT, Consulta Externa e Urgência no sentido de identificar pontos de agilização do contacto dos utentes com a instituição, otimizando e melhorando processos.

Tornar o HFF seguro para as pessoas

- Divulgar, implementar e monitorizar as medidas de autoproteção definidas para o HFF no Plano de Segurança Interno;
- Assegurar a formação obrigatória em segurança (referencial Plano de Segurança Interno);
- Promover a implementação das medidas necessárias no âmbito da prevenção da *Legionella*;
- Realizar auditorias focalizadas a áreas específicas do Plano de Segurança Interno;
- Promover ações de formação relevantes no Plano de Segurança Interno;
- Planear e realizar simulacros.

AÇÃO III: PROMOVER A INCLUSÃO, HUMANIZAÇÃO E A CENTRALIDADE DO UTENTE E FAMÍLIA

O utente e a sua família devem ser o centro do sistema de saúde, e em todos os contactos, o HFF deve preocupar-se com a humanização dos cuidados que presta. Da mesma forma, deve promover um ambiente inclusivo e de equidade.

Valorizar a opinião e a participação dos utentes e família

- Promover a integração dos comentários e reclamações dos utentes em planos de ação para melhoria contínua dos serviços e nas necessidades de formação dos profissionais do HFF.
- Fomentar a participação ativa dos utentes na gestão das suas doenças;
- Implementar o novo modelo de inquérito de satisfação ao utente, testado em 2019 no HFF.

Com vista a valorizar a opinião e a participação dos utentes e família, foi implementado um novo modelo de avaliação da satisfação do utente e promoveu-se a integração dos comentários e reclamações dos utentes em planos de ação.

Desenvolver políticas, projetos e práticas na área da humanização, inclusão e diversidade

- Promover o projeto de articulação "Mutilação Genital Feminina: uma realidade", que teve início em 2019 no HFF;
- Dinamizar a atividade da Comissão de Humanização Hospitalar.

Melhorar a experiência do utente

- Aumentar o cumprimento da atividade assistencial com "hora marcada";
- Melhorar a acessibilidade dos utentes com mobilidade condicionada;
- Melhorar a sinalética para orientação dos utentes;
- Humanizar os espaços do HFF;
- Promover o "Hospital sem fumo";
- Implementar o *Soarian Scheduling*, que consiste numa ferramenta de agendamento que permitirá endereçar o desafio da gestão da capacidade instalada (meios, humanos, espaços e equipamentos) de uma forma mais eficiente. O impacto e os benefícios para o utente serão diretos e imediatos: marcação de consultas subsequentes (pelos clínicos), agendamento de Patologia Clínica, sessões de Medicina Física e de Reabilitação, Bloco Operatório e MCDT;
- Implementar a central de agendamento de consulta, cirurgia e MCDT (integrada no centro de contacto HFF + Próximo) facilitando os procedimentos de agendamento, o controlo efetivo das listas de espera e a redução de doentes transferidos para entidades convencionadas SIGIC.

ACÇÃO IV: DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO VERTICAL DOS CUIDADOS

Uma efetiva integração vertical dos cuidados, com a consequente melhoria dos resultados em saúde, requer uma interação próxima e um contacto privilegiado com os ACES. Como tal, para além de manter as reuniões periódicas de análise de situação e desenvolvimento de projetos com os ACES de Amadora e Sintra, pretendemos:

Desenvolver projetos de gestão integrada da doença com os Cuidados de Saúde Primários

- Desenvolver o projeto de gestão integrada das demências/ deterioração cognitiva, iniciado em 2019;
- Implementar planos de gestão integrada de doenças crónicas em articulação com os cuidados de saúde primários.

Realizar protocolos de cooperação com hospitais do SNS para resolução de listas de espera

Melhorar a qualidade da referênciação por CTH-ALERT

- Promover e implementar protocolos clínicos com a definição de critérios de referênciação por especialidade e patologia, de forma a aumentar a qualidade das referenciações e reduzir o número de pedidos recusados ou devolvidos.

Reduzir o número de episódios de urgência

- Implementar o projeto de articulação na “Gestão do Circuito do Utente Não Urgente” no Serviço de Urgência Geral do HFF, que visa orientar para os cuidados de saúde primários utentes que não carecem, clinicamente, dos cuidados hospitalares ao nível da urgência;
- Aprofundar o projeto de articulação dos “Grandes Utilizadores do Serviço de Urgência Geral”, iniciado em 2018, que visa reduzir o número de episódios dos grandes utilizadores (mais de 4 episódios de urgência por ano).

Desenvolver a TeleSaúde e as consultas descentralizadas

- Implementar uma solução tecnológica de TeleSaúde, transversal ao HFF;
- Implementar o projeto de telemonitorização dos utentes com DPOC e dos utentes com insuficiência cardíaca congestiva;
- Fomentar a TeleSaúde na área de consultoria de dermatologia a doentes internados;
- Fomentar o recurso a consultas descentralizadas (nomeadamente nas especialidades de Cardiologia e Pediatria).

No sentido de não diminuir a prestação de atividade no contexto pandémico, o HFF incentivou a TeleSaúde, tanto no que respeita à teleconsulta como à telemonitorização da DPOC.

Promover a articulação com a RNCCI

- Sinalizar e referenciar atempadamente os utentes para a RNCCI;
- Aumentar o contacto com a RNCCI de forma a agilizar a transferência dos utentes para vagas da rede.

A articulação com a RNCCI e com a Segurança Social melhorou significativamente, tendo sido agilizada a transferência de doentes para vagas da rede e integrados utentes sociais em ERPI geridas pela Segurança Social.

AÇÃO V: MELHORAR A COMUNICAÇÃO COM OS UTENTES

Uma comunicação efetiva é fundamental para facilitar o contacto dos utentes e familiares com o HFF, bem como para aumentar o seu envolvimento na gestão da sua doença e mesmo a adesão às terapêuticas, potenciando assim os resultados em saúde.

Implementar o centro de contacto HFF + Próximo

Em termos administrativos, o destaque cabe à reorganização funcional do HFF, para poder operacionalizar o Centro de Contacto para melhoria da relação com os nossos utentes, cuidadores, familiares, fornecedores, etc. Ao abrigo de uma candidatura SAMA aprovada em 2014, o HFF investiu em tecnologia para melhorar toda a experiência e relacionamento com os utentes. Desde os quiosques, o sistema de chamada, a plataforma de CRM (*Customer Relationship Manager*), o IVR (sistema de numeração telefónica para endereçar automaticamente as chamadas dos utentes), devendo esta implementação estar finalizada durante o triénio 2020-2022.

Otimizar o sítio do HFF e identificar novas formas de comunicar

- Disponibilizar documentos informativos e de apoio aos utentes;
- Melhorar e expandir o conteúdo do sítio do HFF;
- Considerar o desenvolvimento de Apps de interação com os utentes e familiares;
- Maximizar a utilização de SMS no contacto com os utentes.

2) PROFISSIONAIS – mais valorização, melhores cuidados



AÇÃO I: REFORÇAR OS RECURSOS HUMANOS

O HFF sofreu durante vários anos com a saída de muitos dos melhores quadros profissionais nas diversas áreas. A contratação dos profissionais em falta é fundamental para assegurar a abertura de camas de internamento, manter e melhorar a qualidade dos cuidados de saúde prestados, bem como para assegurar o cumprimento dos TMRG em todas as linhas de atividade.

No ano de 2020, o HFF contratou 145 profissionais, sendo que 34 correspondem ao grupo profissional dos médicos, 59 Assistentes Operacionais e 20 Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica. Destes, 113 foram contratados por forma a reforçar a resposta necessária no âmbito do COVID.

AÇÃO II: MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

É essencial desenvolver ações que permitam cativar os profissionais para a escolha do HFF, bem como ações que promovam a motivação dos colaboradores. Só assim será possível assegurar a estabilidade das equipas e o futuro e diferenciação da instituição.

Reforçar a atividade do Serviço de Saúde Ocupacional

- Desmaterializar os processos clínicos no Serviço de Saúde Ocupacional;
- Manter a idoneidade formativa no internato de formação específica de Medicina no Trabalho;
- Reforçar a equipa médica do Serviço de Saúde Ocupacional.

Destaca-se o reforço da equipa médica do Serviço de Saúde Ocupacional e o importante papel e intervenção deste serviço na gestão da pandemia.

Reforçar intervenções estruturais, de equipamentos e atividades para a melhoria da segurança, ergonomia e bem-estar no trabalho

- Promover a realização de auditorias do Serviço de Saúde Ocupacional às condições de trabalho;
- Fortalecer a implementação das propostas de melhoria identificadas em sede de auditoria.

Promover a segurança dos profissionais

- Desenvolver o projeto “Violência, Humanização e Saúde”;
- Criar um grupo de gestão de incidentes de violência contra profissionais, com equipa multidisciplinar que permita a intervenção direta e análise de causa-raiz;
- Implementar segurança 24h/dia e barreiras físicas em pontos estratégicos do HFF;
- Rever as medidas de segurança ativa e passiva disponíveis para os profissionais do HFF;
- Sensibilizar os profissionais para a problemática da violência e incentivar a notificação;
- Ajustar o sistema de notificação interno, criando a tipologia “Agressão Profissional”;
- Promover a formação dos profissionais em comunicação assertiva, gestão de conflitos e inteligência emocional;
- Criar um grupo multidisciplinar de apoio a profissionais vítimas de violência (incluindo psicólogo, médico e enfermeiro da Medicina do Trabalho, jurista e elemento da PSP).

Disponibilizar serviço de creche para os filhos dos profissionais

De forma a facilitar a vida pessoal dos profissionais, bem como proteger as suas famílias, a criação de uma creche para os filhos dos colaboradores funcionará também como uma forma de diminuir o absentismo.

AÇÃO III: PROMOVER O ENSINO, A FORMAÇÃO CONTÍNUA E A INVESTIGAÇÃO

A formação contínua dos profissionais permite a constante atualização dos seus conhecimentos técnicos e científicos, manter e melhorar a qualidade dos cuidados de saúde prestados aos utentes, assim como promover a motivação dos colaboradores. Adicionalmente, o ensino e a investigação constituem atividades basilares dos Hospitais do SNS, geradoras de conhecimento e promotoras de cuidados de saúde baseados em evidência, de maior qualidade e com melhores resultados.

Promover a atividade da Unidade de Formação e Ensino

- Fomentar participação dos profissionais em formações externas e internas;
- Manter o financiamento de formação da Unidade de Formação e Ensino;
- Diversificar a oferta formativa, nomeadamente nas áreas de: gestão em saúde, desenvolvimento pessoal e profissional, liderança, SBV, SAV e otimização de processos (metodologia Lean);
- Contemplar necessidades formativas identificadas no processo de avaliação dos profissionais.

Implementar transversalmente sistemas de avaliação de desempenho

- Implementar o SIADAP para os profissionais médicos.

Estabelecer protocolos de parceria com Universidades e Institutos Politécnicos

O HFF participa ativamente no ensino e formação pré e pós-graduada médica, de enfermagem, de técnicos superiores de saúde e de diagnóstico e terapêutica. O estabelecimento de protocolos formais de colaboração com Universidades e Escolas Superiores de Saúde permitirá estreitar estas relações e potenciar as atividades de ensino no nosso Hospital, funcionando também como uma forma de dar a conhecer a nossa Instituição aos futuros profissionais de saúde e de cativar os melhores para virem a fortalecer os recursos humanos do HFF.

Promover a atividade da Unidade de Investigação Clínica

- Criar o prémio de investigação científica do HFF;
- Potenciar o apoio científico à investigação, nomeadamente nas áreas da epidemiologia clínica e da estatística;
- Promover a realização de ensaios clínicos;
- Promover a investigação baseada nos registos clínicos eletrónicos;
- Reativar a Revista Clínica HFF.

AÇÃO IV: MELHORAR A COMUNICAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS

Uma comunicação efetiva entre os profissionais é indispensável na gestão da mudança, para facilitar o desenvolvimento interno de projetos, criar sinergias multidisciplinares e envolver as equipas na estratégia da instituição.

Desenvolver formas de comunicação efetiva entre os profissionais

- Dinamizar a newsletter “Somos HFF”;
- Dinamizar o sítio da intranet e avaliar novos modelos de comunicação, nomeadamente grupos WhatsApp e redes sociais.

Em 2020 o HFF concretizou a dinamização da newsletter “Somos HFF”, “inHFF” e de novos modelos de comunicação como a presença ativa nas redes sociais.

Promover a partilha de informação entre serviços de apoio de gestão e serviços clínicos

Esta partilha de informação envolve planos de investimentos, processos de aquisição, reparações de equipamentos, planos de manutenções preventivas, contratos de manutenção, planos de calibração, processos de RH, entre outros.

3) HOSPITAL – eficiência, sustentabilidade e inovação



AÇÃO I: MODERNIZAR INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Com 25 anos de existência completados em 2020, o HFF carece de intervenções consideráveis em termos de instalações, bem como substituições de equipamentos obsoletos, de forma a manter condições ótimas de trabalho e de segurança para profissionais e utentes, permitindo a prestação de cuidados de saúde de qualidade, com as mais recentes tecnologias disponíveis.

Assegurar a realização de projetos estruturantes

Em 2020 foi possível a concretização de projetos estruturantes tais como a remodelação e requalificação do Bloco Operatório, a criação de uma nova unidade de Cuidados Intensivos nível II, a expansão do Serviço de Urgência através da criação de uma área dedicada a doentes respiratórios, a criação de uma nova área de consulta externa com 11 gabinetes bem como a aquisição de novos equipamentos - TC, ventilação e monitorização.

Iniciaram-se ainda importantes projetos no âmbito da eficiência energética (POSEUR) sendo exemplos a substituição da cobertura e o isolamento e pintura das fachadas.

AÇÃO II: PROMOVER A EFICIÊNCIA, A SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Reduzir a externalização de MCDT, de cirurgias e de internamentos

- Internalizar MCDT atualmente realizados fora do HFF nas áreas da Imagiologia, Cardiologia e Gastreenterologia;
- Internalizar atividade cirúrgica que atualmente constitui um encargo para a instituição por intermédio da emissão de cheques-cirurgia;
- Desenvolver esforços junto da Segurança Social e da Tutela da Saúde com vista à colocação de utentes sociais em ERPI e de utentes com necessidade de permanência na RNCCI.

No ano de 2020 a articulação com a RNCCI e com a Segurança Social melhorou significativamente, tendo sido agilizada a transferência de doentes para vagas da rede e integrados utentes sociais em ERPI geridas pela Segurança Social.

Aumentar os rendimentos extra-contrato

- Aumentar a receita de taxas moderadoras através de melhoria na efetividade na cobrança das mesmas, bem como o arrendamento de uma nova loja no átrio principal.

Decorrente da situação pandémica e do consequente cancelamento das visitas, o HFF procedeu ao encerramento de cafetarias e à diminuição dos valores de renda cobrados nos vários espaços/lojas geridos por entidades terceiras, o que se traduziu numa diminuição da receita extra contrato-programa. Por outro lado, iniciou a sua atividade uma loja de conveniência (mercearia), com grande utilidade para os colaboradores e que se traduzirá num aumento de receita nos próximos anos.

AÇÃO III: INCENTIVAR A CONTRATUALIZAÇÃO INTERNA

Reforçar a contratualização interna e o papel da gestão intermédia

- Fortalecer o modelo de gestão e organização do HFF em departamentos;
- Estabelecer regulamentos internos dos departamentos, promovendo a autonomia e responsabilidade das direções;

- Implementar incentivos na contratualização interna com serviços e departamentos, associados a indicadores de acesso, qualidade e eficiência;
- Criar Centros de Responsabilidade Integrada (CRI), nomeadamente de Oftalmologia e Imagiologia, com vista a aumentar a produtividade, a qualidade e a eficiência na utilização dos recursos.

Promover controlo e a monitorização interna através do desenvolvimento de *data-warehouse* e ferramenta de BI

O desenvolvimento de um *data-warehouse* é crucial à governação clínica, permitindo a implementação de uma ferramenta de *Business Intelligence*, para múltiplas dimensões (contrato-programa, indicadores de qualidade, etc).

Com vista ao lançamento de um concurso publico para aquisição de uma nova ferramenta de “Business Intelligence” procedeu-se à definição de especificações de indicadores com vista ao reforço da contratualização e da monitorização internas.

AÇÃO IV: FOMENTAR A INOVAÇÃO

A inovação no desenvolvimento de ferramentas tecnológicas, na abordagem de processos centrados no utente, na qualidade e segurança dos cuidados de saúde, constitui uma vantagem competitiva, permitindo também aumentar a eficiência na utilização dos recursos. Como em todas as áreas, é fundamental ouvir e envolver os profissionais, conhecedores das realidades que os serviços vivenciam, e sem os quais o processo de mudança origina constrangimentos difíceis de ultrapassar.

Desenvolver ferramentas de apoio à decisão clínica e centradas no utente

- Criar circuitos diagnósticos para o Serviço de Urgência Geral;
- Criar protocolos terapêuticos e disponibilizá-los no processo clínico eletrónico (PCE);
- Implementar interações medicamentosas e alergias no circuito do medicamento, de forma a aumentar a segurança na utilização dos fármacos.

Potenciar o projeto “SNS sem papel”

- Implementar o projeto de substituição da aplicação de gestão/administração de doentes – HOSIX, bem como o PCE – SORIAN, pelas aplicações geridas pela SPMS, respetivamente SONHO e SCLINICO.

Este projeto irá iniciar no triénio em análise, mas dada a sua complexidade e integrações necessárias, prevê-se que se prolongue para além de 2022.

- Garantir as funcionalidades no âmbito do circuito do medicamento, interações medicamentosas e alérgicas no momento da prescrição e posteriormente na administração.
- Completar o circuito de desmaterialização da Imagem Médica - RIS/PACS e da prescrição, agendamento, execução e faturação de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, tanto a nível interno como realizados no exterior.
- Expansão do Sistema de Agendamento Eletrónico: com a informatização do circuito de agendamento para todos os atos agendáveis, e à semelhança das iniciativas anteriores, o HFF considera que esta iniciativa de informatização / desmaterialização devem ser focadas no processo de trabalho.

Criar o Grupo de trabalho para a organização futura do HFF – “HFF XXI”

Os desafios atuais com que se confrontam as unidades de saúde do SNS, quer em relação ao envelhecimento e multipatologia da população, quer em relação aos modelos de financiamento e de gestão, constituem uma oportunidade de repensar a organização interna de forma a fomentar o acesso, a qualidade e a segurança dos cuidados prestados. A formação de um grupo de trabalho interno, que possa refletir sobre a organização interna e os modelos de funcionamento e de gestão, pode originar novos caminhos a ser adotados no futuro, com benefício dos utentes e dos resultados em saúde.

Implementar a “Via Verde da Inovação”, para receber, analisar e implementar propostas inovadoras dos profissionais

As ideias e propostas dos profissionais para melhoria das condições de trabalho, inovação de processos e tecnologias, devem ter um canal próprio de comunicação com os órgãos de gestão. Deve ser fomentado o desenvolvimento de projetos e de medidas com foco no utente e na sua família, assim como na segurança e na qualidade dos cuidados prestados. A concretização deste projeto através da criação do email “Inovar” está prevista para 2021.

ACÇÃO IV: RENOVAR E POTENCIAR A MARCA “HFF”

Com 25 anos de existência, a imagem do HFF e dos seus Serviços deve ser alvo de modernização e melhoria, de forma a transparecer o dinamismo, inovação e qualidade da nossa Instituição e dos profissionais que dela fazem parte. Este processo de renovação começou já no sítio institucional do HFF, pretendendo-se que seja expandido aos logotipos e imagotipos dos Serviços e Unidades, documentação enviada para o exterior, layouts de apresentações, no primeiro semestre de 2021.

4) COMUNIDADE – proximidade com a população



AÇÃO I: CRIAR UMA CULTURA DE PROXIMIDADE

A Comunidade dos Concelhos de Amadora e de Sintra, os seus agentes públicos e privados, são servidos em cuidados de saúde diferenciados e de qualidade pelo HFF e devem também ser envolvidos no dia-a-dia do Hospital, vivenciando a realidade da instituição. O fomento de parcerias com a Comunidade é de extrema importância para nos darmos a conhecer e para os cidadãos que servimos sentirem o HFF como seu.

Está em curso a criação do “Grupo de Trabalho HFF-Comunidade” para definir um plano estratégico de parcerias e, assim, aproximar o Hospital da sua Comunidade. Exemplo desta maior proximidade já conseguida é o projeto “3C”, um projeto inovador de capacitação em suporte básico de vida, realizado em colaboração com os Agrupamentos Escolares da área de influência do HFF. Pretendemos ainda desenvolver projetos de articulação nas seguintes áreas:

- Literacia em saúde nas escolas: utilização correta dos serviços de saúde;
- Gestão integrada dos casos com necessidades múltiplas e complexas, nomeadamente do foro social;
- Prevenção das quedas nos idosos;
- Prevenção da obesidade na infância e adolescência.

AÇÃO II: MELHORAR A COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE

A comunicação de uma instituição como o HFF com a Comunidade é um aspeto importante, que pode condicionar a imagem do Hospital. Para além do “Grupo de Trabalho HFF-Comunidade” já referido, foi reforçada em 2020 a Unidade de Comunicação e Informação, com vista ao desenvolvimento de uma estratégia e uma política de comunicação robustas, tendo a mesma sortido resultados na efetividade da comunicação com a população que servimos, por exemplo na adesão às redes sociais do HFF e participação em órgãos de comunicação da região e das Autarquias.

AÇÃO III: CRIAR O CENTRO HOSPITALAR PROF. DOUTOR FERNANDO FONSECA, EPE

A criação do Centro Hospitalar Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE (Portaria nº 212-A/2018, de 28 de março), é fundamental para aumentar a capacidade de resposta em particular no que respeita à atividade

realizada em ambulatório.

Em 2020, o Grupo de Trabalho de acompanhamento do Hospital de Proximidade de Sintra, criado em 2018, teve uma importante tarefa no sentido de validar e de propor alterações ao projeto do Hospital a concursar.

Este GT colabora com a Comissão existente (criada pelo Despacho n.º 13585-B/2016, de 11 de novembro), de forma a planear a integração do Hospital de Proximidade de Sintra no HFF, com a consequente criação do Centro Hospitalar Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE.

Handwritten marks and signatures on the right margin, including a large 'A', a question mark, and several illegible signatures.

Atividade Assistencial

Em 2020 decorrente da situação pandémica vivida, foi necessário proceder à readaptação da estrutura do hospital para dar resposta aos doentes COVID e não COVID, implementado uma gestão de cuidados com duplo circuito por forma a permitir a prestação de cuidados em segurança para utentes e profissionais. Houve alterações significativas nos circuitos e do impacto da pandemia, com investimento nos serviços de urgência (com áreas dedicadas ao COVID), no internamento e nos cuidados intensivos.

Assim, o ano de 2020 foi um ano fortemente condicionado por fatores externos que afetaram o desempenho do Hospital, face ao esperado e face ao período homólogo dos quais se realça e detalha:

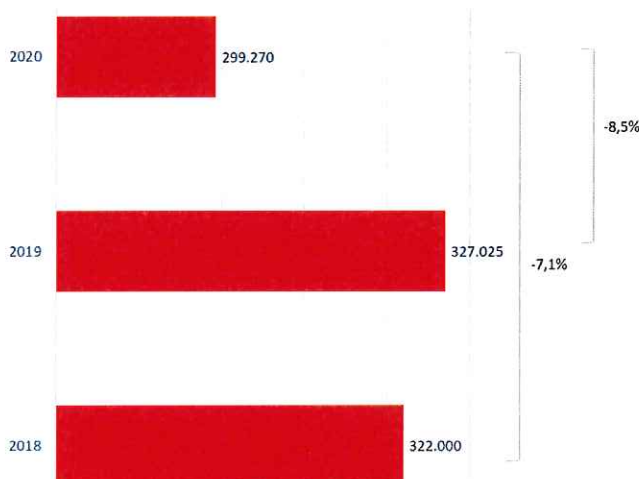
- A área da Consulta Externa, no decorrer do período pandémico, apenas realizou consultas presenciais urgentes e teleconsulta a doentes não urgentes
- O internamento foi reorganizado com alocação de camas cirúrgicas a áreas médicas de forma aumentar a capacidade de resposta a doentes COVID-19. Foram afetos enfermeiros e assistentes operacionais do Bloco Operatório ao Serviço de Medicina Intensiva, condicionando a realização de atividade cirúrgica. Durante este período, apenas foi realizada atividade cirúrgica urgente, nomeadamente trauma e doentes oncológicos.
- Nos Hospitais de Dia apenas se realizou atividade urgente.
- Decorreu no Bloco Operatório uma obra profunda de requalificação, com encerramento de 6 salas cirúrgicas até ao final de setembro. Durante esse período, o Bloco Operatório apenas teve disponíveis 5 salas em funcionamento simultâneo, distribuídas pela sala de urgência, sala para atividade de atividade cirúrgica a doentes prioritários, sala afeta ao trauma, sala para atividade cirúrgica a doentes com COVID-19.
- Limitações na substituição de recursos humanos, apesar de existirem processos de contratação de RH e a aguardar autorização da tutela num total de 30 pedidos de contratos, no final de 2020 e ter sido atribuída autonomia ao Conselho de Administração para contratação a termo de recursos humanos com vista à resposta à pandemia.
- 6 dias de greve de diferentes grupos profissionais.

Consulta Externa

Consulta Externa Médica

O ano de 2020, foi um ano bastante atípico em todas as linhas de atividade, sendo que a consulta externa não foi exceção tendo-se verificado uma redução das consultas realizadas alterando a tendência de crescimento verificada nos últimos anos. No entanto, e face às dificuldades, o HFF manteve o esforço no sentido de manter a equidade e o acesso aos cuidados de saúde.

Figura 2 - Evolução das consultas médicas



A oferta de consultas do HFF distribui-se por 29 especialidades. Em 2020, face a 2019, registam um decréscimo no total de consultas médicas realizadas de 27.755 (-8,5%). Comparativamente a 2018, regista-se também um decréscimo tendo sido realizadas -22.730 consultas médicas (-7,1%).

Observou-se uma taxa de primeiras consultas de 26,7%, significativamente abaixo do valor homologado (30,6%).

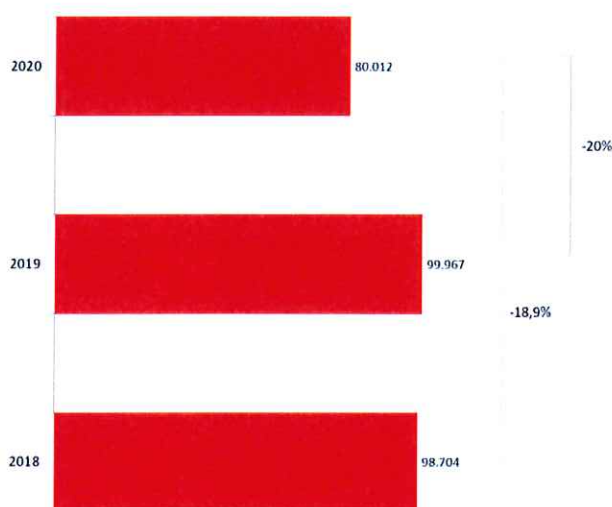
Quadro 3 – Consultas realizadas por especialidade

	2018		2019		2020		Var.% 2020/2019	
	Primeiras	Total	Primeiras	Total	Primeiras	Total	Primeiras	Total
Anestesiologia	4.390	5.170	5.397	5.503	3.413	3.442	-37%	-37%
Cardiologia	3.666	13.202	3.611	13.814	3.277	13.859	-9%	0%
Cirurgia Geral	8.659	19.781	8.690	21.397	5.792	18.114	-33%	-15%
Cirurgia Maxilo-Facial	572	1.043	581	1.128	323	755	-44%	-33%
Cirurgia Pediátrica	1.716	5.281	1.423	4.599	1.435	3.842	1%	-16%
Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética	2.886	6.600	2.343	5.847	1.116	3.449	-52%	-41%
Diabetologia	618	3.401	765	3.631	458	3.195	-40%	-12%
Total - Infecçologia	527	9.916	634	10.957	2.096	13.571	231%	24%
Infecçologia - Doentes com VIH/Sida (TARC)	68	7.018	115	8.843	142	9.075	23%	3%
Infecçologia - Outros Doentes	459	2.898	519	2.114	1.954	4.496	276%	113%
Doenças Autoimunes	505	3.577	597	3.935	298	2.882	-50%	-27%
Dor	474	4.073	503	4.235	376	4.178	-25%	-1%
Endocrinologia e Nutrição	507	2.376	621	2.508	651	3.167	5%	26%
Gastroenterologia	2.504	8.793	2.625	8.599	3.376	11.292	29%	31%
Ginecologia	3.283	7.533	3.423	8.024	2.184	6.231	-36%	-22%
Hepatologia	302	1.515	408	1.600	100	432	-75%	-73%
Imuno-alergologia	1.695	5.939	1.318	5.723	883	3.521	-33%	-38%
Imuno-hemoterapia	4.222	4.651	4.030	5.202	3.514	5.250	-13%	1%
Medicina Física e Reabilitação	2.150	6.053	2.237	6.388	1.602	4.942	-28%	-23%
Medicina Interna	3.755	12.080	3.843	11.608	3.298	12.461	-14%	7%
Nefrologia	955	5.104	1.094	5.520	902	6.141	-18%	11%
Neurologia	3.041	11.632	2.975	13.052	2.242	13.178	-25%	1%
Obstetrícia	6.110	12.035	5.267	11.805	4.689	11.019	-11%	-7%
Oftalmologia	11.916	31.273	10.635	30.211	8.055	24.401	-24%	-19%
Oncologia Médica	1.427	15.542	1.608	16.387	1.255	15.604	-22%	-5%
Ortopedia	8.357	19.278	9.994	21.359	6.637	14.681	-34%	-31%
Otorrinolaringologia	6.535	17.123	6.951	17.245	4.186	13.234	-40%	-23%
Pediatria	7.893	21.663	7.925	19.932	6.466	21.053	-18%	6%
Pneumologia	2.671	9.512	2.760	10.474	2.093	8.958	-24%	-14%
Psiquiatria Total	1.875	30.443	2.048	30.222	1.473	29.846	-28%	-1%
Na Instituição	450	3.363	489	3.705	384	3.263	-21%	-12%
Saúde Mental na Comunidade	1.191	24.103	1.245	22.580	847	22.149	-32%	-2%
Psiquiatria da Infância e Adolescência	234	2.977	314	3.937	242	4.434	-23%	13%
Senologia	796	3.785	748	3.476	547	2.294	-27%	-34%
Urologia	3.445	10.297	3.169	10.320	2.225	9.918	-30%	-4%
Consultas a pessoal (Medicina do Trabalho)	310	392	649	878	4.188	8.037	545%	815%
Outras	942	12.937	1.095	11.446	862	6.323	-21%	-45%
Total Consultas Médicas	98.704	322.000	99.967	327.025	80.012	299.270	-20%	-8%

Apesar do decréscimo observado na maioria das especialidades, existem especialidades que aumentaram a sua atividade face ao período homologado, resultado da situação pandémica vivida e do crescimento de atividade resultante. Assim destacamos:

- O serviço de infeciologia aumentou em 24% o total de consultas realizadas (+2.614 consultas), relacionado com a pandemia por SARS-CoV-2 e com a crescente necessidade de realização de testes e acompanhamento de doentes com esta patologia.
- Pelo mesmo motivo, o Serviço de Saúde Ocupacional, realizou mais 7.159 consultas do que no ano anterior, representando um crescimento de 815%.

Figura 3 - Evolução das primeiras consultas médicas



Relativamente ao volume de primeiras consultas realizadas, em 2020 o HFF regista uma diminuição de 19.955 primeiras consultas face ao período homólogo (-20%). Comparativamente a 2018, a redução significativa mantém-se, tendo sido realizadas menos 18.692 primeiras consultas médicas (-18,9%). De reforçar que o HFF através da teleconsulta garantiu a continuidade de acompanhamento dos doentes já seguidos em consultas em detrimento dos doentes de primeira vez que necessitam de ser observados presencialmente.

Quadro 4 – Evolução indicadores monitorização da LEC

	2018	2019	2020	Var% 2020/2018	Var% 2020/2019
% 1.ªs Consultas / Total Consultas	30,7%	30,6%	26,7%	-3,9 p.p.	-3,8 p.p.
% 1.ªs realizadas com origem no CTH	32,3%	33,8%	27,0%	-5,3 p.p.	-6,8 p.p.
Tempo médio de resposta ao pedido (dias)	99,8	82,9	119,4	19,6%	44,0%
% pedidos atendidos em tempo adequado	72%	71%	59%	-13 p.p.	-12 p.p.

O número de primeiras consultas realizadas com referência via CTH em 2020 (21.576) diminuiu significativamente face ao período homólogo, representando uma redução de 36,3%. A percentagem de primeiras consultas realizadas com referência via CTH no total de primeiras consultas diminuiu em 6,8 p.p., passando para 27%.

Os indicadores de acesso, apresentam um agravamento generalizado face ao período homólogo. Assim, o tempo médio de triagem de uma consulta CTH é de 18,4 dias, representando um aumento de 3 p.p. face ao final do ano anterior. De igual forma, o tempo médio de resposta situa-se nos 119,4 dias, representando um aumento de 37 dias face ao final do ano anterior, sendo este aumento generalizado às várias especialidades.

A percentagem de pedidos em lista dentro do TMRG (58,3%), pela primeira vez, superou o objetivo

traçado em Contrato-Programa 2020 (54,1%). Contudo, a percentagem de consultas realizadas em tempo adequado tem decrescido progressivamente desde o início do ano (-12 p.p.), ficando em 2020 nos 58,9%, valor aquém do objetivo traçado em Contrato-Programa 2020 (73,3%) e aquém do valor atingido no final de 2019 (70,9%).

Quadro 5 – CTH – Número de doentes a aguardar consulta de 1.ª vez em dezembro de 2018, 2019 e 2020

Especialidade	2018	2019	2020	Δ	
Anestesia	46	54	21	-33	-61%
Cardiologia	285	297	229	-68	-23%
Cirurgia Geral	554	419	309	-110	-26%
Cirurgia Maxilo-Facial	18	31	18	-13	-42%
Cirurgia Pediátrica	233	440	38	-402	-91%
Cirurgia Plástica	159	346	306	-40	-12%
Gastroenterologia	175	177	130	-47	-27%
Ginecologia	904	1.199	586	-613	-51%
Hosp. Dia - Oncologia			2	2	100%
Imuno-hemoterapia	4	6	1	-5	-83%
Infeciologia	37	38	23	-15	-39%
M.F.R.	23	23	14	-9	-39%
Medicina Interna	231	391	135	-256	-65%
Nefrologia	101	136	19	-117	-86%
Neurologia	320	360	316	-44	-12%
Obstetrícia	319	296	234	-62	-21%
Oftalmologia	2.788	4.105	1.865	-2.240	-55%
Ortopedia	1.265	565	445	-120	-21%
ORL	438	416	439	23	6%
Pediatria	252	374	282	-92	-25%
Pneumologia	321	548	407	-141	-26%
Psiquiatria	412	469	363	-106	-23%
Urologia	335	222	189	-33	-15%
Total Geral	9.220	10.912	6.371	-4.541	-42%

Consulta Externa Não Médica

As consultas não médicas são efetuadas por Psicólogos, Nutricionistas e Enfermeiros. A atividade desenvolvida por profissionais não médicos em consulta apresentou um decréscimo face ao ano anterior de 1%.

Quadro 6 – Consultas realizadas por profissionais não médicos

	2018		2019		2020		Var.% 2020/2019	
	Primeiras	Total	Primeiras	Total	Primeiras	Total	Primeiras	Total
Psicologia	1.046	6.434	993	6.451	882	6.564	-11%	2%
Apoio Nutricional e Dietética	1.391	3.641	1.512	3.769	957	2.849	-37%	-24%
Outras consultas por pessoal não médico	3.868	24.663	4.070	24.296	3.339	24.860	-18%	2%
Total Consultas por Pessoal não Médico	6.305	34.738	6.575	34.516	5.351	34.273	-19%	-1%
TOTAL	105.009	356.738	106.542	361.541	85.363	333.543	-20%	-8%

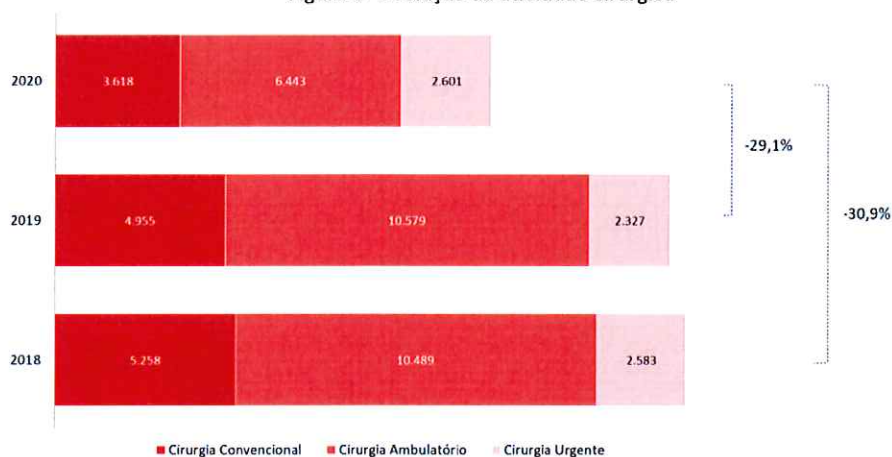
Atividade Cirúrgica

A atividade cirúrgica em 2020 ficou fortemente condicionada pela evolução da situação pandémica, a falta de recursos humanos e as obras de reestruturação e beneficiação do Bloco Operatório. Assim, refere-se que:

- No início de 2020, os recursos físicos e humanos do HFF permitiam a utilização de sete salas no Bloco Operatório Central (BOC) e três salas na Unidade de Cirurgia de Ambulatório (UCA). Com o início das obras no BOC e com o aparecimento da Pandemia SARS-Cov-2, assistiu-se a uma redução significativa da disponibilidade de salas e recursos humanos (três salas BOC e duas salas UCA). Durante este período, a atividade cirúrgica centrou-se, essencialmente, na cirurgia oncológica e cirurgia urgente. Apesar do esforço na distribuição e otimização de TO para as especialidades com doentes oncológicos, não foi atingido o objetivo proposto de resolução dos doentes com Neoplasia Maligna.
- No último trimestre, com o término das obras no BOC, e início da obra de conversão da UCA numa unidade de cuidados intensivos, verifica-se a redução de cinco salas operatórias da UCA e o bloco operatório passa a dispor de apenas cinco salas para as várias especialidades.

Assim, em 2020 foram realizadas -29,1% intervenções cirúrgicas que em igual período do ano anterior (-5.199 intervenções).

Figura 4 - Evolução da atividade cirúrgica



As cirurgias convencionais, reduziram 27% face ao período homologo, tendo sido realizadas menos 1.337 cirurgias, tendo a cirurgia de ambulatório apresentado uma quebra superior chegando a uma redução de 39,1% face ao ano anterior (-4.136 cirurgias de ambulatório).

Analisando as cirurgias realizadas por especialidade, salientam-se as que apresentam com maior

decréscimo de atividade, como sendo: a Cirurgia Plástica e Reconstructiva (-53%, -772 cirurgias), a Cirurgia Pediátrica (-38%, -254 cirurgias) e a Otorrino (-35%, -486 cirurgias).

Quadro 7 – Intervenções cirúrgicas por especialidade e regime

	2018				2019				2020				Var % 2020/2019	
	Convencional	Ambulatória	Urgência	Total	Convencional	Ambulatória	Urgência	Total	Convencional	Ambulatória	Urgência	Total	Valor	%
Cirurgia Geral	1.306	1.428	1.260	3.994	935	1.558	1.248	3.741	554	1.027	1.479	3.060	-681	-18%
Cirurgia Maxilo-Facial	33	90	4	127	55	68	4	127	52	25	4	81	-46	-36%
Cirurgia Pediátrica	166	438	64	668	108	515	46	669	101	267	47	415	-254	-38%
Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética	131	1.660	3	1.794	155	1.308	3	1.466	95	593	6	694	-772	-53%
Ginecologia	547	538	35	1.120	585	673	28	1.286	325	377	21	723	-563	-44%
Obstetrícia	249	5	828	1.082	271	0	634	905	265	0	620	885	-20	-2%
Oftalmologia	127	4.484	11	4.622	101	4.239	24	4.364	69	2.948	40	3.057	-1.307	-30%
Ortopedia	1.364	636	138	2.138	1.571	927	85	2.583	1.131	415	164	1.710	-873	-34%
Otorrinolaringologia	648	922	68	1.638	403	927	73	1.403	434	416	67	917	-486	-35%
Urologia	687	159	171	1.017	771	245	179	1.195	592	177	145	914	-281	-24%
Outras		129	1	130	0	119	3	122	0	198	8	206	84	69%
TOTAL	5.258	10.489	2.583	18.330	4.955	10.579	2.327	17.861	3.618	6.443	2.601	12.662	-5.199	-29%

Em setembro de 2020, com o objetivo de aumentar o acesso dos utentes, melhorar a gestão da lista de espera para cirurgia e retomar atividade cirúrgica não realizada por via da pandemia, o HFF estabeleceu um contrato de prestação de serviços com entidade externa para a realização de cirurgias de ambulatorio e que permitiu operar, por cirurgiões do HFF, 508 doentes nessa unidade.

Comparativamente ao final de 2019, verifica-se uma diminuição de 5% no número de doentes inscritos em lista de espera cirúrgica (-300 doentes).

A mediana do tempo de espera dos doentes em LIC é 156 dias, mais 48 dias que no final de 2019. Este indicador em Dezembro de 2019 ficou situado nos 108 dias, começando o seu crescimento com o início do período de contingência, onde pela redução de disponibilidade de recursos, se privilegiou a cirurgia oncológica e urgente. O aumento do tempo mediano é transversal às várias especialidades.

No final de 2020, 50,8% das inscrições estão dentro do Tempo Máximo de Resposta Garantido, o que representa uma diminuição de 13,0 p.p. face ao final de 2019. Em Contrato-Programa 2020 este indicador foi fixado nos 73,0%, estando o HFF 22,2 p.p. abaixo do previsto.

Dos doentes operados em 2020, 72% das cirurgias foram realizadas dentro dos TMRG, ficando abaixo do objectivo (79%) e do valor obtido no final de 2019 (77%).

Até Dezembro de 2020, foram operados em entidades convencionadas 988 doentes, com gasto estimado de aproximadamente 1,449 m €. Assim sendo, verifica-se que foram operados nas entidades convencionadas menos 338 doentes, os quais representam uma diminuição de gasto estimado de 219.000€. Refere-se que a partir do mês de Março, as entidades convencionadas, por força da Pandemia SARS-Cov-2, diminuíram significativamente o número de doentes operados ao abrigo do programa SIGIC. A partir do mês de Junho, o número de doentes operados no exterior é semelhante aos primeiros meses do ano.

Quadro 8 – Evolução indicadores monitorização da LIC

	2018	2019	2020	Var% 2020/2018	Var% 2020/2019
% LIC com TE > 12 meses	8%	14%	30%	22 p.p.	16 p.p.
% LIC com TE > TMRG	34%	36%	49%	15 p.p.	13 p.p.
Média de TE (dias)	158	177	246	55,9%	39,1%
Mediana de TE (dias)	129	108	156	20,9%	44,4%

Internamento

O HFF regista um rácio de camas por 1.000 habitantes baixo agravado em 2020 por:

- Diminuição da lotação por serviço para dar resposta a doentes Covid-19 mas com maior consumo de recursos;
- Encerramento de enfermarias para afetação de recursos humanos à prestação de cuidados de saúde a doentes Covid-19;

Os obstáculos associados à transferência de doentes para a Rede Nacional de Cuidados Continuado Integrados e Rede Social têm provocado, ao longo dos últimos anos, dificuldades crescentes aos serviços do HFF, conduzindo ao aumento de dias de internamento e da demora média, nomeadamente pela falta de resposta destas Redes. Apesar de no final do ano 2020, ter existido uma melhoria de resposta tanto da RNCCI como a integração de doentes sociais em ERPI geridas pela Segurança Social, a situação de doentes internados em situação de alta e que condicionam a ocupação do hospital, foi particularmente agravada pela situação pandémica.

Assim, no sentido de libertar camas de agudos o HFF contratou em 2020, 30.109 diárias de internamento no exterior um crescimento de 21% face a ano anterior (+5.249 diárias de internamento). As diárias contratadas são repartidas pelas diferentes tipologias de internamento sendo que em 2020, verificaram-se:

- 18.288 diárias respeitantes a internamento social, sendo o equivalente a uma média mensal de 31 camas (+8.060 diárias de internamento face a 2019, +79%);
- 7.361 diárias referentes a cuidados continuados nas tipologias de convalescença, média e longa duração, correspondente a uma média mensal de 25 camas (-3.927 diárias de internamento face a 2019, -35%);
- Por fim, foi ainda necessário contratualizar 4.460 diárias clínicas que são equivalentes a uma média de 17 camas (+1.116 diárias de internamento face a 2019, +33%), durante o período de

contingência de inverno e resultante do aumento de doentes COVID, para dar resposta a doentes agudos no exterior. Os encargos com estes doentes que se encontram “internados no exterior” estão a ser assumidos pelo HFF.

A demora média em 2020, relativamente a período homologo, apresenta uma redução de 0,1 dias, passando para 10,2 dias.

No ano de 2020, consequência da situação pandémica vivida, regista-se uma redução significativa do número de doentes saídos face a 2019. Assim sendo, em 2020, registaram-se 21.659 doentes saídos do internamento, menos 3.522 que em 2019.

Figura 5 – Evolução dos doentes saídos



O primeiro doente COVID do HFF foi internado no dia 14 de março. Desde essa data e até ao final de 2020, foram internados 1.596 doentes com COVID, sendo que 170 foram em Unidade de Cuidados Intensivos. O plano de contingência do HFF para fazer face à pandemia de COVID previa um máximo de 120 camas de enfermaria e 20 de UCI destinadas a estes doentes, que no ano de 2020 não foi ultrapassado. Em 2020, o HFF viu surgir 3 vagas em períodos distintos, que ficam ilustrados no mapa abaixo apresentado.

Figura 6 – Evolução dos doentes internados COVID



Quadro 9 – Doentes saídos por especialidade

	Nº de Doentes Saídos (S/ Transf. Interna)			
	2018	2019	2020	Δ 2020/2019
Cardiologia	1.547	1.438	1.386	-3,6%
Cirurgia Geral	3.090	2.848	2.467	-13,4%
Cirurgia Maxilo-Facial	45	53	50	-5,7%
Cirurgia Pediátrica	224	143	100	-30,1%
Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética	145	145	107	-26,2%
Doenças Infecciosas (Infecciologia)	193	230	192	-16,5%
Gastroenterologia	639	701	612	-12,7%
Ginecologia	951	928	649	-30,1%
Ginecologia - Obstetrícia	229	212	57	-73,1%
Medicina Interna	7.758	8.017	7.461	-6,9%
Nefrologia	309	335	311	-7,2%
Neurologia	720	695	668	-3,9%
Obstetrícia	2.794	2.906	2.559	-11,9%
Oftalmologia	178	179	101	-43,6%
Ortopedia	1.630	1.806	1.334	-26,1%
Otorrinolaringologia	677	459	390	-15,0%
Pediatria	1.235	1.248	868	-30,4%
Pneumologia	512	543	489	-9,9%
Urologia	969	1.134	856	-24,5%
U.C.I. Cirurgia	55	58	52	-10,3%
U.C.I. Coronários	257	218	272	24,8%
U.C.I. Pediatria	201	166	129	-22,3%
U.C.I. Polivalente	124	138	115	-16,7%
U.C.I. Recém Nascidos	212	204	136	-33,3%
Psiquiatria e Abuso de Substâncias	383	377	298	-21,0%
Agudos	383	377	298	-21,0%
Berçário	2.454	2.556	2.295	-10,2%
Sub-Total U.C.I. e U.C. Intermédios	849	784	704	-10,2%
Sub-Total Especialidades Médicas	13.296	13.584	12.285	-9,6%
Sub-Total Especialidades Cirúrgicas	10.932	10.813	8.670	-19,8%
TOTAL (s/ Berçário, Quartos Particulares, Lar Doentes e Cuidados Pallativos Rede)	25.077	25.181	21.659	-14,0%

A redução dos doentes saídos foi transversal a todos os serviços e departamentos do hospital, tendo maior incidência no Departamento de Pediatria, com uma redução de 30% (-380 doentes saídos) e no Departamento de Cirurgia e Especialidades Cirúrgicas, com um decréscimo de 20% (-1.319 doentes saídos).

Ambulatório médico e cirúrgico

Em 2020, seguindo a tendência verificada nas restantes linhas de atividade, verifica-se um decréscimo da atividade de GDH de ambulatório, tanto médico como cirúrgico. Comparativamente com o ano transato, o HFF realizou -21,8% de GDH de ambulatório médicos (-2.814) e -31,1% de GDH de ambulatório cirúrgico (-2.623). No entanto, o indicador da percentagem de cirurgias de ambulatório no total de cirurgias programadas (GDH) aumentou 6,62 p.p.. Este aumento resulta da dificuldade de manutenção da atividade cirúrgica convencional, por falta de camas de cuidados intensivos, camas de internamento e recursos humanos, reduzidos para a atividade normal e não COVID devido à pandemia. Por outro lado, verificou-se um esforço de manutenção da atividade de ambulatório através da contratualização no exterior de espaço de bloco de ambulatório para a realização de atividade.

Quadro 10 – Evolução dos GDH Ambulatório

	2018	2019	2020	Var% 2020/2018	Var% 2020/2019
GDH Médicos de Ambulatório	12.054	12.903	10.089	-16,3%	-21,8%
GDH Cirúrgicos de Ambulatório	8.718	8.446	5.823	-33,2%	-31,1%
% Cirurgias ambulatório no total de cirurgias programadas (GDH)	65,3%	64,4%	71,0%	5,67	6,62

Urgência

O Serviço de Urgência do HFF é um serviço multidisciplinar e multiprofissional que tem como missão a prestação de cuidados de saúde urgentes e emergentes aos doentes em todas as situações enquadradas nas definições de Urgência Médico-Cirúrgica e Urgência Básica.

O Serviço de Urgência Básica (SUB) do HFF existe desde agosto de 2009 e tem como missão prestar com qualidade, eficácia e garantia de satisfação, os necessários e adequados cuidados de saúde. Funciona como área de referência principal para as populações abrangidas pelos Centros de Saúde de Algueirão, Mem-Martins, Rio de Mouro, Pêro Pinheiro e Sintra. A partir de dezembro de 2020, o HFF cedeu parte das instalações do SUB ao ACES Sintra para criação de ADR-C, com vista ao encaminhamento direto dos doentes respiratórios atendidos no SUB.

O Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica (SUMC) integra a Urgência Geral, a Urgência Obstétrica e Ginecológica e a Urgência Pediátrica. A atividade da Urgência Geral está distribuída em duas áreas: a área de atendimento de ambulatório e a Unidade de Internamento de Curta Duração (UICD) com 29 camas.

O HFF tem ainda alocada uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER), que opera de acordo com as diretivas do Instituto Nacional de Emergência Médica, na estabilização pré-hospitalar e no acompanhamento médico durante o transporte de vítimas de acidente ou doença súbita em emergência.

No ano de 2020, o serviço de urgência foi fortemente condicionado pela situação pandémica. Embora a atividade tenha reduzido pela diminuição de afluência dos utentes, foram atendidos doentes com uma maior complexidade e com um maior consumo de recursos decorrente da obrigatoriedade de criar ao uma nova área e circuito distinto para doentes do foro respiratório.

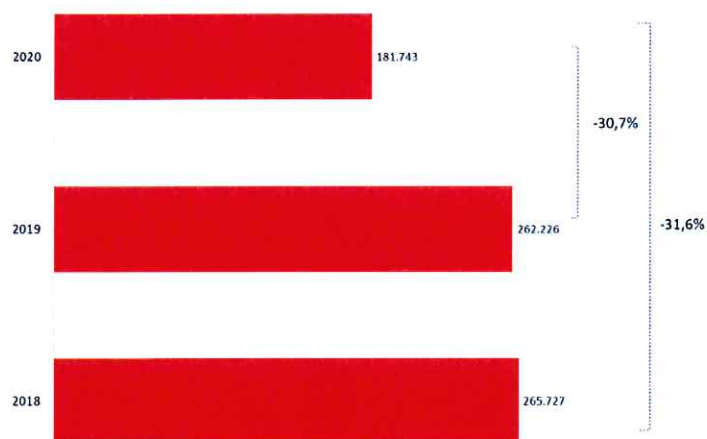
O Serviço de Urgência do HFF realizou 181.743 atendimentos, dos quais 17.022 necessitaram de internamento. O número de atendimentos face ao período homólogo reduziu 30,7%, representando - 80.483 atendimentos. No entanto, o peso das admissões com internamento registou um aumento em 2,2 p.p., passando de 7,2% em 2019 (7% em 2018) para 9,4% em 2020.

O número de atendimentos da Urgência Geral foi de 136.672, diminuindo 24,8% face a 2019.

A Urgência Obstétrica e Ginecológica atendeu 15.615 utentes, apresentando uma redução de 29,4% de admissões face ao período homólogo. Regista-se também no serviço uma carência de recursos humanos que levaram ao condicionamento de mais de 70 períodos de urgência e ao encerramento no período das 20h às 8h do serviço no período de 21 a 27 de setembro.

A Urgência Pediátrica atendeu 29.456 crianças, o que representou uma redução de 49,6% face ao período homólogo. Esta foi de todas as tipologias de urgência a que apresentou uma maior quebra de atividade.

Figura 7 - Evolução dos atendimentos na Urgência

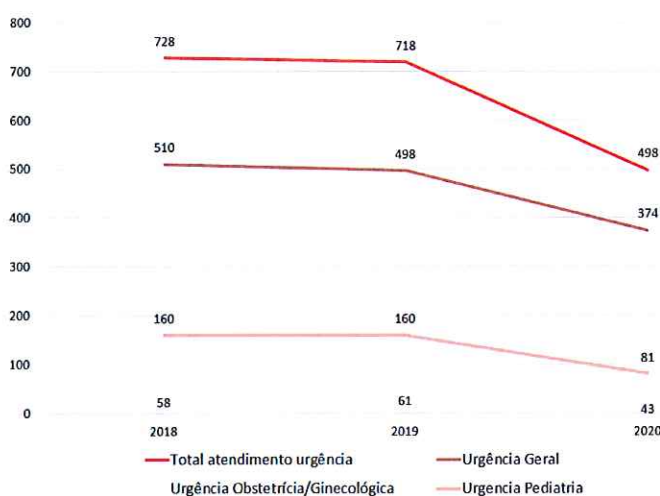


Verificou-se em 2020 que 9,4% resultaram em internamento, valor superior ao constatado em 2019 que foi de 7,2%.

Quadro 11 – Evolução dos atendimentos por tipologia de urgência

	2018	2019	2020	Var% 2020/2018	Var% 2020/2019
Total de atendimentos	265.727	262.226	181.743	-31,6%	-30,7%
Geral	186.274	181.628	136.672	-26,6%	-24,8%
Obstetrícia	20.996	22.113	15.615	-25,6%	-29,4%
Pediatria	58.457	58.485	29.456	-49,6%	-49,6%

Figura 8 - Média de atendimentos na urgência por dia



Numa visão diária foram observados em 2020, em média, cerca de 498 doentes nos Serviços de Urgência do HFF. As reduções de atendimentos diários não se traduziram numa redução do esforço das equipas de urgência. Como referido anteriormente, registou-se um aumento de admissões com internamento face ao período homólogo, tendo a urgência sido, uma vez mais, a principal porta de entrada no internamento no HFF. Efetivamente, em 2020 91,1% do total de internamentos tiveram a sua origem no Serviço de Urgência (em 2019 esse valor foi de 88,3%)

Quadro 12 – Atendimentos na urgência por cor da Triage de Manchester

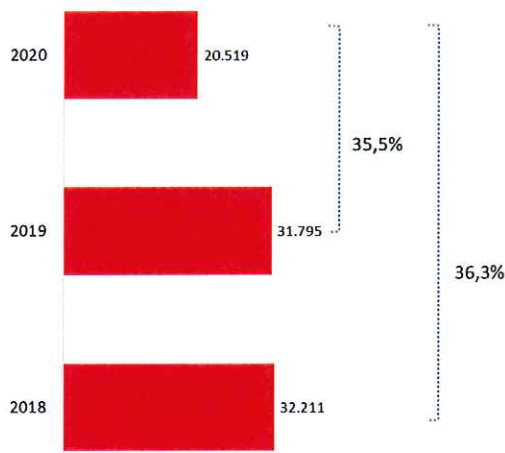
	2018	2019	2020	Var 2020/2019	
				%	Valor
Vermelho	735	695	481	-31%	-214
Laranja	30.173	27.510	19.013	-31%	-8.497
Amarelo	84.221	81.475	53.958	-34%	-27.517
Verde	140.555	141.332	97.251	-31%	-44.081
Azul	4.508	4.730	4.906	4%	176
Branco	4.756	5.366	5.613	5%	247
SU (s/ Triage Manchester)	779	1.118	521	-53%	-597
Total Tipos Urgência	265.727	262.226	181.743	-31%	-80.483
Internamentos	18.668	18.878	17.021	-10%	-1.857
% de Internamentos	7,0%	7,2%	9,4%	2,17 p.p.	

O HFF é um Hospital com larga experiência na aplicação do Protocolo de Triage de Manchester dado que foi pioneiro na sua introdução. No que respeita à prioridade dos doentes atendidos na Urgência registou-se um decréscimo do peso dos doentes emergentes, muito urgentes e urgentes (vermelho, laranja e amarelo) no total de admissões, passando de 42,9% em 2019 para 41,8% em 2020. Por outro lado, verifica-se um aumento no peso relativo dos doentes não urgentes, sendo de 57,1% em 2019 e 58,2% em 2020.

Hospital de Dia

O HFF dispõe dos seguintes Hospitais de Dia: Imunohemoterapia, Oncologia, Medicina e Especialidades Médicas, Infeciologia, Psiquiatria, Pediatria e Urologia. Em 2020, observou-se uma redução do número de sessões de Hospital de Dia realizadas consequência da situação pandémica vivida.

Figura 9 – Evolução das sessões de hospital de dia



Quadro 13 – Sessões e doentes tratados em hospital de dia por especialidade

	2018		2019		2020		Var % 2020/2019	
	Sessões	Doentes Tratados	Sessões	Doentes Tratados	Sessões	Doentes Tratados	Sessões	Doentes Tratados
Imuno-hemoterapia	483	210	1.021	423	980	409	-4%	-3%
Infeciologia	946	595	1.156	698	677	427	-41%	-39%
Psiquiatria	8.168	371	8.357	401	4.253	303	-49%	-24%
Pediatria	5.818	2.164	5.064	1.879	3.604	1.289	-29%	-31%
Oncologia (Sessões que não geram GDH Médicos de Ambulatório)	5.092	1.109	4.611	846	3.218	738	-30%	-13%
Outras	8.458	2.649	8.318	2.445	6.187	2.096	-26%	-14%
Hemodiálise	3.246	75	3.268	71	1.600	62	-51%	-13%
TOTAL	32.211	7.173	31.795	6.763	20.519	5.324	-35%	-21%

Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

Em 2020, foram realizados 2.644.465 exames no HFF o que corresponde a redução de 10,4% dos MCDT face a 2019. De referir que no mapa do N.º MCDT ao exterior não estão consideradas as prescrições de cuidados domiciliários.

Quadro 14 – MCDT realizados no hospital e no exterior

	N.º de MCDT realizados no HFF			N.º de MCDT realizados no exterior			Var % 2020/2019	
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	MCDT realizados no HFF	MCDT realizados no exterior
Análises Clínicas	2.181.517	2.137.937	1.994.395	29.568	51.249	34.640	-6,7%	-32,4%
Anatomia Patológica	22.914	23.638	19.406	932	556	923	-17,9%	66,0%
Cardiologia	68.701	68.768	35.143	202	759	951	-48,9%	25,3%
Dermatologia	787	437	168	1	0	0	-61,6%	0,0%
Gastroenterologia	12.527	12.131	8.902	311	543	753	-26,6%	38,7%
Ginecologia	2.731	4.464	3.632	0	1	0	-18,6%	-100,0%
Imuno-hemoterapia e Medicina Transfusional	74.324	55.279	43.455	67	68	67	-21,4%	-1,5%
Medicina Física e de Reabilitação	199.983	212.190	194.217	3	0	0	-8,5%	0,0%
Medicina Nuclear	0	177	102	1.807	2.144	1.965	-42,4%	-8,3%
Neurologia	4.696	4.350	3.898	793	396	197	-10,4%	-50,3%
Obstetrícia	10.107	9.183	8.890	1.496	1.402	1.378	-3,2%	-1,7%
Oftalmologia	7.820	11.433	9.693	36	116	66	-15,2%	-43,1%
Otorrinolaringologia	13.739	14.807	11.590	50	233	261	-21,7%	12,0%
Pneumologia	11.216	11.101	5.098	15	34	18	-54,1%	-47,1%
Psiquiatria	27.124	26.421	14.061	0	0	0	-46,8%	0,0%
Radiologia	235.848	232.757	188.262	10.150	10.368	14.751	-19,1%	42,3%
Reumatologia	21	21	89	1	0	0	323,8%	0,0%
Urologia	3.984	3.990	3.332	1	7	1	-16,5%	-85,7%
Outros	143.755	121.198	100.132	1.589	1.762	1.070	-17,4%	-39,3%
TOTAL	3.021.794	2.950.282	2.644.465	47.022	69.638	57.041	-10,4%	-18,1%

Outras atividades assistenciais

Partos

Em 2020 foram realizados 2.421 partos, o que representa um decréscimo face ao período homólogo de 11,8%. A atividade do bloco de partos reflete situação pandémica vivida no HFF, para além dos fortes condicionamento por limitações ao nível dos recursos humanos, com equipas de enfermagem e médicas com dotações abaixo das necessidades para dar resposta à procura das populações.

Quadro 15 – Partos por tipologia

	2018	2019	2020	Var % 2020/2019	
Partos Eutócicos	1.492	1.484	1.223	-261	-17,6%
Partos Distócicos	334	357	313	-44	-12,3%
Cesarianas	827	905	885	-20	-2,2%
TOTAL	2.653	2.746	2.421	-325	-11,8%
% cesarianas	31,2%	33,0%	36,6%	3,6 p.p.	

Centros de referência

O Serviço de Cirurgia Geral integra dois Centros de Referência reconhecidos que permitem agregar capacidade de resposta multidisciplinar a doentes oncológicos:

- Centro de Referência Oncologia de Adultos – Cancro do Reto
- Centro de Referência Oncologia de Adultos – Cancro Hepatobilio-Pancreático

O Centro de Referência Cancro do Reto é determinante na redução da mortalidade pós-operatória e da taxa de recidivas. No caso do cancro do colo-rectal, é decisiva a capacidade de utilizar modalidades combinadas de tratamento, utilizando quimiorradioterapia e cirurgia, pelo que a capacidade de programar, em simultâneo, estas modalidades terapêuticas é fator crítico para o sucesso no tratamento.

Para além dos resultados da doença oncológica, o volume de cirurgias efetuadas revelou-se resolutivo na percentagem de doentes submetidos a cirurgia com preservação esfinteriana.

O Centro de Referência do Cancro Hepatobilio-pancreático assegura o tratamento de tumores primários e de tumores metastáticos, particularmente do cólon que, pelo número de casos, torna esta área de grande relevância.

A atividade por linha de produção gerada pelos centros de referência em 2020 foi a constante no quadro infra:

Quadro 16 – Atividade dos centros de referência por linha de produção do Contrato Programa

	2018	2019	2020	Var % 2020/2019	
Centro de Referência do Cancro Hepatobilio-Pancreático					
Consultas Externas	644	1.714	2.609	895	52%
Primeiras Consultas	267	804	332	-472	-59%
Consultas Subsequentes	377	910	2.277	1.367	150%
Internamento	789	1.215	1.116	-99	-8%
GDH Médicos	364	716	746	30	4%
GDH Cirúrgicos	425	499	370	-129	-26%
GDH Cirúrgicos Urgentes	0	0	0	0	0%
GDH Ambulatório	112	192	14	-178	-93%
GDH Médicos	0	0	13	13	100%
GDH Cirúrgicos	112	192	1	-191	-99%
Centro de Referência do Cancro do Cólon e Reto	106	214	400	186	87%
N.º de doentes em tratamento - 1.º ano	81	173	200	27	16%
N.º de doentes em tratamento - 2.º ano	25	41	200	159	388%

Programa de saúde mental

O HFF integra desde 2014, o «Programa de Gestão dos Doentes Mentais Internados em Instituições do Setor Social – PGDMIIS», na qualidade de Entidade Referenciadora e de Serviço Pagador às instituições previstas nas Circulares Normativas e Informativas da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P: Casa de Saúde do Telhal (Instituto de São João de Deus); Casa de Saúde da Idanha e Casa de Saúde de Santa Rosa de Lima (Irmãs Hospitaleiras). Esta linha de atividade está prevista em Contrato-Programa como: «Doentes de Psiquiatria no Exterior, (Ordens religiosas)».

Os internamentos nessas Casas de Saúde, ao abrigo deste Programa, abrangem doentes crónicos, de saúde mental, com diferentes patologias e organizam-se em três grandes grupos/tipologias de faturas:

- Doentes internados até 31 de Dezembro de 2013 (I);
- Doentes referenciados para internamento, oriundos de unidades fora da área de intervenção do Hospital, incluindo Hospitais PPP, no que respeita a Rede de Referência estabelecida para as Unidades Locais de Saúde Mental (II)
- Doentes da área de intervenção do HFF – especificamente de Queluz e Massamá.

Em 2020, o valor contratado para esta linha de atividade ascendeu a 10.509.028 €.

Programas de gestão de doença crónica

O contrato programa estabelece uma linha de produção dedicada a programas de gestão de doença crónica. A produção é paga por preço compreensivo e engloba todos os episódios necessários ao tratamento do doente independentemente das linhas de produção.

As patologias são selecionadas pelo volume de doentes associados com necessidade de tratamento multidisciplinar e multiprofissional e pela relevância do gasto gerado no tratamento desses doentes.

A linha de atividade do Diagnóstico Pré-Natal (Protocolo I e II), iniciada em 2018, regista na globalidade uma redução face a 2019. Face ao período homólogo, o ano 2020 registou um aumento no número do VIH/Sida (6%). Registou-se uma diminuição de 27% no número de doentes de Esclerose Múltipla face ao ano anterior.

Regista-se uma diminuição no número de Interrupções Voluntárias da Gravidez.

Quadro 17 – Atividade dos programas de gestão de doença crónica

	2018	2019	2020	Var % 2020/2019	
Diagnóstico Pré-Natal					
Protocolo I	681	762	694	-68	-9%
Protocolo II	97	57	47	-10	-18%
VIH/SIDA - Total de Doentes Equivalentes/Ano	2.021	2.182	2.312	130	6%
IG até 10 Semanas	1.223	1.185	1.172	-13	-1%
N.º IG Medicamentosa em Amb.	26	41	12	-29	-71%
N.º IG Cirúrgica em Amb.	1.197	1.144	1.160	16	1%
Esclerose Múltipla - Total de Doentes Equivalentes/Ano	269	184	134	-50	-27%
Hepatite C - Número de Doentes Tratados	218	244	138	-106	-43%
N.º Doentes com Pré-Avaliação e Cirurgia Bariátrica - Cirurgia de Byp	34	48	80	32	67%
1.º ano de follow-up		37	43	6	16%
2.º ano de follow-up		11	26	15	136%
3.º ano de follow-up			11	11	100%
Medicamentos de cedência hospitalar em ambulatório	1.538.860	1.482.189	1.466.587	-15.602	-1%

Implantes cocleares

Desde 2017, com a criação do Centro de Referência de Implantes Cocleares na região de Lisboa, que o HFF tem vindo a reduzir o número de implantes cocleares, uma vez que, os doentes passaram a ser referenciados para esse Centro de Referência. Em 2020, foram colocados 3 implantes cocleares, devido à diminuição do número de salas cirúrgicas atribuídas a otorrinolaringologia, decorrente de em 2020 a atividade realizada no bloco operatório ter privilegiado a atividade cirúrgica urgente, nomeadamente a oncológica.

Quadro 18 – Atividade colocação implantes cocleares

	2018	2019	2020	Var % 2020/2019	
Colocação de Implantes Cocleares	3	5	3	-2	-40%

Apoio à atividade assistencial

Serviço de Farmácia

O ano de 2020 revestiu-se de particular complexidade devido ao aumento de atividade do hospital, decorrente não só da pandemia COVID-19, mas também pelo aumento das exigências de qualidade na proteção e segurança de utentes e profissionais.

Em 2020 prosseguiu-se com a implementação do projeto de implementação do circuito do medicamento, que permitirá uma maior segurança e qualidade a par com a automatização de circuitos e processos.

Da atividade realizada pelo Serviço de Farmácia durante 2020, destacam-se como principais resultados os seguintes:

- Otimização da utilização dos medicamentos e outros produtos farmacêuticos;
- Disponibilização atempada de medicamentos e outros produtos farmacêuticos aos doentes internados e em regime de ambulatório;
- Aumento na eficiência dos processos tanto internamente como nos processos transversais ao nível do circuito do medicamento;
- Redução do desperdício associado ao circuito do medicamento;
- Continuidade no investimento em medidas de Segurança do Doente e dos Profissionais Clínicos

e não Clínicos;

- Adaptação da formação dos profissionais do Serviço de Farmácia à formação virtual;
- Monitorização dos resultados com medicamentos e outros produtos farmacêuticos;
- Promoção da Segurança das existências de medicamentos e outros produtos farmacêuticos;
- Controlo/Monitorização da despesa com medicamentos e outros produtos farmacêuticos;
- Controlo dos Processos e Satisfação dos Clientes;
- Manutenção da Acreditação e Certificação;
- Manutenção do desenvolvimento da metodologia de Acompanhamento do Farmacêutico que inclui gestão da informação da base de dados para prescrição e administração de medicamentos e validação farmacêutica;
- Implementação da dupla verificação, por amostragem, da validação farmacêutica da prescrição;
- Implementação de novos processos no sector de preparações estéreis de forma a dar seguimento às boas práticas e legislação específica e na área de reembalagem;
- Definição de Planos de Gestão de Risco e Planos de Contingência para as várias áreas, nomeadamente as que se revestem de maior criticidade;
- Globalmente o Serviço de Farmácia aumentou a produção de estéreis e de citotóxicos, o nº de unidades de medicamentos reembalados, o número das intervenções farmacêuticas e manteve a atividade ligada às avaliações para a Comissão de Farmácia e Terapêutica.

No ano de 2020 as principais patologias de dispensa gratuita em ambulatório, VIH-SIDA, Patologia Oncológica, Esclerose Múltipla - EM e Artrite Reumatoide, registaram aumento no valor de consumo, com especial realce para a Esclerose Múltipla - EM e Artrite Reumatoide, que continuaram a registar aumentos significativos de doentes, entrando em programa 23 e 12 novos doentes respetivamente.

Quadro 19 – Medicamentos de dispensa gratuita em ambulatório

Principais patologias SICA								
Patologias	Valor (€)				Doentes			
	2020	2019	Var. 20/19 (€)	Var. 20/19 (%)	2020	2019	Var. 20/19	Var. 20/19 (%)
VIH/SIDA	14.734.922 €	14.295.445 €	439.477 €	3%	2.951	2.840	111	4%
Patologia Oncológica	5.460.708 €	5.182.276 €	278.432 €	5%	1.956	2.016	-60	-3%
Esclerose Múltipla	4.200.422 €	3.212.437 €	987.985 €	31%	327	304	23	8%
Artrite Reumatóide (Prescrições Externas)	1.376.381 €	1.372.259 €	4.122 €	0%	233	221	12	5%
Doença de Crohn Activa Grave ou com Formação de Fístulas	968.277 €	914.422 €	53.855 €	6%	168	153	15	10%
Hepatite C - Programa Específico	834.168 €	1.630.007 €	-795.839 €	-49%	136	241	-105	-44%
Artrite Reumatóide (Prescrições Internas)	822.719 €	780.552 €	42.167 €	5%	151	150	1	1%
Deficiência da Hormona de crescimento na criança e Síndrome de Turner	347.081 €	364.310 €	-17.229 €	-5%	81	82	-1	-1%
Asma	297.884 €	275.133 €	22.751 €	8%	30	28	2	7%
Profilaxia do VSR	240.230 €	276.065 €	-35.834 €	-13%	116	120	-4	-3%
Insuficientes Renais Crónicos e Transplantados Renais	146.230 €	193.986 €	-47.757 €	-25%	553	626	-73	-12%
Outras Patologias	197.939 €	298.118 €	-100.179 €	-34%	350	359	-9	-3%
Consumo Interno	12.323.816 €	11.442.522 €	881.293 €	8%	17.997	19.836	-1839	-9%
Totais	41.950.777 €	40.237.534 €	1.713.244 €	4%	25.049	26.976	-1927	-7%

Verificou-se uma redução no programa específico - Hepatite C motivada pelas alterações na atividade devido à pandemia, com especial enfoque na paragem do seguimento dos doentes nos Estabelecimentos Prisionais.

Serviço Social

O Serviço Social é um serviço de apoio clínico e integra o Departamento dos Serviços Transversais, tendo como missão prestar apoio social, com vista à resolução dos problemas psicossociais que dificultam o tratamento, cura e reabilitação do utente / doente, garantindo em tempo útil a continuidade de cuidados de apoio social indispensável à situação.

A equipa de Serviço Social, constituída por 21 Assistentes Sociais, conta desde meados de 2020 com mais 3 colegas no âmbito da atividade inerente ao Covid 19, totalizando assim no final do ano um total de 24 colaboradores. A sua atividade passa pelos diferentes Departamentos, nomeadamente: Medicina, Especialidade Médicas e Urgência, Cirurgia e Especialidades Cirúrgicas, Departamento da Mulher, Criança e do Jovem, e Saúde Mental.

Em 2020 o Serviço Social prestou assistência a 7.636 utentes, que corresponderam a um total de 29.862 atos sociais (entrevistas de avaliação e de seguimento, reuniões, contactos com utentes, famílias e instituições diversas, informações sociais, visitas domiciliárias, entre outros).

Paralelamente acompanhou todas as situações dos doentes com alta clínica, que se encontram em camas de retaguarda do HFF (lares e de rede, onde aguardam vaga da RNCCI) e camas clínicas contratadas a entidades externas ou para as quais foram transferidos doentes durante a situação pandémica.

O Serviço Social integra também grupos de trabalho, nomeadamente a equipa de Gestão de Altas / EGA (âmbito da RNCCI), tendo no ano 2020, avaliado e orientado 1.023 utentes; na Equipa Intra Hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos (EIHSCP), onde participou na referenciação de 172 utentes; integra ainda a Equipa de Suporte de Cuidados Integrados Pediátricos, o Núcleo Hospitalar de Apoio Criança e Jovem em Risco, as Unidades Coordenadoras Funcionais de Pediatria e Obstetrícia e a Equipa de Prevenção Violência no Adulto (EPVA). No âmbito desta última equipa foram preenchidos 104 Protocolos de Violência Inter Pessoal / Violência Doméstica, particularmente no serviço da Urgência Geral.

O Serviço participou também em reuniões externas, no âmbito da Coordenação Local de Ação Social (CLAS) da Rede Social da Amadora e de Sintra e das Redes de Intervenção na Violência (RIIVA – Rede de Intervenção Integrada na Amadora e RIVS – rede de Intervenção na Violência em Sintra).

Serviço de Gestão Hoteleira

O Serviço de Gestão Hoteleira (SGH) é guiado pela missão de prestar serviços de hotelaria de qualidade, no respeito pela dignidade dos doentes, utilizando os recursos disponibilizados de forma eficiente nas áreas da Alimentação, Higiene e Limpeza, Gestão de Resíduos, Lavandaria, Gestão e tratamento do fardamento dos colaboradores, Manutenção de Parques e jardins, Desinfestação e controlo de pragas.

Higiene e Limpeza

Em 2020, o SGH supervisionou a prestação do serviço de limpeza, que envolve cerca de 172.140 horas de limpeza/ ano, o que corresponde a 14.345 horas por mês. A atividade do prestador estende-se a todos os serviços do hospital.

Atendendo à emergência de saúde pública, bem como à classificação do vírus como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020, houve necessidade de acautelar serviços extra no reforço de limpeza e desinfecção. Este acréscimo representou cerca de 12.735 horas de limpeza desde 24 de março até 31 de dezembro.

Lavandaria

A roupa do HFF e o fardamento dos colaboradores do HFF são lavados na lavandaria do próprio hospital. Em 2020, a lavandaria do HFF tratou cerca 1.238.344 kg de roupa hospitalar e 79.637 kg de fardamento dos seus colaboradores.

Atribuição de fardamento: No decorrer de 2020, entre entradas, substituições e reposições, o SGH atribuiu um total 6.812 peças de fardamento, na sua grande maioria a Médicos, Enfermeiros e Auxiliares de Ação Médica. Este número representa um decréscimo na quantidade de fardamento atribuído nominalmente em relação ao ano passado devido à implementação da utilização de fatos de circulação nos serviços Covid-19 e na consequente redução da atribuição de fatos de circulação em formato nominal. Os serviços primaram pela utilização de fatos de circulação em detrimento do fardamento convencional. Consequentemente verificou-se um acréscimo da quantidade de roupa e fardamento tratado na lavandaria HFF.

Gestão de Resíduos

A Gestão integrada ao nível dos resíduos hospitalares envolve as operações de recolha interna ao nível dos diferentes serviços, centralização no Ecocentro e recolha/encaminhamento para destino final adequado. Os resíduos com carácter de produção regular, designadamente os grupos I, II, III e IV e os resíduos líquidos, estão sob a responsabilidade de um único operador, ao abrigo de concurso público.

Quadro 20 – Resíduos Hospitalares por Grupo

Resíduos Hospitalares	2020
Grupo I e II (kg)	767.860
Grupo III (kg)	763.351
Grupo IV (kg)	19.354

A produção de resíduos perigosos foi de mais 53,3% no grupo III e de mais 3,25% no Grupo IV, relativamente a 2019, muito por via das medidas implementadas no âmbito da prevenção e tratamento da Covid-19.

No que diz respeito às fileiras dos recicláveis a de maior representatividade é a do papel/cartão. O seu acondicionamento é efetuado em contentor compactador e foram encaminhadas cerca de 108 toneladas em 2020. Relativamente à fileira do plástico, com a continuação do projeto do encaminhamento de fita filme, com origem nos armazéns gerais, e o seu alargamento a áreas como a Lavandaria e alguns serviços selecionados em modo de projeto piloto, foram encaminhados cerca de 4600 kg.

É também assegurado o encaminhamento dos resíduos orgânicos ao abrigo do Programa + Valor, um projeto que envolve o Hospital, a Câmara Municipal da Amadora e a Valorsul, ao abrigo do qual os resíduos são recolhidos diariamente e encaminhados para valorização.

Alimentação

Em 2020, o SGH acompanhou a execução do contrato com o prestador de serviços de alimentação, assegurando o fornecimento de refeições aos doentes e funcionários deste Hospital. Supervisionou, em conjunto com a UND, a cozinha e refeitório, garantindo o cumprimento das normas de higiene e segurança.

Em 2020 foram servidas:

Quadro 21 – Refeições servidas

Refeições Servidas	2020
Refeições para doentes	841.671
Refeições para acompanhantes	9.639
Ceias para pessoal	100.709
Refeições para dadores de sangue	1.819

Objetivos e Resultados

O HFF contratualiza anualmente com a tutela sectorial (Administração Central do Sistema de Saúde e Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo) o nível de serviço público a prestar pelo hospital.

O Acordo Modificativo 2020 do Contrato Programa 2017-2019 (prorrogação para 2020) incorpora políticas, orientações específicas e objetivos a alcançar que incluem, além da atividade assistencial, as contrapartidas financeiras que estão associadas àquela produção/atividade, o orçamento económico e os objetivos de qualidade e eficiência, que determinam o Índice de Desempenho Global (IDG) do hospital e que estão indexados a uma verba de incentivos institucionais que corresponde a 5% do Contrato Programa.

Atividade

O HFF elabora anualmente uma proposta de atividades a contratualizar por linha de atividade, tendo em conta a procura expressa em termos de listas de espera.

Essa proposta é posteriormente negociada com a ARSLVT de modo a incorporar as metas regionais estabelecidas por aquela entidade.

Seguidamente, o HFF ajusta a produção SNS ao financiamento disponível e às orientações formuladas pela tutela nos “Termos de Referência para contratualização de cuidados de saúde no SNS para 2020”, documento que estabelece as orientações gerais e específicas, nomeadamente o preço das quantidades produzidas por linha de produção e as regras de faturação dessa produção.

Com a entrada em vigor da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, em 2012, Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a ACSS definiu que os valores dos contratos programa não poderiam superar os 100% ainda que a produção valorizada possa ser superior. Até 2012, os hospitais podiam faturar até 110% dos contratos, embora com preços inferiores, incentivando a sucessivos aumentos de produção.

Em 2020, apesar de ter sido um ano muito condicionado pela situação pandémica, pela escassez de recursos humanos em algumas áreas importantes, nomeadamente no Bloco Operatório, e que vieram condicionar de forma significativa a atividade do HFF, globalmente os objetivos contratualizados em termos de atividade assistencial foram alcançados.

Assim, a taxa de execução do Acordo Modificativo de 2020 foi de 94,3%.

Quadro 22 – Acompanhamento do Acordo Modificativo

Objectivos e resultados da atividade assistencial	Cumprimento		Taxa de Execução (%)
	S	N	
Consultas externas médicas		X	94,5%
Primeiras Consultas		X	91,9%
Consultas Subsequentes		X	95,5%
Internamento			
GDH Médicos		X	95,3%
GDH Cirúrgicos Programados		X	82,3%
GDH Cirúrgicos Urgentes	X		101,0%
Dias de Internamento de Doentes Crónicos		X	98,5%
Episódios de GDH de Ambulatório			
GDH Médicos		X	95,7%
GDH Cirúrgicos Programados		X	98,7%
Urgências			
Atendimentos SU Médico-Cirúrgica		X	90,3%
Atendimentos SU Básica		X	77,6%
Sessões em Hospital de Dia			
Base	X		101,5%
Imuno-Hemoterapia	X		101,3%
Psiquiatria	X		101,5%
Programas de gestão de doença crónica			
VIH/Sida (doentes em TARV)	X		101,5%
Hepatite C		X	46,0%
Esclerose Múltipla - doentes em terapêutica		X	59,6%
Cancro do colon e reto	X		100,0%
PTCO		X	92,6%
Diagnóstico Pré-Natal	X		101,5%
IVG até 10 semanas		X	97,6%
Colocação de implantes cocleares		X	65,1%
Telemonitorização DPOC	X		144,2%
Serviços domiciliários - consultas		X	95,3%
Hospitalização Domiciliária		X	47,4%
Medicamentos de cedência hospitalar em ambulatório	X		99,0%
Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio		X	53,1%
Programa de Incentivo à Integração de Cuidados	X		100,0%
Internos	X		100,0%
Total Contrato Programa - Produção		X	94,3%

Objetivos de qualidade e eficiência económico- financeira

A informação disponível no Sistema de Informação para a Contratualização e Acompanhamento (SICA) da ACSS, à data de elaboração do relatório, encontra-se espelhada no mapa seguinte.

Quadro 23 – Objetivos de qualidade e eficiência económico-financeira

Objectivos de qualidade e eficiência económico-financeira	Cumprimento		Taxa de Execução (%)
	S	N	
Objectivos Nacionais			
Acesso			
A.1 - Percentagem de utentes em Lista de Espera para a Consulta (LEC) dentro do TMRG	X		108,1%
A.2- Percentagem de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG)		X	87,2%
A.3 - Percentagem utentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) dentro do TMRG		X	66,6%
A.4 - Percentagem de doentes operados dentro dos TMRG		X	95,8%
A.5 - Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem	X		104,2%
A.6 - Percentagem de doentes referenciados para a RNCCI, avaliados/confirmados pela EGA em tempo adequado (até 2 dias úteis), no total doentes referenciados para a RNCCI	X		125,0%
Qualidade			
B.1 - Percentagem de reinternamentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria Diagnóstico	X		120,5%
B.2 - Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	X		131,1%
B.3 - Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas		X	99,5%
B.4 - Índice de mortalidade ajustada		X	48,6%
B.5 - Índice de demora média ajustada	X		104,4%
B.6 - Demora média antes da cirurgia		X	70,0%
Eficiência			
C.1 - Gastos operacionais por doente padrão			melhor do grupo
C.2 - Doente padrão por médico ETC		X	86,4%
C.3 - Doente padrão por enfermeiro ETC		X	82,6%
C.4 - Percentagem de gastos com horas extraordinárias, suplementos e fornecimentos de serviços externos (selecionados) no total de gastos com pessoal			

FONTE: SICA de dia 11 de maio de 2021

Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2020, o HFF, EPE contava com um total de 3.180 colaboradores, dos quais 2.485 (78,1%) do sexo feminino e 695 (21,9%) do sexo masculino.

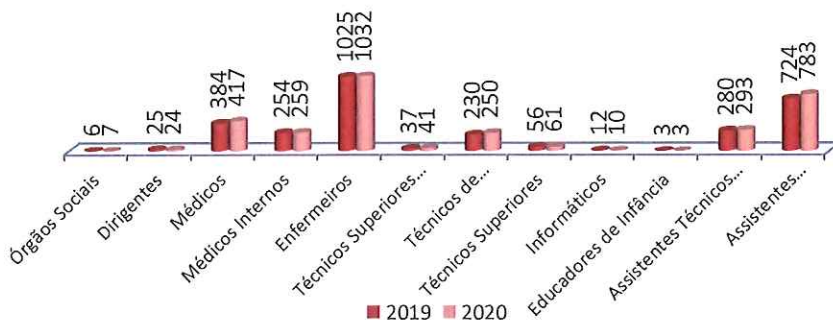
Quadro 24 – Distribuição dos colaboradores por sexo e por grupo profissional

Grupo Profissional	H	M	Total
Órgãos Sociais	4	3	7
Dirigentes	10	14	24
Médicos	132	285	417
Médicos Internos	88	171	259
Enfermeiros	202	830	1.032
Técnicos Superiores de Saúde	6	35	41
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	47	203	250
Técnicos Superiores	13	48	61
Informáticos	7	3	10
Educadores de Infância		3	3
Assistentes Técnicos (ADM)	52	241	293
Assistentes Operacionais (AUX)	134	649	783
Total	695	2.485	3.180

O Hospital integra 44 profissionais portadores de deficiência.

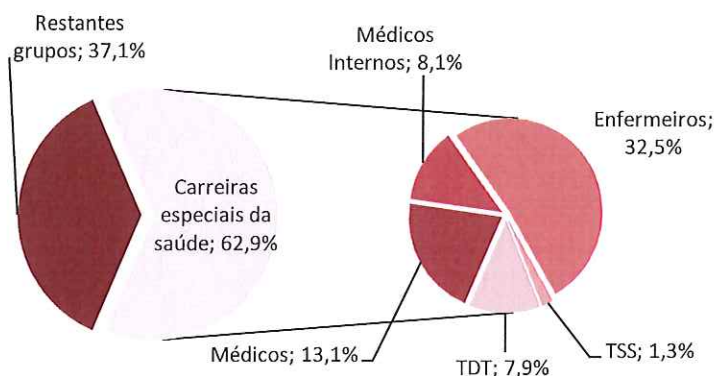
Face a 2019, em que o número de colaboradores era de 3.036, o Hospital contou com um acréscimo de 144 colaboradores, sendo o aumento mais significativo nos grupos profissionais dos Assistentes Operacionais (+59) e Médicos (+33). O aumento é maioritariamente justificado pelo reforço de recursos humanos necessário à prevenção, contenção, mitigação e tratamento da pandemia COVID-19, registando-se a 31/12/2020, 112 trabalhadores contratados em regime de contrato de trabalho a termo certo, no âmbito do regime legal excecional, previsto no n.º 3 do artigo 6.º do DL 10-A/2020, de 13/03.

Figura 10 – Distribuição dos colaboradores por grupo profissional



Relativamente à distribuição por grupo profissional, os enfermeiros constituem o grupo mais representativo, com 1.032 colaboradores (32,5%), seguindo-se os assistentes operacionais com 783 (24,6%) e os médicos com 417 (13,1%). Os técnicos de diagnóstico e terapêutica e técnicos superiores de saúde totalizam 291 profissionais (9,2%). No âmbito do Internato Médico, a área da formação específica integra 211 internos e a formação geral 48. Durante o ano de 2020 concluíram a especialidade 34 médicos, dos quais 14 celebraram contrato individual de trabalho com o HFF, EPE.

Figura 11 – As carreiras especiais de saúde (CES) no HFF, EPE



No que respeita à relação jurídica de emprego, a maioria dos profissionais (90,9%) detém contrato de trabalho ao abrigo do código do trabalho (2.765 contratos sem termo e 125 contratos a termo), 8,1% com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto (259 médicos internos) e apenas 9 dos profissionais (0,3%) possuem contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, os quais pertencentes ao quadro residual público do próprio Hospital.

Figura 12 – As carreiras especiais de saúde (CES) no HFF, EPE

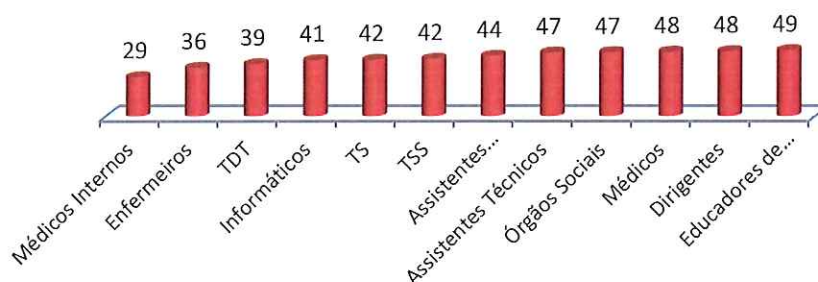


Da totalidade dos colaboradores, encontram-se a exercer funções no HFF, EPE, 15 profissionais em situação de mobilidade e 5 médicos aposentados contratados nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2015, de 15 de abril (Diploma que regula o exercício de funções no SNS por médicos aposentados).

De referir que os regimes de trabalho dos grupos profissionais deste Hospital constam (também) previstos em sede de instrumentos de regulamentação coletiva, designadamente do Acordo de Empresa (publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.º 39, de 22/10/1999 com as alterações que constam do BTE n.º 33, de 8/09/2005) para os profissionais médicos que não aderiram ao acordo coletivo de trabalho (publicado no BTE, n.º 41, de 8 de novembro de 2009), e do Acordo de Empresa (publicado no BTE, 1.ª série, n.º 45, de 8/12/2003, com as alterações que constam dos BTE n.º 26, de 15/07/2008 e n.º 22, de 15/06/2009) aplicável às demais carreiras/grupos profissionais deste Hospital.

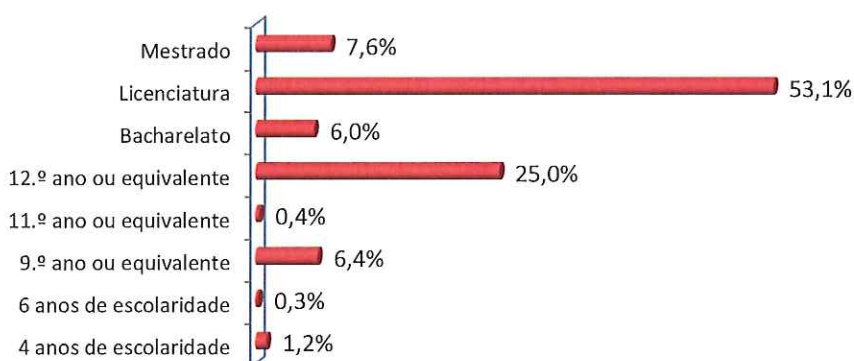
No que concerne à média de idade dos profissionais, esta situa-se nos 40,5 anos em 2020, sendo a média por grupo profissional a seguinte:

Figura 13 – Média da escolaridade dos colaboradores do HFF



Relativamente à distribuição dos profissionais por habilitações literárias, constata-se que 66,7% têm formação superior, sendo a licenciatura o grau mais representativo (53,1%).

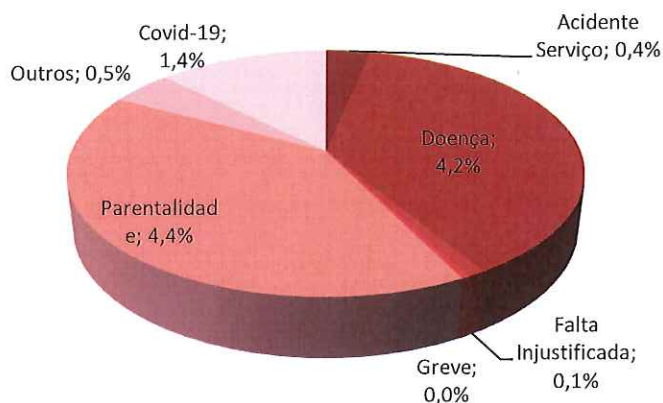
Figura 14 – Distribuição dos colaboradores por habilitações literárias



Em 2020 houve um aumento na taxa de absentismo, que passa de 8,8% em 2019 para 11,0%, tendo contribuído para tal o surgimento da pandemia por Covid-19, seja por ausências para cumprimento do período de isolamento, baixa por doença COVID ou para apoio aos filhos em idade escolar em caso de encerramento das escolas.

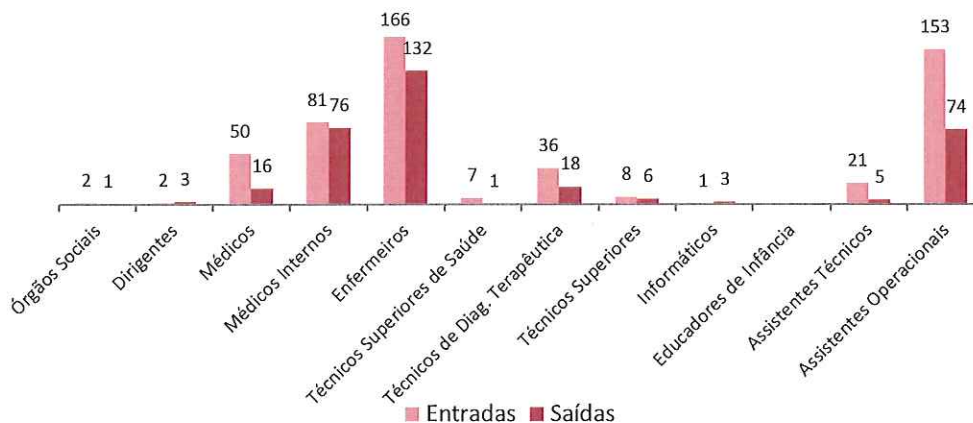
Os grupos profissionais que mais contribuíram para a taxa de absentismo foram os enfermeiros e assistentes operacionais, com 4,5% e 3,2%, respetivamente. Os principais motivos de absentismo identificados foram no âmbito da parentalidade e doença, como se observa pelo gráfico abaixo:

Figura 15 – Média da distribuição por tipo de ausência no HFF, EPE



No que respeita à rotatividade de profissionais em 2020, ilustrada no gráfico infra, as movimentações registaram uma taxa de turnover de 10,5%.

Figura 16 – Entradas e Saídas de colaboradores



Devido à pandemia COVID, o programa europeu de intercâmbio de profissionais de saúde (HOPE), foi suspenso.

Relativamente a estágios de diversas áreas, devido à situação pandémica sentida e à necessidade de suspensão dos estágios autorizados, o Hospital recebeu, em 2020, um total de 621 alunos, referenciando-se os enfermeiros e os médicos, como os grupos de maior destaque no acompanhamento de estágios, à semelhança de anos anteriores, com um total de 201 (32%) e 318 (51%) estagiários, respetivamente.

No ano de 2020 foram abertos 60 processos de recrutamento para diversos grupos profissionais, com um total de 3.028 candidaturas rececionadas, 941 entrevistas realizadas e 728 candidatos selecionados.

Prestadores de serviços

Em 2020, o HFF contou com a colaboração de prestadores de serviços (quer a título individual, quer a título de empresa), para fazer face à escassez de Médicos em algumas especialidades e aos compromissos do hospital, de forma a assegurar os cuidados de saúde à população, em particular nos serviços de Urgência.

A morosidade na obtenção de autorização da Tutela para a contratação de médicos e a necessidade de reforço das escalas de urgência como ferramenta de combate à pandemia COVID 19 potenciou o aumento de 10.001 horas, face a 2019, e com um respetivo aumento de custos de 321.307 €. O valor hora médio em 2019 era de 27€ e o de 2020 situou-se nos 46€, sendo o aumento justificado pela necessidade de pagamento de valor hora diferenciado superior ao valor hora de referência (22€/26€) em alguns serviços críticos onde se verificam carência de recursos humanos médicos, designadamente anestesiologia, cirurgia geral, urgência geral, urgência ginecológica e obstétrica, urgência pediátrica, UCIEN, UCIEP, urgência geral e Imagiologia.

Quadro 25 – Horas e montantes processados em regime de prestação de serviços, por grupo profissional

Grupo Profissional	Ano				Diferença	
	2019		2020		Δ 2020/2019	
	Nº Horas	Montante	Nº Horas	Montante	Nº Horas	Montante
Médicos	148.730	4.015.280	158.732	4.336.586	10.001	321.307
Técnicos Diagnóstico e Terapêutica	815	5.692			-815	-5.692
Total	149.545	4.020.972	158.732	4.336.586	9.187	315.614

Sistemas de Informação

O HFF utiliza os seguintes sistemas de informação:

Quadro 26 – Sistemas de informação existentes no HFF

Clínicas		
ASTRAIA	SICO	HOSIX VB Anatomia
Farma	SIVIDA	HOSIX VB Enfermaria
GID	Soarian Clinicals	HOSIX VB Farmácia
ICDx	ASIS	HOSIX VB Médicos
ManchesterTriage	ATHIS	HOSIX VB Quirofanos
Nefrus	RIDAI	CIT
Patologic	bHealth Flow	DonorNow
PDS	Cardiobase	Dragon Medical 360
PEM	CardiobaseWeb	ePrescription
Portal da Consulta	Centricity v3	epSOS
Portal da Farmácia	VueMotion	Appolo
Portal de MCDT's	VuePACS	Carta sobre Rodas
Registo Centralizado de Vacinas	WebAppolo	
Electromedicina		
Intellispace ECG	ImageVault	Omniview
Dose Watch	Kardex	PACS Worklist
EyeSuite	Maternum	Bheath Printer
DICOM Shot	MedWeb	Siemens RapidLink
ERP/Financeira/Logística		
SAP EHP 7	HOSIX VB Faturação	Ekanban
SIBS	Gestão de Consumos de Bloco	OCS Mobile
VTaxas	StockScan	
Recursos Humanos		
AcessFive	Gestão de Horários	
RHV	Gestão de Identidades	
Suporte à atividade		
HOSIX VB Suministros	HOSIX .NET Termos	BalcoesTV - GA
Soarian Scheduling	Intranet	CDI - Repositório
HOSIX VB Admissão	IVR - OneAgent	Coordenação Hosp de Doação
Proximo	Kofax Capture	CTH P1
sugarCRM	Portal do Executivo	Easylynq
SUGIRA	Prover	Formulário SGD
TargetOne	SIGIC	GA Proside
VIGIE	SIRIC	GDH
WebGDH Standalone	AcessFive - Senhas de Almoço	Gesmanth
WebRNU	ATARV	Auditor
Gestão de Ocorrências	HER	
Sistemas / Infraestrutura		
EasyVista	Forefront UAG	TS Remote Desktop Apps
HOSIX VB Usuarios	Cisco Video Surveillance	Virtual Desktop Infrastructure
Forefornt TMG	Symantec Endpoint Protection	Soarian OPENlink
Forefront Client Security	Active Directory	PandoraFMS Community

Relativamente aos métodos e parâmetros de segurança e salvaguarda da confidencialidade da informação respeitante aos utentes, nos termos da legislação em vigor, está em atividade a plataforma de gestão de identidades que integra a informação de “cadastro”, para mapeamento do perfil funcional nos sistemas de informação, de acordo com o perfil profissional, permitindo o prazo de acesso em função de contrato firmado.

A informação em produção, que diz respeito aos utentes, encontra-se em bases de dados seguras, localizadas num Centro de Dados, module secure e de acesso restrito;

A informação clínica é passível de auditoria e rastreabilidade, com identificação e *timestamps* sobre todos os eventos (criação, consulta, alteração, eliminação) nos registos clínicos;

O Hospital possui uma política e procedimentos para a salvaguarda de dados com base em *backups* para TAPE (totais, parciais e incrementais), que são guardadas em Cofre apropriado e geograficamente deslocalizadas do Centro de Dados.

Sistema de Gestão da Qualidade

O Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca em 2020 realizou com sucesso a auditoria externa de acompanhamento no âmbito da Certificação ISO pelo *Caspe Healthcare Knowledge System, CHKS*.

A auditoria de acompanhamento ou de monitorização validou o trabalho desenvolvido pelos profissionais do HFF na melhoria da qualidade da prestação de cuidados de saúde ajustados à contingência sanitária atual.

Em 2020, a Comissão Nacional para os Centros de Referência iniciou o processo de avaliação dos Centros de Referência, Oncologia de Adultos, Cancro Hepatobilio-Pancreático e Cancro do Reto, tendo o HFF submetido os dados requeridos para a referida avaliação.

Para o sucesso deste percurso tem sido relevante o envolvimento de todos os profissionais num objetivo estratégico, o da melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados aos Utentes num ambiente altamente complexo, de pandemia, que se quer seguro e humano e para utentes e também para os profissionais, através da melhoria das práticas e da redução dos riscos a que estão expostos utentes e profissionais.

O trabalho com a documentação referente ao sistema de gestão da Qualidade do HFF continua focado na simplificação e na diminuição do volume de documentação existente pouco relevante para a atividade dos profissionais, tendo em conta a maturidade do sistema de gestão da qualidade no HFF.

Mantivemos as atividades de realização das auditorias internas de âmbito clínico e não clínico assim como as avaliações integradas do risco.

A avaliação da satisfação dos utentes em 2020 ocorreu no último quadrimestre do ano.

Para a auscultação dos utentes mantivemos o recurso aos SMS e *email* como ferramentas promotoras da resposta em tempo adequado e ajustado à realidade atual.

As áreas que estiveram em avaliação dos utentes foram:

- Consulta Externa presencial;
- Consulta Externa não presencial;
- Urgências;
- Internamento;
- Imagiologia;
- Hospitais Dia.

Foram enviados cerca de 76 mil convites e desses responderam cerca de 12% o que no nosso entender revela a eficácia da metodologia adotada. Grande número de utentes, forneceram algum tipo de comentário e/ou sugestão, referente à sua experiência durante o episódio com a instituição.

Esses contributos serão utilizados para melhorar as situações relacionadas com marcações e desmarcações de atos clínicos que os utentes nos apresentaram.

Segurança Contra Incêndios

Para assegurar o cumprimento do regime jurídico, nomeadamente a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, o HFF dispõe do seu Plano de Segurança Interno. Este Plano contempla aspetos relacionados com toda a estrutura preventiva e interventiva, com uma organização modular e é composto por:

- Plano de Prevenção;
- Plano de Emergência Interno (plano de atuação);
- Registos de Segurança.

No âmbito da segurança contra incêndios foram revistos os meios existentes tais como, extintores, carreteis, sinalética, plantas de emergência e percursos de evacuação de modo a manter válido e atualizado plano e práticas para minimização do risco e promoção da segurança contra incêndios.

Formação e Ensino

À semelhança do verificado em todas as linhas de atividade do HFF, a situação epidemiológica COVID teve um forte impacto na atividade formativa realizada no ano de 2020.

Entre os meses de março e setembro de 2020, a atividade formativa esteve suspensa, tendo, durante esse período, sido realizadas ações de formação maioritariamente relacionadas e orientadas para a temática do risco clínico e não clínico.

No ano de 2020, foram contabilizadas 570 ações de formação (internas e externas) frequentadas por 3.742 participantes, tendo sido utilizados 37.384€ do orçamento de formação aprovado, o que corresponde a 33% do orçamento total. Face ao ano de 2019, o impacto da situação epidemiológica de 2020 reflete-se no decréscimo generalizado e acentuado dos indicadores da atividade formativa: -69% de ações realizadas, -67% de participantes e -56% de investimento em formação.

Quadro 27 – Execução Orçamental 2019 e 2020

	2020	2019	Δ 2020/2019
Orçamento anual	125.921 €	137.920 €	-18%
Execução Orçamental	37.384 €	85.178 €	-56%
% Execução	33%	62%	-47%
Ações	570	1.865	-69%
Formandos	3.742	11.405	-67%

Salienta-se que 53% dos profissionais, realizaram pelo menos 1 ação de formação, sendo que destes, 80% pertencem às áreas clínicas.

No que respeita à formação interna, em 2020 foram realizadas 179 ações (31% da totalidade das ações de formação desenvolvidas) para um total de 3.116 formandos(as) (83% da totalidade de formandos), com um investimento de 25.729€, o que corresponde a 20% do orçamento global aprovado e 69% do orçamento gasto em formação. Face ao período homólogo de 2019, e mantendo-se o previsível, verifica-se um decréscimo significativo na generalidade dos indicadores de atividade: - 64% de ações de formação internas realizadas, - 66% de formandos e -78% de horas de formação.

A maioria das ações de formação interna foi direcionada às áreas clínicas, mantendo-se o grupo dos(as) Médicos(as) (onde estão incluídos os Internos(as)), seguido pelo grupo dos Enfermeiros(as), com o maior destaque, no que confere ao maior número de participantes, horas de formação e investimento efetuado.

No que respeita à formação externa, foram efetuados 391 pedidos para frequência em ações de formação (69% da totalidade das ações de formação desenvolvidas), por 626 formandos(as) (83% da totalidade), com um investimento total de 11.645€, o que corresponde a 9% do orçamento global de formação e 31% do orçamento investido em formação.

Face ao período homólogo de 2019, o decréscimo sentido foi superior a 70% em todos os indicadores da atividade formativa (número de formandos(as), dias e horas de formação e investimento). No que se refere à formação externas ocorreu nas áreas clínicas, sendo o grupo dos Médicos(as) o de maior

destaque, com maior número de participantes, de horas e investimento em formação, seguido do grupo profissional dos Enfermeiros(as).

Seguindo a tendência de anos anteriores, a execução do orçamento de formação no ano de 2020 (interna e externa) foi maioritariamente alocado ao grupo profissional dos médicos(as), seguido dos enfermeiros(as), correspondendo, respetivamente, a 51% e 39% do valor.

Quadro 28 – Formação em 2020 por grupo profissional

	Formandos	Dias curso	Horas curso	Dias ausência	Horas ausência	Investimento
TOTAL GERAL	11.405	14.053	81.825	11.140	61.420	37.383,70 €
Áreas Clínicas	3.207	4.797	28.528	3.369	18.481	36.786,40 €
Enfermeiro(a)	1.197	1.483	8.292	853	3.831	14.443,80 €
Médico(a) Interno(a)	1.251	2.144	13.193	1.660	9.805	16.847,60 €
Médico(a)	393	615	3.768	518	3.089	2.142,30 €
Técnico(a) Diagnóstico e Terapêutica	280	433	2.592	224	1.129	2.858,30 €
Técnico(a) Superior de Saúde	86	123	683	115	627	494,30 €
Áreas Não Clínicas	535	369	1.486	368	1.479	597,30 €
Administrativo(a)	8	10	59	10	59	47,90 €
Auxiliar	360	200	626	200	626	431,40 €
Dirigente	15	31	185	31	185	70,00 €
Educador(a) Infância						
Informática	4	2	9	2	9	-
Técnico(a) Superior	30	41	256	41	256	47,90 €
Externo	118	87	351	86	344	-
FORMAÇÃO INTERNA	9.113	5.964	25.202	25.202	5.964	25.739,10 €
Áreas Clínicas	2.595	1.933	8.480	1.933	8.480	25.211,80 €
Enfermeiro(a)	1.134	715	2.916	715	2.916	13.378,80 €
Médico(a) Interno(a)	944	814	3.883	814	3.883	10.036,60 €
Médico(a)	227	161	590	161	590	950,90 €
Técnico(a) Diagnóstico e Terapêutica	223	164	709	164	709	845,40 €
Técnico(a) Superior de Saúde	67	80	382	80	382	- €
Áreas Não Clínicas	521	328	1.199	328	1.199	527,30 €
Administrativo(a)	8	10	59	10	59	47,90 €
Auxiliar	359	199	619	199	619	431,40 €
Dirigente	12	8	24	8	24	-
Educador(a) Infância	-	-	-	-	-	-
Informática	4	2	9	2	9	-
Técnico(a) Superior	24	31	186	31	186	47,90 €
Externo	114	80	302	80	302	- €
FORMAÇÃO EXTERNA	9.113	5.964	25.202	25.202	5.964	11.644,60 €
Áreas Clínicas	612	2.864	20.048	1.436	10.001	11.574,60 €
Enfermeiro(a)	63	768	5.376	138	915	1.065,00 €
Médico(a) Interno(a)	307	1.330	9.310	846	5.922	6.811,00 €
Médico(a)	166	454	3.178	357	2.499	1.191,40 €
Técnico(a) Diagnóstico e Terapêutica	57	269	1.883	60	420	2.012,90 €
Técnico(a) Superior de Saúde	19	43	301	35	245	494,30 €
Áreas Não Clínicas	14	41	287	40	280	70,00 €
Administrativo(a)	-	-	-	-	-	-
Auxiliar	1	1	7	1	7	-
Dirigente	3	23	161	23	161	70,00 €
Educador(a) Infância	-	-	-	-	-	-
Informática	-	-	-	-	-	-
Técnico(a) Superior	6	10	70	10	70	-
Externo	4	7	49	6	42	-

Indicadores de desempenho económico-financeiro

Resultados

Analisando os resultados obtidos no final do ano de 2020, verifica-se que o Resultado Líquido do Exercício é de 26.792.130,46€ negativos, o que representa um agravamento no Resultado de 19.478.058,26€, face ao período homólogo. No que respeita ao valor previsto na Adenda do Acordo Modificativo de 2020, o resultado apurado situa-se 42% abaixo do valor orçamentado, apresentando uma diferença de -7.949.574,34€ relativamente ao esperado. Relativamente ao EBITDA o mesmo decresceu 18.956.449,93€ face ao ano anterior, tendo também ficado abaixo do valor orçamentado.

Quadro 29 – Resultados

Resultados	2019	2020	Var 2020/2019	Orçamento	Var Orçamento
EBITDA	- 3.460.602,61 €	- 22.417.052,54 €	- 18.956.449,93 € -548%	- 14.057.003,04 €	- 8.360.049,50 € -59%
Resultado Líquido do Exercício	- 7.314.072,20 €	- 26.792.130,46 €	- 19.478.058,26 € -266%	- 18.842.556,12 €	- 7.949.574,34 € -42%

Este apuramento é resultante dos rendimentos serem no valor de 192.428.511,45€ e os gastos serem de 219.213.633,12€.

Rendimentos

Quadro 30 – Rendimentos

Rendimentos	2019	2020	Var 2020/2019	Orçamento	Var Orçamento
70 - Impostos, contribuições e taxas	2.348.347,14 €	1.250.426,27 €	- 1.097.920,87 € -47%	863.000,00 €	387.426,27 € 45%
71 - Vendas	1.159.519,84 €	1.245.171,58 €	85.651,74 € 7%	1.151.270,33 €	93.901,25 € 8%
72 - Prestações de serviços e concessões	152.756.578,53 €	145.921.671,27 €	- 6.834.907,26 € -4%	154.720.896,52 €	- 8.799.225,25 € -6%
75 - Transferências e subsídios correntes obtidos	34.217.886,84 €	42.042.152,03 €	7.824.265,19 € 23%	40.256.190,81 €	1.785.961,22 € 4%
76 - Reversões	-	47.675,38 €	- € 0%	-	-
78 - Outros rendimentos e ganhos	1.493.088,58 €	1.921.414,92 €	428.326,34 € 29%	1.486.935,98 €	434.478,94 € 29%
79 - Juros, dividendos e outros rendimentos similares	75,57 €	- €	- 75,57 € -100%	100,00 €	- 100,00 € -100%
Total	191.975.496,50 €	192.428.511,45 €	453.014,95 € 0%	198.478.393,64 €	- 6.049.882,19 € -3%

O valor dos rendimentos do HFF, em 2020, é de 192.428.511,45€, evidenciando um crescimento de 453.014,95€.

O financiamento atribuído no âmbito do Acordo Modificativo para 2020 pela ACSS ascendeu a 184.727.466,50€, dos quais 39.376.190,81€ em rendimentos de contexto (conta 75), o que representa cerca de 96,99% do total de rendimentos do HFF em 2020. Estes valores foram registados pelo HFF de acordo com as instruções da ACSS, que têm subjacentes uma taxa de execução do Acordo Modificativo de 2020 de 94,4% de produção realizada e de 99,3% de incentivos, que resulta numa taxa global de 95,8%. Estas taxas são apuradas, pela ACSS, tendo por referência a taxa de execução mais elevada dos últimos três Contrato-Programa encerrados.

Gastos

Quadro 31 – Gastos

Gastos	2019	2020	Var 2020/2019	Orçamento	Var Orçamento
61 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	53.397.399,23 €	63.887.560,26 €	10.490.161,03 € 20%	62.880.165,08 €	1.007.395,18 € 2%
62 - Fornecimentos e serviços externos	39.837.968,10 €	41.767.144,30 €	1.929.176,20 € 5%	44.347.156,56 €	2.580.012,26 € -6%
63 - Gastos com o pessoal	101.801.839,15 €	105.350.357,15 €	3.548.518,00 € 3%	105.265.689,53 €	84.667,62 € 0%
64 - Gastos de depreciação e de amortização	3.831.002,61 €	4.368.069,13 €	537.066,52 € 14%	4.761.926,14 €	393.857,01 € -8%
65 - Perdas por imparidade	60.854,52 €	2.373.326,06 €	2.312.471,54 € 3800%	- €	2.373.326,06 € 100%
67 - Provisões do período	164.407,63 €	1.299.789,68 €	1.135.382,05 € 691%	13.962,72 €	1.285.826,96 € 9209%
68 - Outros gastos e perdas	173.630,48 €	167.386,54 €	6.243,94 € -4%	28.322,79 €	139.063,75 € -491%
69 - Gastos e perdas por juros e outros encargos	- €	- €	- € 0%	1.259,96 €	1.259,96 € -100%
Total	199.267.101,72 €	219.213.633,12 €	19.946.531,40 € 10%	217.298.482,78 €	1.915.150,34 € 1%

Os Gastos Totais em 2020, apresentam um valor de 219.213.633,12€, com um aumento de 19.946.531,40€ face ao período homólogo e com uma execução de 1% acima do orçamentado, representando 1.915.150,34€ acima do inicialmente previsto.

Para o aumento do valor dos gastos face ao período homólogo, foi determinante o crescimento nas grandes rubricas, nomeadamente em Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas em 10.490.161,03 € (+20%) e em Gastos com o pessoal em 3.548.518,00€ (+3%).

De referir ainda que a rubrica de Perdas por Imparidade apresenta um aumento de 2.312.471,54€ devido ao reforço das imparidades para dívidas a receber (essencialmente resultante de uma dívida com antiguidade significativa a receber da ADSE não reconhecida por essa Entidade) e a rubrica Provisões cujo aumento ascende a 1.135.382,05€ regista as provisões para processos judiciais em curso.

Quadro 32 – Estrutura dos Gastos

Estrutura dos Gastos	2019	2020	Peso relativo 2019	Peso relativo 2020
Gastos totais	199.267.101,72 €	219.213.633,12 €	100,0%	100,0%
61 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	53.397.399,23 €	63.887.560,26 €	26,8%	29,1%
62 - Fornecimentos e serviços externos	39.837.968,10 €	41.767.144,30 €	20,0%	19,1%
63 - Gastos com o pessoal	101.801.839,15 €	105.350.357,15 €	51,1%	48,1%

Em termos de estrutura, a rubrica de gastos com pessoal representa 48,1% dos gastos totais do Hospital, seguida do Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas com 29,1% e os Fornecimentos e serviços externos com 19,1%. Em 2020, verifica-se uma diminuição do peso relativo dos encargos com pessoal que passou de 51,1% em 2019 para 48,1% em 2020. Os Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, em 2020 apresentam um crescimento significativo no peso relativo na estrutura de gastos, resultante do grande aumento registado na rubrica por via da situação pandémica vivida e as novas necessidades de consumo que dela resultaram.

Quadro 33 – CMVMC

CMVMC	2019	2020	Var 2020/2019	Orçamento	Var Orçamento
61.2.4.1 - Produtos farmacêuticos	37.348.618,26 €	39.922.053,12 €	2.573.434,86 € 7%	41.383.730,08 €	- 1.461.676,96 € -4%
61.2.4.2 - Material de consumo clínico	14.320.337,21 €	21.824.095,57 €	7.503.758,36 € 52%	19.500.000,00 €	2.324.095,57 € 12%
61.2.4.3 - Material de consumo hoteleiro	760.694,16 €	1.151.743,13 €	391.048,97 € 51%	1.040.000,00 €	111.743,13 € 11%
61.2.4.4 - Material de consumo administrativo	451.858,00 €	367.815,58 €	- 84.042,42 € -19%	450.000,00 €	- 82.184,42 € -18%
61.2.4.5 - Material de Manutenção e Conservação	459.034,03 €	558.539,89 €	99.505,86 € 22%	445.835,00 €	112.704,89 € 25%
61.2.4.9 - Outro material de consumo	56.857,57 €	63.312,97 €	6.455,40 € 11%	60.600,00 €	2.712,97 € 4%
Total	53.397.399,23 €	63.887.560,26 €	10.490.161,03 € 20%	62.880.165,08 €	1.007.395,18 € 2%

O CMVMC apresenta, no ano de 2020, um aumento de 20% face ao período homólogo, que equivale a mais 10.490.161,03€. Este valor deve-se ao aumento de consumo de Material de Consumo Clínico em 7.503.758,36€ (+52%) resultante da situação pandémica vivida no decorrer do ano de 2020. Nos Produtos Farmacêuticos, verificou-se também um aumento de 2.573.434,86€ (+7%), resultante da alteração da metodologia de dispensa de medicação a doentes crónicos, consequência também da situação pandémica. Face ao valor orçamentado, regista um desvio desfavorável de 2%, tendo o HFF apresentado um valor acima do orçamentado no montante de 1.007.395,18€, devido principalmente ao valor do Material de Consumo Clínico ter ficado acima do valor orçamentado em 2.324.095,57€.

Quadro 34 – Produtos Farmacêuticos

Produtos Farmacêuticos	2019	2020	Var 2020/2019	Orçamento	Var Orçamento
61.2.4.11 - Medicamentos	32.696.083,16 €	33.134.819,27 €	438.736,11 € 1%	35.904.000,00 €	- 2.769.180,73 € -8%
61.2.4.12 - Reagentes e produtos de diagnóstico rápido	4.415.104,92 €	6.556.384,54 €	2.141.279,62 € 48%	5.202.909,00 €	1.353.475,54 € 26%
61.2.4.19 - Outros produtos farmacêuticos	237.430,18 €	231.320,32 €	- 6.109,86 € -3%	276.821,08 €	- 45.500,76 € -16%
Total	37.348.618,26 €	39.922.524,13 €	2.573.905,87 € 7%	41.383.730,08 €	- 1.461.205,95 € -4%

O valor dos produtos farmacêuticos ter ficado abaixo do valor orçamentado em 1.461.205,95€, deve-se essencialmente à rubrica de medicamentos ter ficado abaixo em 2.769.180,73€.

Quadro 35 – Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	2019	2020	Var 2020/2019	Orçamento	Var Orçamento
62.1 - Subcontratos e concessões de serviços	20.665.590,59 €	20.973.734,10 €	308.143,51 € 1%	22.020.106,67 €	- 1.046.372,57 € -5%
62.2 - Serviços especializados	13.912.394,01 €	15.264.276,52 €	1.351.882,51 € 10%	16.023.029,88 €	- 758.753,36 € -5%
62.3 - Materiais de consumo	316.785,07 €	263.537,40 €	- 53.247,67 € -17%	536.362,58 €	- 272.825,18 € -51%
62.4 - Energia e fluidos	2.187.562,22 €	1.950.091,71 €	- 237.470,51 € -11%	2.085.778,90 €	- 135.687,19 € -7%
62.5 - Deslocações, estadas e transportes	830.437,13 €	821.458,65 €	- 8.978,48 € -1%	800.687,14 €	20.771,51 € 3%
62.6 - Serviços diversos	1.925.199,08 €	2.494.045,92 €	568.846,84 € 30%	2.881.191,39 €	- 387.145,47 € -13%
Total	39.837.968,10 €	41.767.144,30 €	1.929.176,20 € 5%	44.347.156,56 €	- 2.580.012,26 € -6%

O valor de gastos em Fornecimentos e Serviços Externos é de 41.767.144,30€, apresentando um aumento de 1.929.176,20€, de 2019 para 2020. Este aumento deve-se essencialmente à rubrica de Subcontratos e concessões de serviços que cresceu 308.143,51€, à rubrica de Serviços especializados que cresceu 1.351.882,51€ e os Serviços diversos que cresceram 568.846,84€, face ao período homólogo. Em relação ao valor orçamentado, esta rubrica ficou abaixo do orçamentado previsto em 2.580.012,26€ (-6%).

Quadro 36 – Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	2019	2020	Var 2020/2019		Orçamento	Var Orçamento
63.1 - Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	394.804,26 €	437.801,20 €	42.996,94 €	11%	383.775,37 €	54.025,83 € 14%
63.2 - Remunerações do pessoal	81.575.295,72 €	84.323.958,91 €	2.748.663,19 €	3%	84.396.343,51 €	72.384,60 € 0%
63.4 - Indemnizações	93.771,52 €	128.496,62 €	34.725,10 €	37%	75.357,66 €	53.138,96 € 71%
63.5 - Encargos sobre remunerações	18.783.719,31 €	19.439.879,95 €	656.160,64 €	3%	19.568.362,00 €	128.482,05 € -1%
63.6 - Acidentes no trabalho e doenças profissionais	747.622,18 €	787.346,33 €	39.724,15 €	5%	768.721,07 €	18.625,26 € 2%
63.8 - Outros gastos com o pessoal	196.624,62 €	220.710,47 €	24.085,85 €	12%	45.140,93 €	175.569,54 € 389%
63.9 - Outros encargos sociais	10.001,54 €	12.163,67 €	2.162,13 €	22%	27.988,99 €	15.825,32 € -57%
Total	101.801.839,15 €	105.350.357,15 €	3.548.518,00 €	3%	105.265.689,53 €	84.667,62 € 0%

A rubrica de Gastos com o pessoal é a que representa o maior peso do total dos gastos, tendo a mesma aumentado 3.548.518,00€, em 2020 face a 2019 (+3%). Em relação ao orçamentado, regista um valor em linha com o esperado.

O valor de remunerações de pessoal subiu 3% (+2.748.663,19€) face ao período homólogo, tendo causado um aumento de 656.160,64€ na rubrica de encargos sobre remunerações.

O aumento é justificado pela atualização da remuneração mínima garantida e pela aplicação das progressões automáticas previstas no Acordo de Empresa vigente neste Hospital. Face a 2019, em que o número de colaboradores era de 3.036, o Hospital contou com um acréscimo de 144 colaboradores, sendo o aumento mais significativo nos grupos profissionais dos Assistentes Operacionais (+59), Médicos (+ 33) e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica (+ 20), passando em 31 de dezembro de 2020 a contar com um total de 3.180 colaboradores. O fator que mais contribuiu para o impacto verificado foi o reforço de profissionais através da contratação em regime de contrato de trabalho a termo certo de 4 meses, no contexto do regime legal excecional, previsto no n.º 3 do artigo 6.º do DL 10-A/2020, de 13/03, com a redação dada pelo DL 78-A/2020, de 29/09, com a competência delegada nos conselhos de administração dos hospitais, EPE, para a celebração dos contratos a termo certo conforme disposto no Despacho n.º 9719/2020, de 08/10, tendo em vista o reforço de recursos humanos necessário à prevenção, contenção, mitigação e tratamento da pandemia COVID-19. A 31/12/2020 encontravam-se contratados neste regime 112 profissionais (11 Administrativos, 57 auxiliares, 23 enfermeiros, 17 Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, 3 Técnicos Superiores e 1 Técnico Superior de Saúde).

É ainda de registar o pagamento de 433.820€, a título do prémio COVID-19, previsto no artigo 42.º-A da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 101-B/2020.

Face a 2019 e no que concerne ao trabalho suplementar (horas extraordinárias e de prevenção) verificou-se um aumento de 1.205.132,23€, justificado pelo aumento do absentismo relacionado com o contexto pandémico e/ou encerramento escolar e mobilização de profissionais para áreas COVID e implementação de novas escalas de prevenção no âmbito do combate à pandemia COVID-19 (Medicina Intensiva, transporte de doentes críticos e Linha Apoio COVID).

Impacto Gastos COVID

Os gastos COVID representaram em 2020, 19.435.932,28 €, 9% do total de gastos do ano. No quadro abaixo, encontra-se discriminado o impacto nos gastos COVID na estrutura de gastos em 2020.

Quadro 37 – Impacto Gastos COVID

Gastos impacto COVID	2020	2020 COVID	2020 ajustado COVID
61 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	63.887.560,26 €	14.099.754,09 €	49.787.806,17 €
61.2.4.1 - Produtos farmacêuticos	39.922.053,12 €	3.547.421,54 €	36.374.631,58 €
61.2.4.2 - Material de consumo clínico	21.824.095,57 €	10.288.434,81 €	11.535.660,76 €
61.2.4.3 - Material de consumo hoteleiro	1.151.743,13 €	148.801,59 €	1.002.941,54 €
61.2.4.4 - Material de consumo administrativo	367.815,58 €	15.939,89 €	351.875,69 €
61.2.4.5 - Material de Manutenção e Conservação	558.539,89 €	99.156,25 €	459.383,64 €
61.2.4.9 - Outro material de consumo	63.312,97 €	- €	63.312,97 €
62 - Fornecimentos e serviços externos	41.767.144,30 €	2.217.992,32 €	52.547.283,41 €
62.1 - Subcontratos e concessões de serviços	20.973.734,10 €	1.354.190,00 €	19.619.544,10 €
Patologia Clínica	850.014,75 €	369.400,00 €	480.614,75 €
Camas Clínicas		454.740,00 €	
Camas Sociais	1.925.013,17 €	51.900,00 €	940.223,17 €
Bloco Operatório		478.150,00 €	
62.2 - Serviços especializados	15.264.276,52 €	863.802,32 €	14.400.474,20 €
Lavandaria	894.897,35 €	102.251,23 €	792.646,12 €
Vigilância e Segurança	1.375.517,22 €	45.970,90 €	1.329.546,32 €
Limpeza	1.769.445,94 €	153.312,34 €	1.616.133,60 €
Comunicação	168.129,51 €	981,50 €	167.148,01 €
Rendas e Alugueres	392.060,79 €	60.256,64 €	331.804,15 €
Manutenção	3.112.492,47 €	70.000,00 €	3.042.492,47 €
Outros Trabalhos Especializados	1.837.064,92 €	183.018,69 €	1.654.046,23 €
Prestação Serviços RH	2.891.487,63 €	248.011,02 €	2.643.476,61 €
62.3 - Materiais de consumo	263.537,40 €	- €	263.537,40 €
62.4 - Energia e fluidos	1.950.091,71 €	- €	1.950.091,71 €
62.5 - Deslocações, estadas e transportes	821.458,65 €	- €	821.458,65 €
62.6 - Serviços diversos	2.494.045,92 €	- €	2.494.045,92 €
63 - Gastos com o pessoal	105.350.357,15 €	3.118.185,87 €	102.232.171,28 €
63.1 - Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	437.801,20 €	- €	437.801,20 €
63.2 - Remunerações do pessoal	84.323.958,91 €	2.526.017,05 €	81.797.941,86 €
63.4 - Indemnizações	128.496,62 €	2.358,67 €	126.137,95 €
63.5 - Encargos sobre remunerações	19.439.879,95 €	589.810,15 €	18.850.069,80 €
63.6 - Acidentes no trabalho e doenças profissionais	787.346,33 €	- €	787.346,33 €
63.8 - Outros gastos com o pessoal	220.710,47 €	- €	220.710,47 €
63.9 - Outros encargos sociais	12.163,67 €	- €	12.163,67 €
64 - Gastos de depreciação e de amortização	4.368.069,13 €	- €	4.368.069,13 €
65 - Perdas por imparidade	2.373.326,06 €	- €	2.373.326,06 €
67 - Provisões do período	1.299.789,68 €	- €	1.299.789,68 €
68 - Outros gastos e perdas	167.386,54 €	- €	167.386,54 €
69 - Gastos e perdas por juros e outros encargos	- €	- €	- €
Total	219.213.633,12 €	19.435.932,28 €	199.777.700,84 €

Balanço

Quadro 38 – Balanço

Balanço	2019	2020	Var 2020/2019	
Ativo				
Ativo não corrente	75.301.929,58 €	80.933.293,17 €	5.631.364 €	7%
Ativo corrente	66.012.218,49 €	49.294.039,96 €	- 16.718.179 €	-25%
Total do Ativo	141.314.148,07 €	130.227.333,13 €	- 11.086.815 €	-8%
Fundos Patrimoniais e Passivo				
Fundos Patrimoniais	57.382.137,16 €	38.199.985,61 €	- 19.182.152 €	-33%
Passivo				
Passivo não corrente	6.955.884,36 €	1.631.197,38 €	- 5.324.687 €	-77%
Passivo corrente	76.976.126,55 €	90.396.150,14 €	13.420.024 €	17%
Total do Passivo	83.932.010,91 €	92.027.347,52 €	8.095.337 €	10%
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo	141.314.148,07 €	130.227.333,13 €	- 11.086.815 €	-8%

Verifica-se uma diminuição do valor de Ativo em 8% e dos Fundos Patrimoniais em 33% e de um aumento em 10% do Passivo, de 2019 para 2020. A diminuição dos Fundos Patrimoniais deve-se essencialmente ao resultado negativo apurado no presente período. O Passivo está a aumentar devido à subida verificada das rubricas de Fornecedores em 11.612.925,99€ em especial dos Fornecedores de Imobilizado em 3.832.195,73€, resultante do aumento de compras verificado em 2020 para fazer face à pandemia, sem o equivalente acréscimo de montante de recebimento pela tutela.

A diminuição do Ativo está relacionada com a redução do valor da dívida da ACSS, uma vez que foram feitos pagamentos de Contratos Programas anteriores.

Indicadores económico-financeiros

Quadro 39 – Indicadores

Indicadores	2019	2020	Var 2020/2019	
Endividamento	0,59	0,70	0,10	18%
Solvabilidade	0,68	0,43	-0,25	-37%
Autonomia Financeira	0,41	0,30	-0,10	-26%
Prazo Médio de Pagamentos	180	143	-37	-21%

Com um rácio de endividamento de 0,70 e de autonomia financeira de 0,30 significa que o HFF está a financiar-se com 70% de capitais alheios e 30% de capitais próprios, significando uma deterioração destes indicadores face ao ano de 2019.

O rácio de solvabilidade diminuiu de 2019 para 2020 indicando que o HFF está com menos capacidade de pagar os seus compromissos. Apresenta um valor inferior a 1, demonstrando que os Fundos Próprios não são suficientes para cobrir todas as dívidas existentes.

O Prazo Médio de Pagamento passou de 180 dias em 2019 para 143 dias em 2020, revelando uma diminuição de 37 dias.

Cumprimento das Obrigações Legais

1. Objetivos de gestão e Plano de Atividades e Orçamento

O HFF contratualiza anualmente com a tutela setorial (Administração Central do Sistema de Saúde e Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo) o nível de serviço público a prestar pelo hospital.

O Contrato Programa incorpora as políticas, as orientações específicas e os objetivos a alcançar que incluem, além da atividade assistencial, as contrapartidas financeiras que estão associadas àquela produção, o orçamento económico e os objetivos de qualidade e eficiência, que determinam o Índice de Desempenho Global (IDG) do hospital e que estão indexados a uma verba de incentivos institucionais.

A Informação relativa ao nível de cumprimento da produção SNS contratada através do Contrato Programa celebrado para 2020, nomeadamente, no que respeita ao volume e valor, por linha de atividade é extraída do relatório "Produção Total Prevista e Real" disponível no portal SICA.

Quadro 40 – Estimativa de Rendimentos Contrato Programa

Produção Total Prevista e Real



Instituições: Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE

	Produção Real (1)			Produção Contratualizada (2)		Variação Dez (3)		Variação Dez		Dez	
	dez-19	dez-19	dez-20	dez-19	dez-20	2020 Contr / 2019 Prod	% 2020 Contr / 2019 Prod	2020 Contr / 2019 Contr	% 2020 Contr / 2019 Contr	2020 Prod / 2019 Prod	% 2020 Prod / 2019 Prod
1. Consultas Externas	327.026	327.026	300.287	331.274	295.059	-31.967	-9,78%	-36.216	-10,93%	-26.739	-8,18%
Primeiras Consultas	99.968	99.968	79.694	104.225	77.401	-22.567	-22,57%	-26.824	-25,74%	-20.274	-20,28%
Consultas Subsequentes	227.058	227.058	220.593	227.049	217.658	-9.400	-4,14%	-9.391	-4,14%	-6.465	-2,85%
2. Cirurgia Programada (GDH)	13.118	13.118	9.116	14.737	9.033	-4.085	-31,14%	-5.704	-38,71%	-4.002	-30,51%
GDH Cirúrgicos Internamento	4.672	4.672	3.293	5.001	3.110	-1.562	-33,43%	-1.691	-37,81%	-1.379	-29,52%
GDH Cirúrgicos Ambulatório	8.446	8.446	5.823	9.736	5.923	-2.523	-29,87%	-3.813	-39,16%	-2.623	-31,06%
3. GDH Cirúrgicos Urgentes	5.093	5.093	4.687	5.154	4.995	-98	-1,92%	-159	-3,08%	-406	-7,97%
3. GDH Médicos	17.970	17.970	16.699	18.928	17.035	-935	-5,20%	-1.893	-10,00%	-1.271	-7,07%
4. GDH Médicos de Ambulatório	12.903	12.903	10.089	12.240	10.898	-2.005	-15,54%	-1.342	-10,96%	-2.814	-21,81%
5.1. Urgências Total Atendimentos	262.226	262.226	181.743	285.587	196.670	-65.556	-25,00%	-68.917	-25,95%	-80.483	-30,69%
Urgência - Total Atendimentos SU Básica	47.640	47.640	30.445	50.340	35.730	-11.910	-25,00%	-14.610	-29,02%	-17.195	-36,09%
Urgência - Total Atendimentos SU Médico-Cirúrgica	214.586	214.586	151.298	215.247	160.940	-53.646	-25,00%	-54.307	-25,23%	-63.288	-29,49%
Urgência - Total Atendimentos SU Polivalente											
5.2. Urgências (Atendimentos s/ Internamento)	243.348	243.348	164.721	246.644	179.541	-63.807	-26,22%	-67.103	-27,21%	-78.627	-32,31%
Total Atendimentos SU Polivalente (s/ Internamento)											
Total Atendimentos SU Médico-Cirúrgica (s/ Internamento)	195.708	195.708	134.276	196.304	143.811	-51.897	-26,52%	-52.493	-26,74%	-61.432	-31,39%
Total de Atendimentos SU Básica (s/ Internamento)	47.640	47.640	30.445	50.340	35.730	-11.910	-25,00%	-14.610	-29,02%	-17.195	-36,09%
6. Sessões Hospital de Dia	27.411	27.411	18.242	28.789	16.142	-11.269	-41,11%	-12.647	-43,93%	-9.169	-33,45%
Sessões Hospital Dia - Hematologia											
Sessões Hospital Dia - Imuno-hemoterapia	1.021	1.021	980	415	853	-168	-16,45%	438	105,54%	-41	-4,02%
Sessões Hospital Dia - Psiquiatria (Total)	8.384	8.384	4.253	8.705	3.012	-5.372	-64,07%	-5.693	-65,40%	-4.131	-49,27%
Sessões Hospital Dia - Base	18.006	18.006	13.009	19.669	12.277	-5.729	-31,62%	-7.392	-37,56%	-4.597	-27,75%
7. Sessões de Radioterapia - Tratamentos Simples											
7. Sessões de Radioterapia - Tratamentos Complexos											

Notas:

(1) Inclui todas as instituições SNS;

(2) Inclui instituições EPE e SPA;

(3) É considerado o universo comparável, sendo consideradas apenas as instituições SPA e EPE;

(4) Os hospitais PFP, Hospital da Prolida e Hospital Luciano de Castro não possuem valores na coluna de Produção Contratualizada (não tem plano de desempenho);

(5) Na coluna Produção Real dos hospitais com mudanças de estatuto, são somados os valores do último mês em que as antigas instituições existiram aos valores do mês de dezembro da nova instituição;

(6) Na coluna Produção Contratualizada dos hospitais com mudanças de estatuto, são somados os valores contratados das antigas instituições, mensuralizados até ao último mês em que estas existiram, aos valores contratados da nova instituição;

(7) As Rubricas "Primeiras Consultas", "Consultas Subsequentes", "GDH Cirúrgicos Internamento", "GDH Cirúrgicos Ambulatório", "GDH Cirúrgicos Urgentes", "GDH Médicos" e "GDH Médicos de Ambulatório" incluem os valores dos centros de Referência;

www.acss.mn-saude.pt

Fonte: SICA

A informação relativa ao nível de cumprimento das metas contratadas para os indicadores de acesso, desempenho assistencial e desempenho económico-financeiro, bem como para os indicadores regionais definidos é extraída do relatório “Índice de Desempenho Global” disponível no portal SICA.

Quadro 41 – Índice Desempenho Global

Q1 - Índice Desempenho Global



Instituição: Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE
Período Análise: Dezembro 2020

Objetivos	Peso Relativo Indicador (%)	2020			2020		2019	
		Meta	Real	Grau de Cumprimento (%)	Grau de Cumprimento Ajustado (%)	Índice de Desempenho	Real	Var. 2019/2020
Objetivos Nacionais	100							
Acesso	40					34,2		
Percentagem de pedidos em Lista de Espera para Consulta (LEC) dentro do...	10	54,1	58,5	108,1	108,1	10,8	53,1	5,4
Percentagem de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de	10	73,3	63,9	87,2	87,2	8,7	81,4	-17,5
Percentagem de utentes em Lista de Inscrições para Cirurgia (LIC) dentro	10	73	48,6	66,6	66,6	6,7	62,1	-13,5
Percentagem de doentes operados dentro do TARG	10	79	75,7	95,8	95,8	9,6	80,4	-4,7
Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de	10	62	64,6	104,2	104,2	10,4	59,1	5,5
Percentagem de doentes referenciados para a RIVCCI	10	22	27,5	125,0	120,0	12,0	20,7	6,8
Desempenho Assistencial	20					14,3		
Percentagem de reinternamentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria	3	4	3,18	120,5	120,0	3,6	3,74	-15,0
Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório (GDH), para	3	28	36,7	131,1	120,0	3,6	32,2	4,5
Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas	3	63,8	63,5	99,5	99,5	3,0	61,60	1,6
Índice de Mortalidade Ajustada	4	0,6000	0,6083	48,6	0,0	0,0	0,9731	-6,7
Índice de Demora Média Ajustada	4	1,1000	1,0570	103,9	103,9	4,2	1,0737	-1,6
Demora média antes da cirurgia	3	0,5	0,7	70,0	70,0	2,1	0,6	0,0
Desempenho económico-financeiro	20					8,4		
Gastos operacionais por doente padrão	5	Valor do melhor do grupo						
Doente padrão por Médico ETC	5	68,73	59,4	86,4	86,4	4,3	77,9	-18,5
Doente padrão por Enfermeiro ETC	5	52,04	43,0	82,6	82,6	4,1	55,7	-12,7
Percentagem de Gastos com Trabalho Extraordinário, Suplementos e	5	17,99						

A Informação relativa à execução financeira do Contrato Programa de 2020 é a seguinte:

Quadro 42 – Valor Contratualizado, Realizado e Contabilizado

	Contratualizado	Realizado (Simulação Rend/Fact)	Contabilizado (Instruções ACSS)	Dif. Realizado e Contabilizado
Produção	143.830.824,69 €	135.600.880,29 €	135.776.298,51 €	- 175.418,22 €
Incentivos	9.642.474,50 €	9.574.977,18 €	9.574.977,18 €	- €
Custos de Contexto	39.376.190,81 €	39.376.190,81 €	39.376.190,81 €	- €
Total	192.849.490,00 €	184.552.048,28 €	184.727.466,50 €	- 175.418,22 €

O valor de produção realizada no Contrato Programa de 2020, ficou aquém do valor indicado para contabilização pela ACSS em -175.418,22€. O valor de incentivos, face à incerteza da realização dos mesmos, e tendo em conta que existem indicadores que o hospital não tem capacidade de efetuar o cálculo considerou-se o valor indicado pela ACSS.

No que se refere à execução do plano de atividades e orçamento na componente de projetos de investimentos encontra-se descrita no mapa abaixo.

Quadro 43 – Execução do plano de investimentos inscrito no plano de atividades e orçamento

Investimento/Projeto	Rubrica	PAO 2020	Executado 2020	Desvio	Observações
Obras de beneficiação e requalificação do Hospital	Edifícios e outras construções	300 000	129 387	170 613	Expansão de Gabinetes Médicos na Consulta Externa Remodelação de Posto de Atendimento Administrativo e Sala de Espera Tramitação do processo condicionada pela situação pandémica
Plano de Prevenção da Legionella	Edifícios e outras construções	36 654	0	36 654	Tramitação do processo condicionada pela situação pandémica
Aquisição de mesas operatórias e cadeiros cirúrgicos (Pantoffs) para as salas do Bloco Operatório	Equipamento Médico Cirúrgico	1 674 495	1 674 495	0	
Instrumental Cirúrgico	Equipamento Médico Cirúrgico	500 000	0	500 000	Tramitação do processo condicionada pela situação pandémica
Equipamentos Médico-Cirúrgicos financiados ao abrigo do programa Lisboa 2020	Equipamento Médico Cirúrgico	183 578	183 578	0	
Equipamento TAC	Equipamento Médico-Cirúrgico	650 000	550 000	100 000	O processo foi instruído no âmbito do COVID ficando isento de IVA
Equipamento médico-cirúrgico (vários equipamentos avançados ou com necessidade de substituição urgente, com valor inferior a 100 000€)	Equipamento Médico-Cirúrgico	2 630 000	2 084 279	545 721	Tramitação do processo condicionada pela situação pandémica
SAMA - Capacitação dos Centros de Referência Oncológicos e Circuito do Medicamento	Equipamento Informático	196 800	196 800	0	
SAMA - Informatização global do processo de compras - Projeto logistica@Hf	Equipamento Informático	49 508	49 508	0	
Equipamento informático diverso	Equipamento Informático	346 289	705 079	-358 791	Ajustamentos necessários não orçamentados para equipamento dos novos gabinetes médicos, postos de atendimento, áreas COVID e implementação do teletrabalho
Equipamento básico incluindo mobiliário, equipamento cozinha e hoteleiro	Outros Equipamentos	1 013 000	728 602	284 398	Tramitação do processo condicionada pela situação pandémica
FOSEUR Amadora Sintra	Edifícios e outras construções	496 255	162 504	333 751	Tramitação do processo condicionada pela situação pandémica
Alargamento da Unidade de Internamento de Psiquiatria	Edifícios e outras construções	61 500	0	61 500	Tramitação do processo condicionada pela situação pandémica e pela inexistência de verba orçamental aprovada
	Edifícios e outras construções	875 016	893 928	-18 912	Ajustamentos necessários não orçamentados referentes a trabalhos extra
Unidade de Cuidados Intensivos nível II	Equipamento Médico-Cirúrgico	1 226 311	855 972	370 340	Não executado por incapacidade de disponibilização de equipamentos por parte dos fornecedores
	Informática	14 475	13 612	862	Não executado por incapacidade de disponibilização de equipamentos por parte dos fornecedores
	Edifícios e outras construções	1 229 496	1 229 647	-151	Ajustamentos necessários não orçamentados
Unidade construção modular para o Serviço de Urgência Geral	Equipamento Médico-Cirúrgico	225 000	231 481	-6 481	Necessidade de reforço de equipamentos não planeados
	Informática	20 000	5 505	14 495	Não executado por incapacidade de disponibilização de equipamentos por parte dos fornecedores
	Outros Equipamentos	40 000	105 592	-65 592	Necessidade de reforço de equipamentos não planeados
		11.768.365	9.799.958	1.968.407	
	Taxa de execução			83,3%	

Quanto à execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, apresenta-se a seguinte informação:

Quadro 44 – Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE

(valores expressos em euros)

		Previsões corrigidas	Execução Orçamental	Diferença	Taxa Execução
Receita					
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1.288.477	1.288.476	-1	100%
R5	Transferências Correntes	3.480.536	3.139.953	-340.583	90%
R6	Venda de bens e serviços	198.565.458	198.565.455	-3	100%
R13	Receita com Passivos Financeiros	13.392.115	6.771.297	-6.620.818	51%
R14	Saldo de Gerência Anterior - Operações Orçamentais	2.846.855	2.846.855	0	100%
Total Receita		219.573.441	212.612.036	-6.961.405	97%
Despesa					
D1	Despesas com o pessoal	105.575.822	104.430.545	-1.145.277	99%
D2	Aquisição de bens e serviços	101.085.405	101.532.645	447.240	100%
D3	Juros e outros encargos	5.138	5.137	-1	100%
D4	Transferências correntes	12.439	12.438	-1	100%
D6	Outras despesas correntes	241.563	241.563	0	100%
D7	Investimento	11.254.952	4.991.586	-6.263.366	44%
D10	Ativos financeiros				
Total Despesa		218.175.319	211.213.914	-6.961.405	97%

2. Gestão de risco financeiro

O Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E. não contraiu qualquer passivo remunerado nos últimos cinco anos.

Quadro 45 – Encargos Financeiros e Taxa Média de Financiamento

(valores expressos em euros)

Anos	2020	2019	2018	2017	2016
Encargos Financeiros	0	0	0	0	0
Taxa Média de Financiamento (%)	0	0	0	0	0

3. Limite de crescimento do endividamento

Quadro 46 – Passivo Remunerado

(valores expressos em euros)

Passivo remunerado	2020	2019	2018	2017	2016	variação 20/19	
						valor	%
Financiamentos Obtidos (Correntes e não Correntes)	0	0	0	0	0	0	0
- dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos de Capital por conversão créditos	0	0	0	0	0	0	0
Endividamento Ajustado	0	0	0	0	0	0	0

O HFF fez uma candidatura com o número POSEUR-01-1203-FC-000064 no âmbito do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – POSEUR com uma contribuição do Fundo de Coesão de 95% (6.841.818€), dos quais 6.778.785€ correspondem a um financiamento reembolsável, com um plano de reembolso a 13 anos sem juros, pelo que não foi considerado no quadro acima.

4. Evolução do prazo médio de pagamento (PMP)

Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (*arrears*), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

Quadro 47 – Prazo Médio de Pagamentos

	2019	2020	Var 2020/2019	
Prazo (dias)	180	143	-37	-21%

Quadro 48 – Pagamentos em atraso

(valores expressos em euros)

Dívida Vencida	91-180 dias	181-240 dias	241-360 dias	361-540 dias	541-720 dias	>721 dias	Total
Aquisição de bens e serviços	1.821.783	391.503	1.534.261	2.404.397	790.649	3.635.528	10.578.122
Aquisição de bens de capital	230.643	0	14.391	2.676	0	33.540	281.251
Total	2.052.427	391.503	1.548.652	2.407.073	790.649	3.669.068	10.859.373

O valor de pagamentos em atraso em 2020 é de 10.859.373€ o que se traduz num aumento dos pagamentos em atraso de 2.581.708 € face ao ano de 2019 (8.227.665€).

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

À data da elaboração do presente relatório, o HFF ainda não dispõe do parecer do acionista referente ao Relatório de Gestão e Contas desde o ano de 2014.

6. Remunerações

Conselho de Administração

Quadro 49 – Mandato Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade pagadora	O/D ⁽²⁾
2020-2022	Presidente	Marco António Franco Lopes Ferreira	Despacho n.º 3454/2020, conjunto dos Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Saúde	19.03.2020	HFF	D
2020-2022	Vogal Executivo	Alexandra Isabel Castanheira Afonso Alves Ferreira	Despacho n.º 3454/2020, conjunto dos Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Saúde	19.03.2020	HFF	D
2019-2019 2020-2022	Vogal Executivo	Joana Carmona Nicolau Chêdas Fernandes	Resolução Conselho Ministros 45/2019 Despacho n.º 3454/2020, conjunto dos Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Saúde	14.02.2019 19.03.2020	HFF	D
2017-2019	Vogal Enfermeiro Diretor	Rui Jorge Dias dos Santos	Resolução Conselho Ministros 47/2017 Despacho n.º 3454/2020, conjunto dos Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Saúde	02.03.2017 19.03.2020	HFF	D

2020-2022	Vogal Diretor Clínico	Ana Maria Herrero Valverde	Despacho n.º 3454/2020, conjunto dos Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Saúde	19.03.2020	HFF	D
-----------	-----------------------------	-------------------------------	---	------------	-----	---

Quadro 50 – Acumulação de Funções

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Marco António Franco Lopes Ferreira	FMUL	Docência	Público
Alexandra Isabel Castanheira Afonso Alves Ferreira	ISLA	Docência	Privado
Ana Maria Herrero Valverde	ULHT	Docência	Privado

Quadro 51 – Remuneração Mensal do Órgão de Administração

Membro do Órgão de Administração	Estatuto gestor Público				Observações
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)		
			Vencimento	Despesas de representação	
Marco António Franco Lopes Ferreira	S	B	4.864,34	1.945,74	11/03/2020 até 31/12/2020
Joana Carmona Nicolau Chedas Fernandes	S	B	3.891,47	1.556,59	01/01/2020 até 31/12/2020
Maria Fátima Campos Sena Silva Baptista	S	B	3.891,47	1.556,59	01/01/2020 até 10/03/2020
Alexandra Isabel Castanheira Afonso Alves Ferreira	S	B	3.891,47	1.556,59	11/03/2020 até 31/12/2020
Marco António Franco Lopes Ferreira	S	B	3.891,47	1.556,59	01/01/2020 até 10/03/2020
Ana Maria Herrero Valverde	S	B	3.891,47	1.556,59	11/03/2020 até 31/12/2020
Rui Jorge Dias Santos	S	B	3.891,47	1.556,59	01/01/2020 até 31/12/2020

Quadro 52 – Remuneração Anual do Órgão de Administração

Remuneração Anual 2020(€)

	Fixa (*)	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Marco António Franco Lopes Ferreira	88.469,04		88.469,04			88.469,04
Joana Carmona Nicolau Chedas Fernandes	73.323,04		73.323,04			73.323,04
Maria Fátima Campos Sena Silva Baptista	12.739,37		12.739,37			12.739,37
Alexandra Isabel Castanheira Afonso Alves Ferreira	60.601,96		60.601,96			60.601,96
Ana Maria Herrero Valverde	56.974,34		56.974,34			56.974,34
Rui Jorge Dias Santos	73.323,04		73.323,04			73.323,04
			365.430,79	0,00	0,00	365.430,79

Quadro 53 – Benefícios Sociais do Órgão de Administração

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição*		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade
Marco António Franco Lopes Ferreira	4,77	1.097,10	SS	21.011,42	0	0	0	0
Joana Carmona Nicolau Chedas Fernandes	4,77	1.097,10	SS	17.414,28	0	0	0	0
Maria Fátima Campos Sena Silva Baptista	4,77	205,11	CGA	2.982,47	0	0	0	0
Alexandra Isabel Castanheira Afonso Alves Ferreira	4,77	839,52	SS	14.615,36	0	0	0	0
Ana Maria Herrero Valverde	4,77	820,44	SS	13.574,58	0	0	0	0
Rui Jorge Dias Santos	4,77	1106,64	SS	17.414,30	0	0	0	0
		5.165,91		87.012,41	0,00	0,00	0,00	0,00

Fiscalização

Conselho Fiscal

Quadro 54 – Mandato do Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
(Início-Fim)			Forma (1)	Data
2018-2020	Presidente	Luís Filipe Vieira Coradinho Alves	D	09-09-2019
2018-2020	Vogal	Luís Fernando da Costa Baptista	D	27-03-2018

Quadro 55 – Remuneração Anual do Conselho Fiscal

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2020 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final
				(4 = (1)-(2)+(3))
Luís Filipe Vieira Coradinho Alves	15.841,25 €	0,00 €	0,00 €	15.841,25 €
Luís Fernando Costa Baptista	11.654,58 €	0,00 €	0,00 €	11.654,58 €
Total	27.495,83 €	0,00 €	0,00 €	27.495,83 €

ROC

Quadro 56 – Mandato do Revisor Oficial de Contas

Mandato	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada		
2017 Realizado em 2018	ROC	BDO & Associados SROC, Lda, representada por João Cunha Ferreira	29 956	20161384 20160573	Despacho Conjunto do SET e SES	13-08-2018		1	1
2018-2020 Ano 2018	ROC	BDO & Associados SROC, Lda, representada por João Cunha Ferreira	29 956	20161384 20160573	Despacho Conjunto do SET e SES	13-08-2018		1	1

2018-2020	ROC	BDO & Associados SROC, Lda, representada por António Pina Fonseca	29	20161384	Despacho Conjunto do SET e SES	13 -08-2018	2	2
Ano 2019			949	20160566				
2018-2020	ROC	BDO & Associados SROC, Lda, representada por António Pina Fonseca	29	20161384	Despacho Conjunto do SET e SES	13 -08-2018	3	3
Ano 2020			949	20160566				

Quadro 57 – Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços

Nome	Remuneração Anual 2020 (€)
	Bruta
BDO & Associados SROC, Lda – CLC de 2020	19 800

Auditor Externo

Durante o ano de 2020 o HFF não teve Auditor Externo, pelo não lhe é aplicável.

7. Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do EGP

- Não são utilizados cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento pelos gestores do HFF.
- Não foram reembolsadas quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal aos gestores do HFF.
- Valor das despesas associadas a comunicações:

Quadro 58 – Gastos em comunicações

Função	Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
		Plafond Mensal Definido (1)	Valor Anual (2)	Observações
Presidente	Marco Ferreira	80 €	147,11	
Vogal	Fátima Sena e Silva	80 €	22,51	
Vogal	Joana Chêdas	80 €	176,107	
Vogal	Alexandra Ferreira	80 €	143,78	
Dir Clínico	Marco Ferreira	80 €	25,00	
Dir Clínico	Ana Valverde	80 €	78,17	
Enfº Dir.	Rui Santos	80 €	283,38	

(1) Valor mensal definido, sem IVA

(2) Gastos totais no ano, com IVA

d) Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço

Os Gestores do HFF não têm viatura de serviço.

8. Despesas não documentadas ou confidenciais

Não foram realizadas despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Em 31 de Dezembro de 2020, o HFF, EPE contava com um total de 3.180 colaboradores, dos quais 2.485 (78,1%) do sexo feminino e 695 (21,9%) do sexo masculino.

No que respeita a contratações existe uma efetiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres uma vez que a igualdade de oportunidades está subjacente a todo o processo de recrutamento e seleção, não sendo admissível qualquer discriminação.

Tendo presente que no HFF existe uma política de meritocracia, todo o processo de recrutamento é efetuado com base em critérios de seleção objetivos que favoreçam a admissão de colaboradores de elevada qualidade, independentemente do seu género, raça, idade ou nacionalidade.

Acresce ainda o facto de as remunerações terem suporte nos instrumentos de regulação coletiva, impossibilitando desta forma a atribuição de remunerações discricionárias.

10. Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas e relatório anual sobre prevenção da corrupção

Na sequência da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 01 de Julho de 2009, emitida pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), cujo prazo foi prorrogado pela Recomendação nº1/2010, publicada em Diário da Republica, 2ª série, n.º 71, de 13 de Abril de 2010, o HFF elaborou o seu plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas no âmbito do qual se identificam os riscos relevantes, sendo paralelamente efetuada a sua avaliação, assim como as medidas preventivas adotadas. O Plano foi revisto em 2020 com o intuito de refletir fatores de risco identificados desde a última atualização do documento bem como as recomendações do - CPC entretanto aprovadas. Anualmente é preparado um relatório com os resultados do acompanhamento das medidas identificadas no Plano, para a prevenção

da corrupção.

O referido plano encontra-se publicitado no sítio da internet do hospital.

11. Contratação pública

Foram observados os procedimentos de formação de contratos legalmente tipificados, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 18 de 2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei N.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Na sequência das medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS -CoV -2 e da doença COVID -19, o HFF submete para conhecimento do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no art.º 6.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, todos os contratos abrangidos pelo Decreto -Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, bem como outros contratos celebrados pelas entidades referidas no artigo 7.º do Decreto -Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, de valor igual ou superior a 750.000 euros, nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, Lei N.º 98/97, de 26 de agosto, e republicações subsequentes, nomeadamente, a Lei N.º 42/2016, de 28 de dezembro, com as alterações e adaptações previstas na Lei n.º 27-A/2020, de 24 julho.

Decorrente da emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação do vírus como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020, as aquisições realizadas no âmbito da doença COVID-19, foram efetuadas ao abrigo do Decreto -Lei n.º 10 -A/2020, de 13 de março, regime legal adequado a esta realidade excecional, em especial no que respeita a matéria de contratação pública, para contingência, mitigação e tratamento da doença COVID -19.

O encargo com contratos de aquisição de serviços pelo HFF é, também, regulado pelo LOE e DLEO, estando esta Entidade em cumprimento com a referida Legislação.

Em cumprimento com o disposto no Despacho n.º 851-A/2017, de 13 de janeiro de 2017, com a colaboração do Auditor Interno, foi revisto o manual de procedimentos com identificação de boas práticas para a área da Contratação Pública.

Por sua vez, à celebração dos contratos em que não seja aplicável a Parte II do CCP, sendo aos mesmos aplicáveis o direito privado, sem prejuízo do cumprimento, das normas constantes do Código do Procedimento Administrativo que concretizam preceitos constitucionais e dos princípios gerais da atividade administrativa.

O HFF recorreu ao Despacho n.º 4/2020/SES, para assunção de compromissos plurianuais, por forma a

otimizar os recursos financeiros, materiais e administrativos.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas

Finalmente, merece ainda destaque, no caso específico da aquisição de medicamentos, de material de consumo clínico, equipamento informático e serviços as aquisições que são efetuadas ao abrigo dos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) na área da Saúde e nas áreas Transversais, mediante convite à apresentação de proposta dirigido apenas aos operadores económicos que sejam partes naqueles CPA, mediante o procedimento pré-contratual previsto no artigo 259.º do CCP, assim como através de compra centralizada por via de contrato de mandato administrativo.

13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Quadro 59 – Medidas de redução de gastos operacionais

PRC	2020 Exec.	2020 Orç.	2019 Exec.	2018 Exec.	2020/2019 A Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-22.417.053	-18.820.089	-3.460.603	-23.431.455	-18.956.450	547,8%
(1) CMVMC	63.887.560	62.880.165	53.597.399	53.458.451	10.490.161	19,6%
(2) FSE	41.767.144	44.347.157	39.837.968	36.630.318	1.929.176	4,8%
(3) Gastos com o pessoal	105.234.902	105.265.690	101.718.842	95.905.937	8.516.059	3,5%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	115.456	62.808	82.997	56	32.459	39,1%
(3.ii) Valorizações remuneratórias	0	0	0	0	0	0,0%
(3.iii) Impacto da aplicação dos IRCT	0	0	1.916.633	969.999	-1.916.633	-100,0%
(4) Gastos com o Pessoal para efeitos do apuramento da eficiência operacional (3-3i)-3ii)-3iii))	105.119.446	105.202.881	99.719.212	94.935.882	5.400.234	5,4%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e G Pessoal) a)	19.435.932		0	0	19.435.932	0,0%
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	191.338.218	212.430.103	192.954.579	185.034.651	-1.616.361	-0,8%
(7) Volume de negócios (VN) ^{b)}	148.417.269	156.735.167	156.264.446	149.699.058	-7.847.176	-5,0%
(7.i) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID 19 (+)	-1.507.108	0	0	0	-1.507.108	0,0%
(8) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+7i))	146.910.162	156.735.167	156.264.446	149.699.058	-9.354.284	-6,0%
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(8)	130%	136%	123%	124%		0,0%
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	4.756	7.276	29.434	11.937	-24.678	-83,8%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	2.545	4.567	4.567	2.401	-2.022	-44,3%
(iii) Gastos associados à frota automóvel c)	58.329	97.842	48.207	43.456	10.122	21,0%
(10) Total = (i) + (ii) + (iii)	65.630	109.685	82.208	57.794	-16.578	-20,2%
(11) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	115.456	62.808	82.997	56	32.459	39,1%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	3.319	3.299	3.128	2.942	191	6,1%
N.º Órgãos Sociais (OS)	7	8	6	8	1	16,7%
N.º Cargos de Direção (CD)	24	27	25	24	-1	-4,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	3.288	3.264	3.097	2.910	191	6,2%
N.º Trabalhadores/N.º CD	137	121	124	121	13	10,5%
N.º de viaturas	8	8	8	6	0	0,0%

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados por medidas

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração (-) e das indemnizações compensatórias (-), bem como dos impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (+), estes últimos impactos deverão devidamente ser justificados e discriminados

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxes e impostos

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

O aumento verificado na rubrica face ao período homólogo é justificado pela necessidade de recurso à aquisição de projetos, nomeadamente de arquitetura e especialidades, de forma a possibilitar a concretização de obras necessárias para execução do plano de investimento, como é o caso da construção

da nova Unidade de Psiquiatria, e, obras urgentes em consequência da situação pandémica, como é o caso da UCI-II.

Quadro 60 – Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

PRC	2019	2020	Diferença	
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	82.997	115.456	32.459	39%

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O HFF tem os saldos diários de depósitos bancários em contas do IGCP a rondarem os 98% do total de depósitos do Hospital.

No entanto, ainda manteve uma conta à ordem ativa na banca comercial, em 2020, devido a questões estritamente operacionais. Trata-se de uma conta à ordem no Banco Santander, afeta à máquina de *Home Deposit* onde são depositadas, diariamente, as verbas em numerário recebidas de utentes, referentes a taxas moderadoras. Esta conta também é utilizada para pagamentos com referência multibanco.

O HFF solicitou a dispensa do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, para o Biénio 2020-2021, pedido aceite pelo IGCP.

Quadro 61 – Disponibilidades e Aplicações Financeiras - IGCP

IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	2.673.592	2.534.201	2.224.493	1.336.097
Aplicações financeiras	0	0	0	0
Total	2.673.592	2.534.201	2.224.493	1.336.097

Quadro 62 – Depósitos à ordem na Banca Comercial

Banca Comercial	1º Trimestre€	2º Trimestre€	3º Trimestre€	4º Trimestre€
Millennium BCP	0	0	0	0
Banco Santander	53.470	51.940	32.225	55.088
Total	53.470	51.940	32.225	55.088
Juros auferidos**	0	0	0	0

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos

Não foram efetuadas auditorias pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos.

17. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade

A divulgação das conclusões do Plano para a Igualdade, encontra-se detalhada no documento no ponto da Demonstração não Financeira.

18. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira

Elaborada e divulgada no presente documento a Demonstração não Financeira.

19. Informação divulgada no sítio da internet do SEE (portal da DGTF) a 31 de dezembro de 2020

Quadro 63 – Informação a constar no sítio da Internet do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação	Comentários
	S/N/N.A.	
Estatutos	S	
Caracterização da Empresa	S	
Função de tutela e accionista	S	
Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais		
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	
Esforço Financeiro Público	S	
Ficha Síntese	S	
Informação Financeira histórica e atual	S	
Princípios de Bom Governo		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	
- Outras Transações	S	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	
Económico	S	
Social	S	
Ambiental	S	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	
- Código de Ética	S	

Quadro 64 – Informação sistematizada quanto ao cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações Legais - 2020	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Objetivos e resultados da atividade assistencial fixados no contrato programa 2020	S	Taxa de cumprimento de 94,3%	Informação no capítulo referente aos Objetivos e Resultados no ponto da Atividade
Objetivos de qualidade e eficiência económico-financeira fixados no contrato programa 2020	S	Taxa de cumprimento de 83,1%	Informação no capítulo referente aos Objetivos e Resultados no ponto dos Objetivos de qualidade e eficiência económico-financeira
Metas a atingir constantes no PAO 2020	N.A.	N.A.	
Investimento	S	Taxa de cumprimento de 83,3%	Informação no ponto 3 do capítulo referente ao Cumprimento das Obrigações Legais
Nível de endividamento	N.A.	N.A.	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Taxa de cumprimento de 97%	Informação no ponto 3 do capítulo referente ao Cumprimento das Obrigações Legais
Gestão do Risco Financeiro	N.A.	N.A.	
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.	N.A.	
Evolução do PMP a fornecedores	S	diminuição de 37 dias	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	aumento de 2,5 M €	Informação no ponto 4 do capítulo referente ao Cumprimento das Obrigações Legais
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.	N.A.	Informação no ponto 5 do capítulo referente ao Cumprimento das Obrigações Legais
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Informação no ponto 6 do capítulo referente ao Cumprimento das Obrigações Legais
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2020	N.A.	N.A.	
Fiscalização (CF/ROG/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	N.A.	N.A.	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2020 (se aplicável)	N.A.	N.A.	
EGP - artigo 32º e 33º do EGP	S		
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afetado mentalmente às viaturas de serviço	N.A.	N.A.	Informação no ponto 7 d) do capítulo referente ao Cumprimento das Obrigações Legais
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16º do RJSP e artigo 11.º do EGP	S		
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014	N		Não foi elaborado o relatório.
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		Informação no ponto 10 do capítulo referente ao Cumprimento das Obrigações Legais
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção			
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Nº de contratos: 64 Valor global em euros: 23.556.430,48€	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		Na componente de equipamentos de informática, energia elétrica, combustíveis rodoviários e serviços de manutenção e evolução na área dos sistemas de informação.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N.A.	N.A.	
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 48.º do DL 55/2015)	S		Informação no ponto 14 do capítulo referente ao Cumprimento das Obrigações Legais
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	N		
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	Disponibilidades e aplicações junto ao IGCP em 31 de Dezembro = 96%	Informação no ponto 15 do capítulo referente ao Cumprimento das Obrigações Legais
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Saldo em 31 de dezembro = 55.086€	Dependente da disponibilização de serviços de home deposit por parte do IGCP
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		
Auditorias do Tribunal de Contas	N		
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7 da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S		
Apresentação da demonstração não financeira	S		

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

Informação adicional específica para o setor da saúde

- 1) Informação relativa à execução financeira de Contratos Programa, reportados a 31-12-2020:

Quadro 65 – Execução financeira de Contratos Programa

Contrato Programa (Ano)	Total contratado	Valor faturado (de acordo com estimativa de proveitos)	Acréscimo registado	Adiantamentos Recebidos	Saldo
2020	192.849.490	184.727.467	0	184.727.467	0
2019	193.842.034	185.650.011	0	185.650.011	0
2018	155.993.958	144.807.734	11.131.626	148.282.329	7.657.031
2017	149.134.263	139.136.902	4.777.662	144.103.531	-188.967
2016	146.211.966	141.759.529	0	146.211.966	-4.452.436
2015	147.811.554	140.737.878	0	144.217.332	-3.479.454
2014	154.397.675	147.953.011	0	147.763.606	189.405
2013	137.489.317	131.661.108	0	132.937.402	-1.276.294
2012	145.158.339	140.104.355	0	132.522.281	7.582.074
2011	154.987.932	152.942.832	0	146.314.106	6.628.726
2010	163.272.256	163.194.070	0	163.194.070	0
2009	148.022.118	144.239.292	0	144.239.292	0
TOTAL	1.889.170.903	1.816.914.187	15.909.288	1.820.163.391	12.660.085

- 2) Informação relativa à faturação líquida emitida no ano, saldos devedores e saldos credores, reportados a 31-12-2020, para cada uma das entidades pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde, para saldos superiores a 100.000€:

Quadro 66 – Saldos devedores e credores de entidades pertencentes ao SNS

(valores expressos em euros)

Entidade	NIF	Faturação emitida em 2020	Saldo devedor em 31.12.2020	Saldo Credor em 31.12.2020
ARS LISBOA VALE TEJO IP	503148776	-1.219.875		-7.938.858
Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE	507618319	-190.614		-192.959
Inst. Português Sangue e Transplantação	502423943	-773.230		-850.433
SUCH - Serviço de Util. Comun dos Hospitais	500900469	-3.661.326		-1.590.829
Administração Central do Sistema de saúde	508188423			8.441.224
Administração Central do Sistema de saúde	508188423	145.154.319	5.271.277	
ARS LISBOA VALE TEJO IP	503148776	1.259.467	3.201.172	
Centro Hospitalar Lisboa Ocidental EPE	507618319	246.342	726.991	
Centro Hospitalar Lisboa Norte EPE	508481287	182.144	503.408	
Hospital Distrital Santarém	506361462	139.674	626.483	
Hospital Garcia da Orta, SA	506361470	110.112	365.448	

- 3) Informação relativa aos investimentos realizados no ano de 2020, de valores superiores a 100.000€ ao abrigo do Despacho n.º 10220/2014, de 1 de agosto ou autorizados pelo Conselho de Administração:

Quadro 67 – Investimentos realizados em 2020, de valor superior a 100.000 €

Designação do Investimento / Projeto	Valor total do Projeto	Plurianual? Indicar o período	Autorizado por (Tutela/ Finanças/CA, datas)	Investimento cofinanciado (Sim/Não)	Valor da Execução financeira 2020
Empreitada para remoção da cobertura existente e aquisição, instalação e montagem de uma cobertura do tipo painel "sandwich"	162.808	Sim 1/10/2020 a 31/12/2021	Despacho SEAS de 14/05/2020 (Tutela) Candidatura POSEUR n.º POSEUR 01-1203-FC-000064, aprovada a 10/10/2017	Sim (POSEUR)	0
Instalação de unidade de construção modular para o serviço de urgência geral - ADR SU	1.183.912	Não	Autorização da Tutela, SEO, SET - autorização em cumprimento com o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, atendendo que o valor da despesa é superior a 2% do Capital Estatutário	Sim	1.183.912
Empreitada para execução de Unidade de Cuidados Intensivos de Nível II (UCI II)	895.602	Não	Autorização SES de Programa Vertical, a 1/10/2020	Sim	801.960
Requalificação do Bloco Operatório - mesas operatórias e candeeiros cirúrgicos para as salas de bloco operatório	1.674.495	Sim 1/10/2019 a 31/12/2020	Portaria n.º 821/2019, de 3 de dezembro de 2019 (Tutela), reprogramação da Portaria n.º 302/2018, de 18 de maio de 2018 (Tutela e Finanças) Visado pelo Tribunal de Contas a 16/01/2020	Não	0
Microscópio Operatório Oftalmológico c/ Sistema de Gravação	106.586	Não	Candidatura Lisboa 2020 n.º Lisboa-06-4842-FEDER-000027, aprovada a 2020/03/23	Sim (Lisboa 2020)	106.586
Equipamento de Tomografia Axial Computorizada (TAC)	550.000	Não	Aprovação CA-Ajuste direto N.º 1850/ADCM/2020 - âmbito do plano de contingência COVID 19	Sim (TRF Câmara Municipal Síntrax)	550.000
Aplicação informática para o suporte e gestão da atividade dos serviços farmacêuticos, integrando todo o circuito do medicamento.	177.130	Não	Candidatura SAMA 2020 n.º POCH-05-5762-FSE-000115, aprovada a 06/11/2019	Sim (SAMA 2020)	0
Monitores multiparâmetros e monitores desfibriladores para UCI II e SUG	245.940	Não		Não	0
Renovação de rede de dados cablada e wireless	501.425	Sim 31/12/2019 a 01/01/2021	Portaria n.º 201/2020, de 25 de fevereiro de 2020 (Tutela e Finanças) Candidatura SAMA 2020 n.º POCH-05-5762-FSE-000115, aprovada a 06/11/2019	Sim (SAMA 2020)	501.425
Central de monitorização e monitores anestésicos do Bloco Operatório	159.450	Não		Não	0
Ventiladores invasivos para UCI II	219.476	Não		Sim	0
Calhas para distribuição de gases medicinais e tomadas elétricas na UCI do HFF, no âmbito do COVID-19	139.605	Não		Não	55.842
Macas para doentes ADR SU	133.105	Não		Não	0
Bombas infusoras e seringas infusoras	222.300	Não		Não	0
Camas para UCI II	141.676	Não		Não	0
Total	6.513.498				

Demonstração não financeira

O Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca E.P.E., assim designado por força do Decreto-Lei n.º 203/2008, de 10 de outubro, é uma Entidade Pública Empresarial, integrada no SNS, dotada de personalidade jurídica, administrativa, financeira e patrimonial e rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades previstas no Decreto – lei nº 18/2017, de 10 de fevereiro, constantes dos seus anexos I e II, bem como no respetivo regulamento interno e nas normas em vigor para o SNS.

Ambiente

Em termos energéticos, o HFF, explora a Central de Cogeração alimentada a Gás Natural, para produção de vapor, aquecimento, água gelada e água quente sanitária, poupando um montante estimado em 1500 toneladas de Fuelóleo, contribuindo para a redução do consumo de combustíveis fósseis e a consequente diminuição da emissão de gases de estufa. Esta instalação gera uma poupança anual de 1,2GW de energia elétrica. A cogeração é uma tecnologia que permite aumentar a eficiência de conversão de recursos energéticos e simultaneamente reduzir as emissões gasosas. A partir de um único combustível produz-se energia elétrica e energia térmica. Os gases de escape são reaproveitados para produção de vapor e ar quente levando a uma consequente redução de gastos e emissão de gases poluentes para a atmosfera.

O HFF continua a investir na substituição e requalificação do sistema de armazenamento e distribuição de água sanitária (quente e fria), nomeadamente na rede de abastecimento ao edifício hospitalar, diminuindo assim as perdas com ruturas. O consumo de água a nível hospitalar verifica-se essencialmente na lavandaria, rega, cozinha central, instalações sanitárias, balneários, limpeza e higienização de instalações e equipamentos. Por outro lado, os dois furos hertzianos em exploração no HFF permitem o abastecimento autónomo da Central de Cogeração, para a produção de energia térmica, o abastecimento da rede de rega e da lavandaria, gerando uma poupança aproximada de 22.200 m³. Está em curso a realização de um estudo hidráulico para melhoria das condições de circulação de água quente e fria e a substituição total das redes.

O HFF segue uma política de substituição dos equipamentos mais antigos por novos equipamentos energeticamente mais eficientes e efetua melhoramentos nas instalações, de modo a garantir um menor consumo de energia térmica e elétrica.

Em 2019, o HFF procedeu à substituição de toda a iluminação exterior por iluminação de tecnologia LED com exponenciais reduções no consumo. A instalação de interruptores crepusculares que apenas permitem que a iluminação exterior se acenda na ausência de luz natural, veio melhorar a eficácia e o consumo, restringindo a utilização apenas aos períodos necessários.

Em 2019 foi lançado o projeto que dará origem a construção e requalificação de um novo ecocentro com maior capacidade de triagem de resíduos produzidos no HFF.

Em 2021 está prevista a requalificação total das instalações de AVAC, instalações elétricas, iluminação interior com tecnologia LED, bombas circuladoras de aquecimento com consumos energéticos substancialmente menores.

São efetuadas amostragens semestrais da qualidade do ar interior. A avaliação da qualidade do ar é a medida mais eficaz para garantir que o ar que se respira tem as características necessárias ao bem-estar, quer de utentes, quer de colaboradores.

A Gestão Global de Resíduos Hospitalares no HFF, consiste no planeamento e execução de um conjunto de procedimentos baseados no cumprimento da legislação em vigor - nacional e comunitária - e nas boas práticas que determinam as ações para o ciclo de vida de cada tipologia de resíduo, desde a sua produção ao destino final, de forma adequada, correta e ambientalmente segura.

No âmbito dos recicláveis, a tipologia mais representativa é a do papel/cartão, da qual foram encaminhadas cerca de 88 toneladas para reciclagem. Relativamente ao encaminhamento de plástico fita filme, foi dada continuidade ao procedimento, em colaboração com a empresa gestora do papel/cartão. Foi ainda implementado a título experimental e com resultados positivos o projeto de encaminhamento de plástico de acondicionamento de roupa "limpa". No total foram triados e encaminhados cerca de 4 toneladas de plástico face a 1 tonelada do ano anterior.

Estas estratégias, para além da formação anual em Gestão de Resíduos Hospitalares, módulo de carácter obrigatório para todos os colaboradores, incluem, ainda, os planos de ação de acordo com a especificidade de cada Serviço, as ações de formação específicas e adaptadas a cada Grupo Profissional, a monitorização serviço a serviço e as ações corretivas e informação regular e atempada.

Em 2020, mantiveram-se as estratégias definidas nos anos anteriores, assentes em políticas e procedimentos, de acordo com a Norma 9 do CHKS, inscritos no Manual de Acreditação em Qualidade. O cumprimento desta Norma conduz a uma produção de resíduos controlada, incentiva a melhoria contínua e a partilha de Boas Práticas, de forma a garantir uma maior segurança e eficiência no desempenho de cada profissional e uma redução dos impactos ambientais.

Na estratégia de sustentabilidade ambiental do HFF é considerada a contratação de Operadores autorizados e com Certificação Ambiental, depositando nestes a partilha de responsabilidade pela Gestão Global dos Resíduos, atribuída ao Produtor e que se processa nas fases de transporte para o exterior, tratamento adequado e destino final, no caso dos Resíduos Hospitalares sólidos e líquidos e, no caso dos resíduos valorizáveis, o respetivo processo de recolha e valorização.

Combate à corrupção

Nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, os hospitais EPE devem dispor de um sistema de controlo interno e de comunicação de irregularidades, competindo ao Conselho de Administração assegurar a sua implementação e manutenção e ao Auditor Interno a responsabilidade pela sua avaliação. Neste contexto, foi aprovado pelo Conselho de Administração no ano 2018, uma atualização ao Regulamento de procedimentos a adotar em matéria de comunicação de irregularidades do HFF. O Regulamento tem por objetivo estabelecer um conjunto de regras e procedimentos internos para a receção, registo e tratamento de comunicação interna de irregularidades, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como com as regras, princípios e valores plasmados no Código de Ética do Hospital.

Consubstanciam irregularidades comunicáveis ao abrigo do referido Regulamento, designadamente, os seguintes atos ou omissões:

- Violação de princípios e disposições legais, regulamentares e deontológicas por parte dos membros dos órgãos estatutários, trabalhadores, fornecedores de bens e prestadores de serviços no exercício dos seus cargos profissionais;
- Dano, abuso ou desvio relativo ao património do Hospital, ou dos utentes;
- Prejuízo à imagem ou reputação do Hospital.

Na sequência da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 01 de Julho de 2009, emitida pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), cujo prazo foi prorrogado pela Recomendação n.º1/2010, publicada em Diário da Republica, 2ª série, n.º 71, de 13 de Abril de 2010, sobre “Planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas”, a qual estabelece que “Os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem, (...) elaborar planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas (...)”, o Conselho de Administração do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE (HFF), atualizou o seu Plano para o ano de 2020, com o intuito de refletir fatores de risco identificados desde a última atualização do documento bem como as recomendações do CPC entretanto aprovadas. Neste plano são identificados os possíveis riscos e/ou eventos por áreas/Serviços, reportando, através de escala própria, o nível de impacto e grau de probabilidade de ocorrência e apresentando medidas preventivas. O referido plano encontra-se publicitado no sítio da internet do hospital. O HFF realiza, anualmente, uma avaliação do Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas disponibilizando o Relatório de avaliação na sua página da Internet.

Acresce que a existência deste plano, integrado na política de gestão de risco geral, inclui os riscos de corrupção e infrações conexas, constituindo um instrumento fundamental como suporte do planeamento estratégico, do processo de tomada de decisão do planeamento e execução das suas atividades. Este

plano obedece aos princípios da integridade institucional, da disciplina, da responsabilidade e da transparência de atos e de decisões inerentes à otimização dos recursos próprios, da governação ética e da gestão por objetivos.

O Hospital está empenhado em minimizar todos os riscos com base nas melhores práticas e na legislação aplicável. Na definição de risco aceitável, tolerância não significa aceitação. A um risco que se situe entre o aceitável e o não aceitável, deve aplicar-se o princípio ALARP (*as low as reasonably practicable*).

A efetiva gestão dos riscos envolve frequentemente uma equipa pluridisciplinar e pode ser abordada nas seguintes opções: a prevenção, o controlo, a transferência e a aceitação.

O risco considerado aceitável corresponde à descrição de risco baixo ponderada a probabilidade de ocorrência com o tipo e magnitude do dano associado ao risco (impacto). As medidas de controlo existentes são suficientes ou são fáceis e rápidas de implementar pelos responsáveis dos serviços e/ou dinamizadores de qualidade e segurança, após análise custo benefício (este nível de risco exige uma utilização baixa a moderada de recursos).

Quadro 68 – Matriz de riscos

Matriz Risco		Probabilidade de Ocorrência		
		Elevada	Moderada	Baixa
Impacto Previsível	Elevado	Elevada	Elevada	Moderado
	Moderado	Elevada	Moderado	Baixo
	Baixo	Moderado	Baixo	Baixo

Identificam-se na tabela infra as principais medidas adotadas para mitigar os riscos aceitáveis identificados pelo HFF:

Quadro 69 – Identificação de riscos

Risco	Consequências	C	P	N Risco	Medidas Implementadas
Não realização ou execução incompleta de Manutenção Curativa por prestadores	Falha de equipamentos/estruturas Não realização de atos clínicos	1 Baixa	1 Baixa	Risco Baixo	1- Controlo do prestador de manutenção; 2- Controlo do SIE; 3- Aceitação pelos Serviços utilizadores.
Processamento salarial de forma indevida	Prejuízo para o Hospital; Prejuízo para o funcionário	1 Baixa	1 Baixa	Risco Baixo	1- Verificação mensal de processamentos, imediatamente antes e após o fecho dos mesmos 2- Validação dos termos contratuais estabelecidos; 3- Verificação da obtenção de despacho autorizador prévio ao processamento de remunerações variáveis; 4- Verificações aleatórias pela coordenação da UARH; 5- Auditorias periódicas ao processamento de salários, por componentes remuneratórias.
Alteração de dados da assiduidade no âmbito da GRH	Favorecimento de terceiros	1 Baixa	1 Baixa	Risco Baixo	1- Verificação mensal de processamentos, imediatamente antes e após o fecho; 2- Verificação mensal de registos na ferramenta de gestão de horários do HFF; 3- Verificações aleatórias pela coordenação da UARH.
Assunção de compromissos sem prévia cabimentação e consequente afetação orçamental	Não cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Abuso	2 Moderada	1 Baixa	Risco Baixo	1- Foi implementado o Módulo Orçamental em SAP que permite um controlo dos Cabimentos e Compromissos emitidos.
Abate e alienação de Imobilizado não autorizado	Não cumprimento dos procedimentos e da legislação em vigor	1 Baixa	1 Baixa	Risco Baixo	1- Circuito implementado que não permite o abate de Imobilizado sem autorização do CA e prévia comunicação à Autoridade Tributária.
Controlo inadequado de Caixa e Depósitos Bancários	Apropriação ou utilização indevida de disponibilidades pertencentes ao HFF	1 Baixa	1 Baixa	Risco Baixo	1- Lançamentos Contabilísticos de Caixa efetuados numa base diária; 2- Valores em caixa contados diariamente; 3- Controlo dos movimentos de contas bancárias através de realização mensal de reconciliações bancárias;
Circulação pouco controlada de valores referentes a taxas moderadoras recebidas.	Desvio de ativos	1 Baixa	1 Baixa	Risco Baixo	1- Centralização da conferência dos valores; 2- Contagem de valores realizada com segundo elemento presente; 3- Existência de cofres nos secretariados dos chefes de
Anulação indevida de recibo de taxas moderadoras	Desvio de ativos	1 Baixa	1 Baixa	Risco Baixo	1- Todas as anulações são validadas ou aprovadas pelas chefias administrativas dos respetivos serviços; 2- Todos os recibos anulados fazem parte integrante da documentação entregue na área financeira; 3- Apenas se aceitam recibos originais para se efetuar a anulação;
Manipulação indevida e desaparecimento de espólios dos doentes	Desvio de ativos	1 Baixa	1 Baixa	Risco Baixo	1- Procedimento validado e registado por 2 profissionais de diferentes áreas; 2- Existência de um cofre específico para espólios de valor com acesso controlado.
Desvio na utilização dos produtos farmacêuticos armazenados	Desvio de ativos Erros de inventário	1 Baixa	1 Baixa	Risco Baixo	1- Circuito controlado de pessoas externas ao serviço de Farmácia; 2- Câmaras de vigilância no acesso à Farmácia; 3- Medicamentos de ambulatório e oncologia com
Processos de aquisição de bens e serviços - supressão de procedimentos necessários	Corrupção passiva por ato ilícito; Tráfico de influência; Participação económica em negócio;	1 Baixa	1 Baixa	Risco Baixo	1- Segregação de funções em termos de consulta ao mercado, pedidos de compra e gestão de dados mestre de fornecedores; 2- Acompanhamento jurídico dos processos.
Saídas de bens de armazém sem o registo em sistema; Retenção de material para uso próprio	Desvios de ativos	1 Baixa	1 Baixa	Risco Baixo	1- A informação sobre os artigos de existências é registada e mantida corretamente; 2- Todos os movimentos de mercadorias estão completamente automatizados, sendo a informação registada no momento do movimento. As existências são monitorizadas diariamente, aquando da execução do MRP, (gestão de stocks em Sap). É também efectuado, anualmente, um inventário as existências
Produção registada sem execução do respetivo ato	Afetação da verdadeira imagem dos atos realizados no HFF, com impacto no processo de contractualização	1 Baixa	1 Baixa	Risco Baixo	1- Auditorias, de forma a aferir os registos em sistema informático com os registos no processo clínico do utente e as diversas aplicações informáticas; 2- Auditorias para cruzar os atos registados como "sem presença do utente" com a existência de consentimento
Relação com a indústria farmacêutica (favorecimento de empresas na prescrição de fármacos e dispositivos médicos)	Favorecimento de terceiros e vantagem patrimonial dos próprios funcionários.	1 Baixa	1 Baixa	Risco Baixo	1- Financiamentos para congressos são devidamente registados junto do Infarmed; 2- Relatório com os maiores prescritores de medicamentos e quais; 3- A entrada de novos medicamentos é avaliada pela CFT.
Apropriação indevida de material hospitalar	Desvio de ativos	1 Baixa	1 Baixa	Risco Baixo	1- Sistema e-kanban nas enfermarias com registo dos consumos de material clínico e farmacêutico; 2- Solicitação de medicamentos a Farmácia mediante prescrição; 3- Monitorização dos consumos vs atividade do Hospital;
Favorecimento de utentes não respeitando lista de inscritos.	Imparcialidade no tratamento dos utentes	2 Moderada	1 Baixa	Risco Baixo	1- Monitorização das Listas de Espera para Consulta e para Cirurgia, com níveis de prioridade estabelecidos; 2- Controlo da UCe LEC pela Unidade Local de Gestão de Acessos;

O HFF dispõe ainda de um Serviço de Auditoria Interna, conforme estipula o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, com competência para proceder à avaliação dos processos de controlo

interno e de gestão de riscos, nos domínios contabilístico, financeiro, operacional, informático e de recursos humanos, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo do sistema de controlo interno do HFF.

Igualdade de género

No âmbito do desenvolvimento organizacional e das políticas de gestão de pessoas baseadas na valorização do capital humano, das competências e da qualidade, reconhece-se uma cada vez maior importância às questões relacionadas com a igualdade de género.

Para dar resposta aos objetivos previstos nos Planos Nacionais para a Igualdade e às determinações do Conselho de Ministros, foi elaborado um Plano para a Igualdade de Género, de forma a demonstrar o atual posicionamento do HFF na promoção de políticas e práticas que visam garantir os princípios de igualdade de oportunidades entre géneros, evitando toda e qualquer forma de discriminação.

Para o HFF a igualdade de género é uma questão de direitos fundamentais e por isso, a não discriminação em função do género, está expressamente assegurada no Código de Ética. O HFF e os seus colaboradores/as estão assim comprometidos/as em pautar a sua atuação pelos mais elevados padrões de integridade e dignidade individual, devendo mitigar eventuais práticas que contrariem qualquer tipo de discriminação.

O Plano para a Igualdade de Género tem como objetivo identificar as boas práticas desenvolvidas no HFF, estabelecer as medidas para suprimir eventuais desequilíbrios e desigualdades que possam subsistir na gestão do Capital Humano, bem como melhorar as práticas existentes no âmbito da Igualdade de Género. Este Plano assenta na análise de três componentes fundamentais de gestão: o planeamento estratégico, a gestão dos recursos humanos e a comunicação.

Planeamento Estratégico

Estratégia, missão e valores

O HFF, EPE mantém uma política de recursos humanos assente no princípio da igualdade de género e não discriminação entre homens e mulheres. Nas normas de ética e conduta, presentes no Código de Ética do HFF, a igualdade de tratamento e a não discriminação estão salvaguardadas.

Gestão de Recursos Humanos

Recrutamento e seleção

A política e procedimentos de recrutamento e seleção de pessoal assentam nos princípios da igualdade e não discriminação em função do género. O recrutamento de profissionais, independentemente da categoria profissional, é realizado tendo como princípio a igualdade de género, proibindo a discriminação de tratamento dos candidatos, não podendo estes ser beneficiados ou prejudicados no acesso ao emprego em função da ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, nacionalidade, origem étnica ou raça, religião, convicções políticas ou ideológicas, filiação sindical entre outras, previstas no artigo 24.º do Código do Trabalho.

O HFF cumpre igualmente a legislação em vigor no que respeita a regras de publicitação nos anúncios de oferta de emprego, bem como ao tratamento da informação de forma desagregada por género.

Formação

O HFF considera o acesso à formação como um direito de mulheres e homens, proporcionando os meios necessários à sua participação e incentivando os processos de aprendizagem, sem qualquer tipo de discriminação, permitindo a interrupção na carreira para a formação dos seus profissionais. Neste seguimento, a formação interna e externa tem uma participação indiferenciada por género, adequada às competências de cada um.

Gestão de carreiras e remunerações

O HFF, enquanto entidade pública do Estado, assegura a igualdade e não discriminação de género em matéria de remunerações e processos de gestão de carreira, nomeadamente no que respeita à igualdade de remuneração por igual trabalho; existência de critérios transparentes na promoção e progressão salarial e de carreiras que assegurem a igualdade de acesso a categorias ou níveis hierárquicos superiores.

Os Instrumentos de Regulamentação Coletiva aplicáveis em específico ao HFF (Acordo de Empresa publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.º 45, de 8/12/2003 com as alterações que constam dos Boletim do Trabalho e Emprego n.º 26, de 15/07/2008 e n.º 22, de 15/06/2009 para as designadas Carreiras Gerais, e o Acordo de Empresa publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.º 39, de 22/10/1999 com as alterações que constam do Boletim do Trabalho e Emprego n.º 33, de 8/09/2005, para a Carreira Médica) celebrados com as estruturas representativas dos trabalhadores preveem a não diferenciação: salarial, de enquadramento profissional, progressão na carreira, direitos genéricos dos trabalhadores nomeadamente em função do género, estado civil ou situação familiar.

O acesso a funções e lugares de gestão/decisão ocorre, igualmente, sem quaisquer mandatos do conselho de administração e do órgão de fiscalização (por nomeação do governo, à qual a Empresa é alheia), foram sempre exercidos por Homens. No entanto, desde 2008 que pelo menos um dos 5 membros nomeados é Mulher, registando no mandato atual (iniciado em 2017) uma proporção de 40% de mulheres.

Diálogo social e participação de trabalhadores

O HFF promove o diálogo social dentro das suas instalações, permitindo o acesso e circulação dos sindicatos e respetivos delegados sindicais, na promoção e divulgação dos seus direitos.

Faz parte da Política de Recursos Humanos do HFF, a personalização do processo de Acolhimento e Integração dos Novos Colaboradores, através da disseminação de um conjunto de informação e orientações úteis aos profissionais recém-admitidos no HFF de modo a facilitar a sua integração (a título de exemplo, refira-se o Manual de Acolhimento e Programa de Acolhimento e Integração aos Novos Colaboradores). De entre outros instrumentos de comunicação, promotores e facilitadores, do desenvolvimento profissional e da comunicação dos trabalhadores, destaca-se a Intranet como sendo um importante meio de divulgação interno (divulgação de orientações, nova legislação, processos de recrutamento, ações de formação, agradecimentos, etc.).

Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal

O HFF assegura, com rigor, a observância dos direitos dos seus trabalhadores (as), designadamente no contexto da parentalidade e da conciliação da vida profissional com a vida familiar, com especial destaque na assunção da flexibilização do horário de trabalho.

Respeito pela dignidade das mulheres e homens no local de trabalho

O HFF criou procedimentos e mecanismos que identificam, orientam e contribuem para a resolução de situações de assédio, físico e não físico, das quais os profissionais poderão ser alvo.

Comunicação

Comunicação interna e externa

No âmbito da comunicação interna e externa, o HFF, EPE respeita a igualdade de género no que concerne ao tratamento dos conteúdos comunicacionais transmitidos e nos processos de recolha e tratamento de dados estatísticos.

Desempenho económico-financeiro

Demonstrações financeiras

Balanço

Quadro 70 – Balanço

31 de dezembro de 2020

(valores expressos em euros)

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31/12/2020	31/12/2019
ACTIVO				
Activos não correntes				
Activos fixos tangíveis	5	80.407.853	74.928.219	
Outros activos financeiros	18	525.441	373.711	
		80.933.293	75.301.930	
Activo corrente				
Inventário	10	14.921.118	8.521.691	
Devedores por transferencias e subsidios não reembolsáveis	18	0	1.497.281	
Devedores por empréstimos bonificados e subsidios reembolsáveis	18	0	6.645.774	
Clientes, contribuintes e utentes	9;18	11.633.650	24.083.768	
Estado e outros entes públicos	18	269.332	269.332	
Outras contas a receber	18	21.068.420	22.145.155	
Diferimentos		3.398	2.363	
Caixa e depósitos	1.2 e)	1.398.122	2.846.855	
		49.294.040	66.012.218	
Total do Activo				
		130.227.333	141.314.148	
PATRIMONIO LIQUIDO				
Patrimonio/Capital		44.200.000	44.200.000	
Reservas		6.201.430	6.201.430	
Resultados transitados		-72.492.420	-71.878.794	
Outras variações no patrimonio liquido		87.083.106	86.173.573	
Resultado líquido do período		-26.792.130	-7.314.072	
		38.199.986	57.382.137	
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	15	1.429.213	177.099	
Financiamentos obtidos	7	201.984	6.778.785	
		1.631.197	6.955.884	
Passivo corrente				
Fornecedores	18	55.310.682	43.697.756	
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	8.441.224	8.459.399	
Estado e outros entes públicos	18	4.124.752	3.689.307	
Fornecedores de investimentos	18	4.309.486	477.290	
Outras contas a pagar	18	17.547.336	19.881.352	
Diferimentos		662.671	771.022	
		90.396.150	76.976.127	
Total do passivo				
		92.027.348	83.932.011	
Total do Patrimonio Liquido e Passivo				
		130.227.333	141.314.148	

Demonstração de Resultados por natureza

Quadro 71 – Demonstração de Resultados por natureza

31 de dezembro de 2020 (valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2020	31/12/2019
Impostos, contribuições e taxas	13	1.250.426	2.348.347
Vendas	13	1.245.172	1.159.520
Prestações de serviços e concessões	4;13	145.921.671	152.756.579
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	42.042.152	34.217.887
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-63.887.560	-53.397.399
Fornecimentos e serviços externos	30	-41.767.144	-39.837.968
Gastos com o pessoal	19	-105.350.357	-101.801.839
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-2.373.326	-60.855
Provisões (aumentos/reduções)	15	-1.252.114	-164.408
Outros rendimentos e ganhos	13;14;30	1.921.415	1.493.164
Outros gastos e perdas		-167.387	-173.630
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		-22.417.053	-3.460.603
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-4.368.069	-3.831.003
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-26.785.122	-7.291.605
Resultado antes de impostos		-26.785.122	-7.291.605
Imposto sobre o rendimento		-7.009	-22.467
Resultado líquido do período		-26.792.130	-7.314.072

Demonstração das alterações do Património Líquido

Quadro 72 – Demonstração das Alterações do Património Líquido

31 de dezembro de 2020 (valores expressos em euros)

	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe							Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital realçado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	44.200.000	1.286.710	4.914.720	-71.878.754		88.173.573	-7.314.072	57.382.137	57.382.137
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									0	0
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7				-7.314.072		909.533	7.314.072	909.533	909.533
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				-7.314.072		909.533	7.314.072	909.533	
RESULTADO INTEGRAL	9+7+8				-7.314.072		909.533	-26.792.130	-25.882.598	-25.882.598
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas					6.700.446			6.700.446	0	6.700.446
Outras operações	10				6.700.446			6.700.446		6.700.446
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6+7+8+10	44.200.000	1.286.710	4.914.720	-72.492.420		87.083.106	-26.792.131	38.199.885	38.199.885

Demonstração de Fluxos de Caixa

Quadro 73 – Demonstração de Fluxos de Caixa

31 de Dezembro		(valores expressos em euros)	
Rubricas	Notas	Períodos	
		2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		197.752.890	198.440.084
Recebimentos de Contribuintes			
Recebimentos de Transferências e Subsídios Correntes			
Recebimentos de Utentes		1.288.476	2.348.935
Pagamentos a Fornecedores		102.357.593	104.392.671
Pagamentos ao Pessoal		103.324.728	100.592.375
Pagamentos a Contribuintes/Utentes			
Pagamentos de Transferências e Subsídios			
Caixa Gerada Pelas Operações		-6.640.955	-4.196.028
Outros Recebimentos/Pagamentos		-56.205	-237.086
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais [a]		-6.697.160	-4.433.114
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos Respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		5.016.167	2.359.363
Ativos Intangíveis			
Propriedades de Investimento			
Investimentos Financeiros		161.010	107.826
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis			
Ativos Intangíveis			
Propriedades de Investimento			
Investimentos Financeiros		30.955	24.983
Outros Ativos			
Subsídios ao Investimento		2.777.006	0
Transferências de Capital			
Juros e Rendimentos Similares			
Dividendos			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento [b]		-2.369.216	-2.442.207
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		70.851	307.256
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital		0	0
Cobertura de Prejuízos		6.700.446	7.214.000
Doações		846.346	0
Outras Operações de Financiamento			
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos			
Juros e Gastos Similares			
Dividendos			
Reduções de Capital e de Outros Instrumentos de Capital			
Outras Operações de Financiamento			
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento [c]		7.617.643	7.521.256
Variação de Caixa e Seus Equivalentes [a+b+c]		-1.448.733	645.935
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		2.846.855	2.200.920
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		1.398.122	2.846.855
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		2.846.855	2.200.920
[-] Equivalentes a Caixa no Início do Período			
[+] Parte do Saldo de Gerência que não Constitui Equivalentes de Caixa			
[-] Variações Cambiais de Caixa no Início do Período			
[=] Saldo da Gerência Anterior		2.846.855	2.200.920
De Execução Orçamental			
De Operações de Tesouraria			
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		1.398.122	2.846.855
[-] Equivalentes a Caixa no Fim do Período			
[+] Parte do Saldo de Gerência que não Constitui Equivalentes de Caixa			
[-] Variações Cambiais de Caixa no Fim do Período			
[=] Saldo para a Gerência Seguinte		1.398.122	2.846.855
De Execução Orçamental		1.398.122	2.846.855
De Operações de Tesouraria			

Acontecimentos após a data de relato

O ano de 2020 foi fortemente marcado pelo estado de pandemia de COVID-19, associada à infeção por SARS-Cov-2. Cumprindo a circular n.º 1398, de 8 de abril, da DGO, o HFF procedeu às alterações orçamentais necessárias em 2020, para identificar as dotações e despesas relacionadas com o combate ao coronavírus, criando as medidas 095 “Contingência COVID 2019 – prevenção, contenção, mitigação e tratamento e 096 “Contingência COVID 2019- garantir normalidade” e elaborou o orçamento para 2021 com base na perspetiva de continuidade da situação pandémica.

Face à incerteza da situação vivida e da experiência tida em 2020, refere-se que em 2021, à data deste relatório foram assumidos os compromissos abaixo indicados no valor de 11.013.267€.

Quadro 74 – Impacto Medida 95 e 96 nos gastos 2021 à data do relato

	Medida 95 - COVID	Medida 96 - Retoma	Total
CMVMC	4.943.820	3.247	4.947.067
Medicamentos	341.966	0	341.966
Outros Produtos Farmacêuticos	1.705.089	0	1.705.089
Material de Consumo Administrativo	2.597.184	0	2.597.184
Material de Consumo Hoteleiro	96.115	0	96.115
Outros Material	203.465	3.247	206.712
Fornecimentos e Serviços Externos	1.793.865	442.925	2.236.790
Internamentos no Exterior	735.088	442.925	1.178.013
Transporte de doentes	6.180	0	6.180
Limpeza e Higiene	230.278	0	230.278
Conservação e Reparação	139.611	0	139.611
Locação	77.097	0	77.097
Vigilância e Segurança	22.066	0	22.066
Trabalhos Especializados	583.545	0	583.545
Recursos Humanos (gastos a abril 2021)	2.354.057	0	2.354.057
Total de Gastos	9.091.742	446.172	9.537.914
Total de Imobilizado	1.469.811	5.541	1.475.352
Total de Compromissos Assumidos	10.561.554	451.713	11.013.267

À data de elaboração deste Relatório o país encontra-se numa fase de contenção efetiva da pandemia e implementação do plano de vacinação, estando o HFF a atingir números mínimos de doentes internados. No entanto, nos meses de janeiro e fevereiro foram atingidos valores históricos de doentes COVID internados, o que implicou a suspensão da atividade assistencial não urgente.

A 30 de abril de 2021 a atividade realizada face à esperada para o período regista uma redução, mas em recuperação, consequência dos efeitos já referidos.

Assim sendo, o impacto registado neste período nas principais linhas de atividade é o seguinte:

- Consulta Externa: +1.611 consultas médicas (+1,5%)
- Internamento: -1.109 doentes saídos (-12,2%)
- Cirurgias: -1.789 cirurgias (-33,3%)
- Urgência: -9.211 atendimentos (-14,7%)
- Hospital de Dia: -1.639 sessões (-20,6%).

O Conselho de Administração considera que este agravamento subsequente da pandemia no primeiro trimestre de 2021, que teve um impacto muito significativo na atividade assistencial do HFF, como antes demonstrado, não permitirá recuperar os níveis de atividade negociados com a ARSLVT, pelo que terão de ser encontradas formas de financiamento de contingência não dependentes exclusivamente da atividade hospitalar.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E., propõe que o Resultado Líquido negativo de 26.792.130€ em 2020 seja transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração



João Manuel Mendes



Alexandre Teófilo



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Foram colocadas todas as Notas Explicativas que são aplicáveis à realidade do HFF, não tendo sido inseridas as notas que são consideradas como não aplicáveis.

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade, período de relato

- **Denominação:** Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE
- **Endereço:** IC 19, Venteira, 2720-276 Amadora
- **Código da classificação orgânica:** 6530
- **Tutela:** Ministério da Saúde
- **Registada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora** sob o N.º 503 035 416
- **Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:**

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE foi criado pelo Decreto-Lei n.º 203/2008, de 10 de outubro, que transformou o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, criado pelo Decreto-Lei n.º 382/91, de 9 de outubro, numa entidade pública empresarial.

De acordo com o regime jurídico e os estatutos publicados no anexo II do Decreto-Lei 18/2017, de 10 de fevereiro e nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, o HFF é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A legislação que enquadra a orgânica e funcionamento do HFF é a seguinte:

- Decreto-Lei n.º 18/2017 de 10 de fevereiro, que em Anexo II, aprova os Estatutos dos Hospitais EPE;
- Decreto-Lei n.º 203/2008 de 10 de outubro, transforma o Hospital Professor Fernando Fonseca, criado pelo Decreto-Lei n.º 382/92, de 9 de outubro, em Entidade Pública Empresarial;
- Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro (capítulos II, III, IV), que aprova o regime jurídico da Gestão Hospitalar;
- Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93 de 15 de janeiro, na versão mais recente da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e das Empresas públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pelas Leis n.º 75-A/2014 de 30 de setembro e 42/2016 de 28 de dezembro;
- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012

de 18 de janeiro, pela declaração de retificação nº 2/2012 de 25 de janeiro e pelo Decreto-Lei nº 39/2016 de 28 de julho.

A consolidação de contas do SNS é efetuada pelo Ministério da Saúde por intermédio da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS).

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

- a) **Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP não se identificando situações excecionadas às disposições normativas com impactos nas demonstrações financeiras, pelo que as demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do património líquido, do passivo e dos resultados das operações económicas e financeiras.

- b) **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.**

As demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2020, são comparáveis com as demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2019, com a seguinte exceção:

- Em 2020 foi emitida pela Comissão Normalização Contabilística, em 22 de dezembro de 2020, a FAQ 42 que vem estabelecer que em SNC-AP os subsídios só devem ser reconhecidos aquando da realização das despesas elegíveis/investimentos, com base nos pedidos de pagamento entregues às entidades subsidiadoras e não aquando da celebração dos contratos. Aplicando este princípio também aos subsídios reembolsáveis, o HFF reduziu o Ativo Corrente (Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis e Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis), por contrapartida dos Financiamentos Obtidos, no Passivo Não Corrente, de forma a refletir apenas os valores correspondentes às despesas realizadas e empréstimos recebidos, respetivamente. Esta alteração não foi objeto de reexpressão por se enquadrar como um ajustamento decorrente da transição para o SNC-AP.
- Foi alterado o critério de constituição de imparidades para dívidas a receber por forma a contemplar os clientes Estado, fora do perímetro de consolidação do Ministério da Saúde.

- c) Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável.

Ver ponto anterior.

- d) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Não se evidencia a 31 dezembro 2020 quaisquer montantes de caixa e seus equivalentes que não estivessem disponíveis para uso.

- e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Quadro 75 - 1.1. Desagregação de caixa e depósitos

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31/12/2020			31/12/2019		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Conta						
Caixa	6.937		6.937	5.157		5.157
Depósitos à ordem						
Depósitos à ordem no IGCP	1.336.097		1.336.097	2.755.721		2.755.721
Depósitos bancários à ordem	55.088		55.088	85.977		85.977
Outros Depósitos no IGCP						
Depósitos a prazo						
Depósitos consignados						
Depósitos de garantias e cauções						
Total de caixa e depósitos	1.398.122		1.398.122	2.846.855		2.846.855

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Base de mensuração usada na preparação das demonstrações financeiras

O normativo contabilístico adotado para a prestação de contas consolidadas é o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, adaptado ao Plano de Contas Central do Ministério da Saúde (PCC-MS) divulgado pela ACSS, tendo procedido à subdivisão de contas em função das suas necessidades específicas, o que constitui o seu Plano de Contas Local, cumprindo com:

- a estrutura do plano de contas SNC-AP;
- a desagregação de algumas contas do Plano de Contas Multidimensional necessária à obtenção do adequado conteúdo das rubricas do balanço e da demonstração dos resultados, mas

respeitando a natureza da conta mãe incluindo a ligação dessa conta com a respetiva rubrica do balanço ou da demonstração dos resultados;

- a desagregação respeita também as contas (desagregadas) do PCC-MS.

De acordo com o SNC-AP, a informação incluída no relato financeiro deve obedecer a um conjunto de características qualitativas que permitem que essa informação seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras e atinja os objetivos do relato financeiro, nomeadamente quanto à tomada de decisões. As características qualitativas principais são: relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade e verificabilidade. Estas características qualitativas aplicam-se a toda a informação financeira e não financeira relatada incluindo a informação financeira histórica e prospetiva e as notas explicativas, para que as demonstrações financeiras possam evidenciar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do HFF, EPE.

As características qualitativas principais são os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados que foram as seguintes:

1. Ativos Fixos Tangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis foi efetuado de acordo com o disposto na NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis (AFT), estando os mesmos registados ao seu custo considerado, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade. Os AFT reconhecidos referem-se a bens com substância física que cumulativamente:

- São detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros, ou para fins administrativos;
- Se espera sejam usados durante mais de um período de relato;
- For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem;
- O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Um bem do ativo fixo tangível é inicialmente reconhecido pelo seu custo, o qual compreende o seu preço de compra e os custos suportados inicialmente para a sua aquisição ou construção, e ainda os custos suportados subsequentemente para adicionar, substituir uma parte ou prestar assistência a esse ativo, desde que estes possibilitem um aumento do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros associado a esse bem.

Os aumentos ao valor contabilístico em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de AFT no património líquido. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva rubrica de excedentes de

revalorização de AFT. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados como perdas por imparidade.

A imparidade resulta de eventos ou circunstâncias que indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados, devendo essa política aplicar-se a todos os bens que integram essa classe, aplicando-se a NCP 9- Imparidade de Ativos.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens reintegráveis, são também transferidos para a rubrica "Resultados Transitados".

Quando um bem do ativo fixo tangível for adquirido através de uma transação sem contraprestação (obtidos a título gratuito), a mensuração far-se-á da seguinte forma:

- Imóveis — Valor patrimonial tributário (VPT).
- Outros ativos — Custo do bem-recebido, ou na falta deste, o respetivo valor de mercado apurado através de avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens.

As bases de mensuração aplicadas são explicitadas e justificadas no documento, de acordo com o preconizado na NCP 1 — Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

Quanto às depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, tendo em conta o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Para o efeito, são utilizadas as taxas de depreciação que refletem a vida útil estimada dos bens definidas no Classificador Complementar 2 (capítulo 7 do PCM) — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2017, conforme dispõe o n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Para determinação da vida útil de um ativo são considerados os seguintes fatores:

- Utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperadas para esse ativo.
- Desgaste físico esperado, que depende de fatores operacionais tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo enquanto estiver ocioso.
- Obsolescência técnica e comercial resultante de alterações ou melhoramentos na produção, ou de alterações na procura do mercado para os produtos ou serviços produzidos pelo ativo.

- Limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo, tais como as datas de expiração de contratos de locação relacionados.

A NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis preconiza que o método mais adequado às Administrações Públicas é, em regra, o método das quotas constantes (ou da linha reta). Este método deve ser aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

O valor unitário e as condições em que os elementos dos AFT sujeitos a depreciação ou deperecimento possam ser totalmente depreciados um só exercício são os definidos na lei.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos AFT é calculada segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Rubrica	Vida Útil
Edifícios e Outras Construções	20 – 50
Equipamento Básico	2 – 10
Equipamento de Transporte	4 – 6
Equipamento Administrativo	3 - 8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 – 8

2. Inventários

O tratamento contabilístico dos Inventários é efetuado de acordo com o disposto na NCP 10 – Inventários. São reconhecidos como inventários os bens adquiridos para revenda, as matérias-primas e os materiais a aguardar e a ser usados na produção, os produtos acabados ou os produtos em curso de produção.

A sua mensuração é normalmente feita ao custo de aquisição (com IVA incluído) quando este não é dedutível sempre que se trate de transações com contraprestação, e inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condição atuais. Existem, no entanto, situações em que a mensuração pode ser efetuada de acordo com as circunstâncias em que forem adquiridos e/ou com a sua utilização futura, nomeadamente:

- bens detidos para vender ou consumir em condições normais de mercado – mensuração pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido;
- bens adquiridos através de uma transação sem contraprestação (a título gratuito), devem ser mensurados pelo justo valor à data de aquisição;
- bens detidos para distribuir sem contrapartida ou com uma contrapartida simbólica, ou para consumir no processo de produção de bens para subsequentemente distribuir sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o custo de reposição corrente.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Caso os inventários se encontrem registados por um valor superior ao que se espera obter do seu valor de venda ou de uso, reconhece-se perdas por imparidade. O método de custeio das saídas de armazém adotado é por regra o custo médio ponderado. Anualmente são avaliados os inventários para efeitos de reconhecimento de Imparidades, avaliando-se nomeadamente se os inventários se encontram danificados, obsoletos, na totalidade ou parcialmente e se os seus prazos de validade se encontram ultrapassados. A imparidade é desreconhecida se o custo do inventário for recuperável ou nos casos em que se proceda ao seu abate ou eventual alienação.

3. Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vencem juros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação, salvo se o câmbio estiver fixado pelas partes ou garantido por uma terceira entidade.

4. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido, sendo as imparidades registadas em clientes de cobrança duvidosa e avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos.

As dívidas de terceiros, independentemente da sua maturidade estão contabilizados no realizável de curto prazo. No Ativo corrente do Balanço, na rubrica “Clientes, contribuintes e utentes” estão contabilizadas dívidas que na sua maioria se encontram vencidas há mais de um ano, e para as quais ainda não está formalizado um plano para os pagamentos das mesmas, estando a quase totalidade titulada em nome da ACSS, IP, ADSE e ARSLVT.

5. Imparidade de Ativos

A determinação e o reconhecimento de imparidade de Ativos é efetuada nos termos definidos na NCP 9 – Imparidade de Ativos. A Norma define imparidade como uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além do reconhecimento sistemático da perda dos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço desse ativo por via da depreciação.

A quantia escriturada de um ativo é reduzida para a sua quantia recuperável de serviço quando a quantia recuperável de serviço for menor do que a quantia escriturada, constituindo-se uma perda por imparidade, sendo a quantia recuperável a maior quantia entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado de um ativo e da sua alienação no final da sua vida útil).

As perdas por imparidade são reconhecidas imediatamente nos resultados. Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo com o qual se relaciona, a quantia escriturada do ativo é reduzida para zero com uma correspondente quantia reconhecida nos resultados. O passivo é reconhecido se, e apenas se, isso for exigido por uma outra NCP.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo da depreciação (amortização) do ativo é ajustado em períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se houver), numa base sistemática durante a sua vida útil remanescente.

Em cada data de relato é avaliado se há qualquer indício de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores possa ter diminuído ou deixado de existir, apurando-se a quantia recuperável estimada de serviço desse ativo e regista-se a respetiva reversão parcial ou total da perda por imparidade.

Relativamente aos ativos detidos sobre entidades que integram o perímetro de consolidação patrimonial do SNS (ARS, Hospitais SPA, Hospitais EPE, ULS e ACSS), e concretamente no que se refere aos saldos de Contratos Programa, Programas Verticais e Convenções Internacionais não deve ser constituída qualquer imparidade nos termos da Circular Normativa nº 2/2021/ACSS - Encerramento de contas relativo ao exercício de 2019.

6. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A NCP 15 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes define os termos em que devem ser efetuados o seu reconhecimento e mensuração. A Norma define Provisões como passivos que são obrigações presentes e é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essas obrigações.

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como:

- i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo do Hospital; ou
- ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

A constituição de provisões para riscos e encargos decorre de circunstâncias em que as mesmas devem ser reconhecidas, e a sua mensuração deve respeitar as regras definidas na NCP 15 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. É igualmente considerado o previsto na NCP 1 na divulgação de informação acerca de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes em notas explicativas às demonstrações financeiras, para permitir que os utilizadores compreendam a sua natureza, oportunidade e quantia.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para o Hospital.

7. Especialização dos exercícios

A especialização dos exercícios foi efetuada com base nas NCP's que se aplicam especificamente a cada situação ou, na ausência de uma NCP, foram seguidas as políticas contabilísticas definidas na NCP 2.

Os gastos e rendimentos foram reconhecidos quando foram gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

No encerramento anual de contas é efetuada uma avaliação com maior acuidade, sendo registados prioritariamente os documentos que titulam os gastos e rendimentos e os saldos finais das contas de acréscimos e diferimentos que correspondem aos gastos e rendimentos ainda não titulados ou cujos títulos tenham sido emitidos num período económico posterior, mas digam respeito ao período económico em análise.

8. Encargos com férias e subsídios de férias

As férias e subsídio de férias são registados como gasto no ano em que os funcionários adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, o valor de férias e subsídio de férias vencido e não pago à data do balanço, foi estimado e incluído na rubrica "Outras Contas a Pagar".

9. Reconhecimento de gastos

Os gastos são reconhecidos à medida que são incorridos de acordo com o princípio do acréscimo, e independentemente do momento em que são pagos.

10. Contabilização dos subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são registados em conta apropriada no Património Líquido aquando do seu recebimento e são transferidos para resultados na proporção das depreciações e amortizações praticadas sobre os bens financiados.

11. Imposto sobre o rendimento

Atendendo a que em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas a entidade se encontra enquadrada no regime geral, a estimativa de imposto é efetuada com base no normativo fiscal existente. São reconhecidas contabilisticamente as situações de ativos e passivos por impostos diferidos, aplicando-se a NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento, supletivamente, uma vez que o SNC-AP não contempla em nenhuma norma o tratamento dos impostos sobre o rendimento.

12. Pensões de reforma e outros encargos sociais

O HFF, EPE processou no exercício de 2020, os valores referentes a:

- Os valores de Pensões pagos no ano, dizem respeito a funcionários públicos que se aposentaram, mas que o pagamento da pensão até pagamento em Diário da República é da responsabilidade da entidade patronal (4.523,63€).
- Subsídio familiar a crianças e jovens, cabendo à entidade patronal assumir o encargo (426,99€);
- Subsídios de parentalidade (7.213,15€).

2.2 Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

Não se identifica políticas contabilísticas relevantes para além das enunciadas anteriormente.

2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das Demonstrações Financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento sobre eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. Na adoção de políticas contabilísticas entendeu-se manter no essencial os critérios de mensuração que vinham sendo adotados. Para além das estimativas detalhadas na nota 2.6, não foram

identificados julgamentos com impacto significativo nas quantias reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As estimativas contabilísticas mais significativas refletem nas demonstrações financeiras o reconhecimento de rendimentos no âmbito do Contrato Programa comunicados pela ACSS, IP, mas ainda não encerradas e validadas. As estimativas podem sofrer ajustamentos nos rendimentos agora reconhecidos, no decorrer do processo de faturação dos referidos anos, por efeitos de acertos à atividade apurada por via da identificação dos utentes.

2.5. Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar:

Não foi constituída qualquer imparidade para os ativos detidos sobre entidades que integram o perímetro de consolidação patrimonial do SNS, nomeadamente no que se refere aos saldos de Contratos Programa, Programas Verticais e Convenções Internacionais nos termos da Circular Normativa nº 2/2021/ACSS - Encerramento de contas relativo ao exercício de 2020. Caso se venha a verificar a constituição de imparidades no futuro poderá vir a resultar impactos nos resultados supervenientes.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Como principais fontes de incerteza das estimativas identificam-se as relacionadas com os Acréscimos de Rendimentos com a ACSS, IP, contabilizados para garantir a especialização dos exercícios e estimados de acordo com as instruções da ACSS, na sua Circular Normativa nº 6/2019/ACSS de 21 de março, que vem estabelecer instruções para normalização dos registos contabilísticos associados à execução dos Contratos Programa, Programas Verticais e Convenções Internacionais, tendo também em consideração a implementação do referencial contabilístico SNC-AP. Para efeitos de reporte das demonstrações financeiras, o acréscimo de rendimento respeitante à produção é calculado tendo por referência o melhor desempenho relativamente aos 3 últimos contratos programa encerrados e é resultante da aplicação da

taxa de execução mais elevada de entre os contratos programa. Para o ano de 2020 foi apurada a taxa de execução de 94,4%, conforme indicação da ACSS. Para efeitos de registo do acréscimo de rendimento respeitante aos incentivos, o mesmo será calculado tendo por referência a taxa de execução de incentivos mais elevada, alcançada nos últimos 3 anos. Em sede de reafectação da dotação para contratualização com as EPE, foi celebrado o Acordo Modificativo ao Contrato Programa (CP) de 2017-2019, que prorroga o CP para 2020 no âmbito do qual o valor final para subsídio de cobertura de custos de contexto foi de 39.376.190,81€.

O valor de produção realizada no Contrato Programa de 2020, ficou aquém do valor indicado para contabilização pela ACSS em -175.418,22€. No que respeita ao valor de incentivos, face à incerteza da realização dos mesmos, e tendo em conta que existem indicadores que o hospital não tem capacidade de efetuar o cálculo, considerou-se o valor indicado pela ACSS.

Quadro 76 – Valor Contratualizado, Realizado e Contabilizado

	Contratualizado	Realizado (Simulação Rend/Fact)	Contabilizado (Instruções ACSS)	Dif. Realizado e Contabilizado
Produção	143.830.824,69 €	135.600.880,29 €	135.776.298,51 €	- 175.418,22 €
Incentivos	9.642.474,50 €	9.574.977,18 €	9.574.977,18 €	- €
Custos de Contexto	39.376.190,81 €	39.376.190,81 €	39.376.190,81 €	- €
Total	192.849.490,00 €	184.552.048,28 €	184.727.466,50 €	- 175.418,22 €

No Ano 2020 foi solicitada a reabertura do Processo de faturação referente ao Acordo Modificativo de 2015, sendo que foi autorizado o envio de novos ficheiros de produção referentes à linha de atividade de Doentes Crónicos Ventilados. Após conclusão da validação dos ficheiros, foi apurado pela ACSS um novo acerto de contas no valor de -1.927.315€, tendo sido emitida uma Nota de crédito à ACSS para regularizar o saldo único respeitante a CP celebrados até 2016, nos termos do disposto do Ofício n.º 8876/2018/DFI/UGR/ACSS.

De salientar ainda que na sequência da conclusão do processo de validação dos ficheiros eletrónicos da atividade mensal referente ao Acordo Modificativo de 2016, decorreu o apuramento do acerto de contas no valor de 638.233€, de forma a regularizar este processo foi emitida uma Fatura à ACSS para regularizar o saldo único respeitante a CP celebrados até 2016, nos termos do disposto do Ofício da ACSS acima descrito.

Em 2020, o valor líquido desfavorável destes acertos (1.289.082€) foi registado nos resultados do exercício, de acordo com as instruções da ACSS, ao invés de afetar os Resultados Transitados, como tinha sido efetuado em 2019, ano em que foram comunicados os acertos, também desfavoráveis, dos CP de 2013 e 2014, que totalizaram 1.723.948€.

Quadro 77 - Acréscimo de Rendimentos

(valores expressos em euros)

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Prestação de Serviços a faturar SNS	16.122.326	16.109.073
Total	16.122.326	16.109.073

Quadro 78 - Acréscimo de Rendimentos – SNS

(valores expressos em euros)

Descrição	31.12.2020
Contrato Programa 2017	4.777.662
Contrato Programa 2018	11.131.626
Convenções Internacionais 2017	86
Convenções Internacionais 2018	91.042
Convenções Internacionais 2019	53.719
Convenções Internacionais 2020	34.786
Programas Verticais 2018	913
Programas Verticais 2019	19.370
Programas Verticais 2020	13.123
Total	16.122.326

4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

Quadro 79 - Tabela 4.1. Acordos de concessão de serviços: concedente

(valores expressos em euros)

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão		Valor anual (valor sem IVA)	Pagamento ao Concessionário		
			Data de Início	Data de Término		Anos Anteriores	Ano Corrente	Anos Futuros
Exploração de Cafetarias: 1, 2, 3 e 4 no HFF	ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana SA	Serviços de Exploração de Cafetarias	01/01/2017	31/12/2021	243.300	729.900	40.550	0
Exploração de Papelaria no HFF ⁽¹⁾	DaisyGift, Lda.	Atividade comercial de Papelaria	01/08/2019	01/08/2022	15.000	6.250	3.750	23.750
Postos de Vending	Delta - Manuel Rui Azinhais Nabeiro	Atividade comercial de Vending	01/04/2015	29/02/2020	156.060	741.285	26.010	0
Postos de Vending	Delta - Manuel Rui Azinhais Nabeiro	Atividade comercial de Vending	01/03/2020	01/03/2023	218.436	0	18.203	637.105
Exploração de Loja para Mini- Mercado ⁽²⁾	EsferaTrivial, Lda	Serviços de Exploração de loja de conveniência	01/12/2020	01/12/2022	6.000	0	500	16.300
Concessão de Espaço para instalação de equipamento de Radiocomunicações	Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, SA	Equipamento de Radiocomunicações	01/06/2012	31/07/2020	16.920	126.900	9.873	0
Concessão de Espaço para instalação de equipamento de Radiocomunicações ⁽³⁾	Vodafone Towers Portugal, SA	Equipamento de Radiocomunicações	01/08/2020		16.920	0	7.052	0
Utilização de Espaço para instalação de ATM ⁽⁴⁾	Banco Comercial Português, SA	Máquinas de Pagamento Automático	01/10/2013		5.760	0	0	0

⁽¹⁾ Contrato renovável por períodos sucessivos de 1 ano, desde 1 de Agosto de 2019, salvo se uma das partes comunicar intenção de denúncia do mesmo (com antecedência mínima de 60 dias)

⁽²⁾ Contrato renovável por períodos sucessivos de 1 ano, desde 1 de Dezembro de 2020, salvo se uma das partes comunicar intenção de denúncia do mesmo (com antecedência mínima de 60 dias) com renda no 1º ano de 500€ e no 2º ano de 900€

⁽³⁾ Contrato renovável por períodos sucessivos de 1 ano, desde 1 de agosto de 2020, salvo se uma das partes comunicar intenção de renovação

⁽⁴⁾ Contrato efetuado por período de um ano, a contar da data da assinatura (24/09/2013), e renovável por iguais períodos de tempo, salvo se uma das partes comunicar intenção de renovação

Nota 2020: As concessões referentes à "Exploração das Cafetarias", "Exploração da Papelaria" e "Postos de Vending", no âmbito do actual contexto pandémico e nos termos do previsto no artigo 297.º do CCP, apenas pagaram as rendas referentes ao mês de Janeiro e Fevereiro de 2020, no caso das cafetarias e Janeiro, Fevereiro e Março nas duas outras concessões. Mais se informa que, conforme previsto no n.º 2 do artigo 298.º do CCP, a suspensão da execução das prestações objecto do contrato determina a prorrogação do prazo de execução das mesmas por período igual ao prazo inicialmente fixado no contrato.

5. Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis estão registados pelo seu custo deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade. O custo compreende o preço de compra do ativo, os custos inicialmente suportados para a aquisição ou construção e ainda os custos posteriormente suportados para adicionar ou substituir uma parte e ainda outros custos de manutenção do ativo.

No quadro abaixo apresenta-se um resumo da valorização das várias classes de ativos fixos tangíveis.

Quadro 80 - 5.1. Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

(valores expressos em euros)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
...								
Ativos fixos em concessão								
...								
Outros Ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	15.381.300			15.381.300	15.381.300			15.381.300
Edifícios e outras construções	68.021.984	14.720.023		53.301.962	70.437.450	16.570.557		53.866.893
Equipamento básico	27.749.730	22.816.775		4.932.955	34.040.776	24.809.349		9.231.427
Equipamento de transporte	110.376	88.751		21.625	110.376	99.913		10.463
Equipamento administrativo	6.759.513	6.051.175		708.338	7.753.971	6.499.412		1.254.559
Outros ativos tangíveis	178.291	169.817		8.474	219.350	178.002		41.348
	118.201.194	43.846.541		74.354.653	127.943.223	48.157.234		79.785.989
Ativos fixos tangíveis em curso	573.565			573.565	621.863			621.863
	573.565			573.565	621.863			621.863
Total	118.774.759	43.846.541		74.928.219	128.565.086	48.157.234		80.407.853

Quadro 81 - 5.2. Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

(valores expressos em euros)

Rubricas	Quantia escriturada	Variações no período								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências internas a entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Extinções	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
...										
Ativos fixos em concessão										
...										
Outros Ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	15.381.300									15.381.300
Edifícios e outras construções	53.301.962	2.415.465					-1.850.535			53.866.893
Equipamento básico	4.932.955	6.333.733					-1.992.574		-42.687	9.231.427
Equipamento de transporte	21.625						-11.162			10.463
Equipamento administrativo	708.338	1.009.236					-448.939		-14.076	1.254.559
Outros ativos tangíveis	8.474	41.524					-7.484		-1.166	41.348
	74.354.653	9.799.958					-4.310.693		-57.928	79.785.989
Ativos tangíveis em curso	573.565	48.298								621.863
	573.565	48.298								621.863
Total	74.928.219	9.848.255					-4.310.693		-57.928	80.407.853

A Estrutura Conceptual da Informação Financeira Pública (EC) define no art.º 88 e seguintes que “um Ativo é um recurso presentemente controlado pela entidade pública em resultado de um evento passado e com a capacidade de proporcionar um influxo de potencial de serviço ou de benefícios económicos futuros, originados pelo recurso em si ou pelo direito a dispor desse recurso.”

A Norma de Contabilidade Pública "(NCP) 4 – Ativos Fixos Tangíveis determina que um Bem deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se for provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao Bem e o custo ou o justo valor do Bem poder ser mensurado com fiabilidade."

Um bem é reconhecimento como ativo fixo tangível se for provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associado e se o custo pode ser mensurado com fiabilidade, nos termos na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis.

No contexto do SNC-AP foi aprovado um classificador complementar sobre o cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, que substituiu a Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, relativa ao Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE). Este classificador refere que os critérios de mensuração devem respeitar as normas contabilísticas aplicáveis, referindo expressamente a NCP e indicando que por regra se utilizará o método da linha reta, considerando a vida útil de referência constante da tabela aí apresentada.

As vidas úteis aplicadas correspondem à realidade, ou seja, à duração estimada dos bens. As vidas úteis previstas no Classificador Complementar 2- Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento são a referência considerada nomeadamente na aplicação do método de depreciação em linha reta, a não ser quando existam evidências que permitam fundamentar tecnicamente vidas úteis diferentes.

As taxas de amortização aplicadas aos AFT são as seguintes, por categoria de ativos:

Rubrica	Taxas de amortizações	
	Tx. Mínima	Tx. Máxima
Edifícios e Outras Construções	2,0%	14,3%
Equipamento Básico	11,1%	50,0%
Equipamento de Transporte	25%	
Equipamento Administrativo	12,5%	33,3%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,5%	25,0%

No ano 2020 os AFT apresentaram um aumento no montante total de 9.848.255€, dos quais 7.081.348 correspondem a aquisições, sendo que 48.298€ estavam em curso à data de 31/12/2020, e 2.766.907€ correspondem a doações.

Quadro 82 - 5.2. Ativos fixos tangíveis – adições

(valores expressos em euros)

Rubricas	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, Reestruturação	Outras	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											06-062435494 0450476494351
Ativos fixos em concessão											
Outros Ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		1.192.923				1.222.542					2.415.465
Equipamento básico		4.817.434				1.516.299					6.333.733
Equipamento de transporte											0
Equipamento administrativo		981.170				28.066					1.009.236
Equipamentos biológicos											0
Outros ativos tangíveis		41.524									41.524
	0	7.033.051	0	0	0	2.766.907	0	0	0	0	9.799.958
Ativos tangíveis em curso		48.298									48.298
	0	48.298	0	0	0	0	0	0	0	0	48.298
Total	0	7.081.348	0	0	0	2.766.907	0	0	0	0	9.848.255

Em virtude do atual contexto pandémico registaram-se doações no valor de 2.766.907€, repartidos da seguinte forma:

- 5 contratos de doação assinados com a ACSS, no valor de 647.063€ que no quadro abaixo se discrimina:

Quadro 83 – Donativos ACSS

(valores expressos em euros)

Contratos Doação ACSS	Nºs Série	31.12.2020
12 Unidades do dispositivo Médico: Ventilador, marca Aeonmed, modelo VG70	XZZU3314, XZZU3405, XZZU3420, XZZU3409, XZZU3676, XZZU3840, XZZU3403, XZZU3571, XZZU3728, XZZU3888, XZZU2966, XZZU3492	246.891
4 Unidades do dispositivo Médico: Ventilador, marca Aeonmed, modelo VG70	XZZU3874, XZZU3934, XZZT19341, XZZT20745	177.857
8 Unidades do dispositivo Médico: Ventilador, marca Aeonmed, modelo VG70	XZZU3736, XZZV1952, XZZV1963, XZZV1959, XZZV1957, XZZV1896, XZZV1906, XZZV1939	164.594
50 Unidades do dispositivo Médico: seringas infusoras da marca Kellymed, modelo KL-602		22.547
78 Unidades do dispositivo Médico: seringas infusoras da marca Kellymed, modelo KL-602		35.173
Total		647.063

- O restante valor de 173.609€ refere-se a doações de equipamentos de várias entidades, na grande maioria no âmbito do combate da pandemia inerente à COVID-19 que no quadro abaixo se resume:

Quadro 84 – Donativos outras entidades

(valores expressos em euros)

Doações	Tipo	Montante
Doação Equip. - Multifunções HP LaserJet_AMASIN		351,99
Doação Equip. - Electrocardiógrafo - Rotary Clube	Covid 19	3.161,10
Doação Equip. - Med. sinais vitais - Rotary Clube	Covid 19	1.476,00
Doação Equip. - TABLET - ESTEC, Lda	Covid 19	194,83
Doação Equip. - mini frigor. - Radio Popular S.A.	Covid 19	119,99
Doação Equip.-monitores sinais vitais_Tabaqueira II	Covid 19	32.002,00
Doação Equip. - Sistema Cardiobase Broadcast		31.980,00
Doação Equip. - Computador_Assoc. Fernandinhos		999,99
Doação Equip. - Purif. Ar MIA - Luís Gada, Lda.		425
Doação Equip. - Ventilador - PETROGAL	Covid 19	4.342,10
Doação Equip. Monitores e Ventiladores - APB	Covid 19	55.194,24
Doação Equip. - Tablets e Wifi - HUAWEI	Covid 19	946,85
Doação Equip.-monitor sinais vitais_FENACAM	Covid 19	6.400,40
Doação Equip.-Monitores sinais vitais_St. Julian	Covid 19	35.207,52
Doação Equip. - Tablets - Samsung	Covid 19	327,32
Doação Equip. - TABLETs - WORTEN, Lda	Covid 19	479,97
Total		173.609

- No âmbito do Protocolo de cooperação institucional entre o HFF e os Municípios de Amadora e Sintra, com vista à construção e instalação da Unidade Modular do Serviço de Urgência Geral, área dedicada a Doentes Respiratórios, foi doado o montante de 1.224.833€ correspondendo 612.426€ a cada Município. O valor do Protocolo com as duas Câmaras (Sintra e Amadora) foi aplicado em Investimento, na totalidade:

Quadro 85 – Protocolo de cooperação institucional entre o HFF e os Municípios de Amadora e Sintra

Texto	Descrição	Imobilizado	Valor
N/Ref.º 2285/ADCM/2020 - Fornecimento e Instalação de Unidade de Construção Modular para o Serviço de Urgência geral	Investimentos - Edifícios	42200321	1.181.698,08
N/Ref.º Ajuste Direto n.º 3140/ADS/2020 - Aquisição de Telheiro de Ligação entre o Edifício Principal e a Unidade Modular do Serviço de Urgência Geral - ADR do HFF, E.P.E, no âmbito do COVID-19.	Investimentos - Edifícios	42200324	13.811,62
N/ Ref.º 3035/ADCM/2020 - Aquisição de Porta automática para acesso principal e montagem de circuito sujos/limpos para a Unidade de Urgência de doentes respiratórios do HFF no âmbito do COVID-19	Investimentos - Edifícios	42200325	21.815,00
		42200326	5.217,73
Total			1.222.542

- No Ano 2020 existiu ainda uma doação da Câmara Municipal de Sintra que se associou ao combate à COVID19 e apoiou o nosso hospital no valor de 1.500.000€, dos quais 48% aplicados no financiamento de equipamentos e os restantes 52% em bens e serviços fundamentais à monitorização e tratamento de doentes bem como à proteção dos nossos profissionais de saúde.

Quadro 86 – Doações Município de Sintra equipamentos e bens e serviços

Bens Doados	Descrição	Qta	Montante Doação CMS
Doação Equipamento	Monitor Desfibrilhador	4	56.580
	VENTILADOR P/CUIDADOS INTENSIVOS	7	147.239
	Trolley para ventilador	7	
	Braço de Suporte de traqueias	7	
	ARMARIO TRANSPORTE ALUMINIO	2	5.843
	EQUIPAMENTO DE TOMOGRAFIA COMPUTORIZADA	1	514.031
Sub-Total			723.693
Doação de Bens e Serviços	Locação Edifícios - Outros		6.654
	Conservação de Bens		12.353
	Material de consumo Clínico		757.300
Sub-Total			776.307
Total			1.500.000

6. Locações

Em 2020, o HFF registou dois contratos de locação de duas viaturas sem motorista e contratos referentes à locação de estruturas de apoio efetuados no âmbito do COVID.

Quadro 87 – Locações Operacionais

(valores expressos em euros)

BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)			
		Período		Acumulado					
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Locação de 2 módulos pré-fabricados(1)	7.420	7.420		7.420					
Locação de Módulo Colheitas (1)	2.000	2.000		2.000					
Locação de contentor frigorífico (1)	7.213	7.213		7.213					
Locação de 1(um) módulo pré-fabricados para Raio X(1)	9.987	9.987		9.987					
Locação de duas viaturas sem motorista(2)	18.388	9.090		13.085		5.303			5.303
Total	18.388	9.090	0	13.085	0	5.303	0	0	5.303

(1) contrato de locação operacional - Plano contingência COVID 19

(2) contrato de locação operacional refere-se ao aluguer de duas viaturas de transporte sem motorista, com gestão de frota, geolocalização, manutenção preventiva, corretiva e reporting. Este contrato foi celebrado com o fornecedor Serviços de utilização comum dos hospitais - SUCH.

Aos valores acima referidos acresce a taxa de 23% que corresponde ao IVA legal, que não sendo dedutível, constitui uma componente do custo.

7. Custo de Empréstimos Obtidos

Quadro 88 – Custo de empréstimos obtidos

(valores expressos em euros)

Entidade	Data da aprovação	Data de visto	Prazo do contrato	Capital		Pagamentos de anos	Pagamentos do ano	Encargos vencidos	Saldo em 1 janeiro	Saldo em 31 dezembro
				Contratado	Utilizado					
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	10-10-2017	n.a	13 anos	6.778.785	201.984	0	0	0	0	201.984

O HFF fez uma candidatura com o número POEUR-01-1203-FC-000064 no âmbito do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – POEUR, para a concessão de apoio à

eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, tendo a mesma sido aprovada em 10 de outubro de 2017.

O valor de investimento elegível é de 7.201.914€, com uma contribuição do Fundo de Coesão de 95% (6.841.818€), dos quais 6.778.785€ correspondem a um financiamento reembolsável, com um plano de reembolso a 13 anos sem juros, com início em 2022, dos quais até à data foram recebidos 201.984€.

Em 2020 foi emitida pela Comissão Normalização Contabilística, em 22 de dezembro de 2020, a FAQ 42 que vem estabelecer que em SNC-AP os subsídios só devem ser reconhecidos aquando da realização das despesas elegíveis/investimentos, com base nos pedidos de pagamento entregues às entidades subsidiadoras e não aquando da celebração dos contratos. Aplicando este princípio também aos subsídios reembolsáveis, o HFF reduziu o Ativo Corrente (Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis e devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis), por contrapartida dos Financiamentos Obtidos, no Passivo Não Corrente, de forma a refletir apenas os valores correspondentes às despesas realizadas e empréstimos recebidos, respetivamente. Esta alteração não foi objeto de reexpressão por se enquadrar como um ajustamento decorrente da transição para o SNC-AP.

9. Imparidade de ativos

As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos. A constituição de imparidades segue genericamente e em analogia o critério fiscal de constituição de imparidades para dívidas com antiguidade superior a dois anos, com avaliação casuística.

Quadro 89 - 9.1. Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

(valores expressos em euros)

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo valor	Valor de uso
Dívidas de cobrança duvidosa						
Dívidas de clientes	Gerador de caixa	15.349.845	3.716.194	11.633.650		Fluxos de caixa
Outras dívidas de terceiros	Gerador de caixa					Fluxos de caixa
Total		15.349.845	3.716.194	11.633.650		

As dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes ascendiam a 15.349.845€, em 31 dezembro 2020, com imparidades acumuladas de 3.716.194€, o que corresponde a 24% do total da dívida.

O critério de cálculo sobre as imparidades para clientes de dívidas de cobrança duvidosa considerou os seguintes pressupostos:

- Provisões realizadas para toda a dívida com exceção de clientes do estado integrados no SNS;

- Provisionadas em 100% as dívidas de entidades cujos saldos estejam em mora há mais de 24 meses;
- Provisionadas em 50% as dívidas de entidades privadas cujos saldos estejam em mora há mais de 12 meses e até 24 meses.

No ano 2020 foram constituídas imparidades para cobrança duvidosa, no montante de 2.373.326€, sendo o valor mais significativo o valor respeitante à ADSE, no valor total de 1.970.029€, saldo com antiguidade significativa, não reconhecidos por esta Entidade que, entretanto, saiu do perímetro de consolidação da ACSS.

10. Inventários

Os inventários estão valorizados ao custo de aquisição, sendo o custo médio ponderado o método utilizado para o custeio das saídas.

Quadro 90 - 10.1. Inventários

(valores expressos em euros)

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)-(2)-(3)
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	14.921.118	0	14.921.118
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	14.921.118	0	14.921.118

Quadro 91 - 10.1. Inventários - Movimentos do período

(valores expressos em euros)

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de Perdas por imparidade	Outras reduções inventários	Outros aumentos inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.521.691	70.339.783	63.887.560				52.795		14.921.118
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	8.521.691	70.339.783	63.887.560	0	0		52.795		14.921.118

A quantia escriturada inicial corresponde às Existências de 8.521.691€, sendo a quantia escriturada final corresponde às Existências de 14.921.118€ à data de 31 dezembro 2020.

13. Rendimentos de transações com contraprestação

Os movimentos registados tiveram como princípio a NCP 13 do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro de 2015, onde é referido o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação.

As transações com contraprestação, em 2020, foram de 149.837.132€, montante que representa um aumento de 7.811.570€ face ao ano anterior.

Quadro 92 - 13.1. Rendimentos com contraprestação

(valores expressos em euros)

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento reconhecido em 2020	Rendimento reconhecido em 2019
Taxas	1.250.426	2.348.347
Prestação de serviços	145.921.671	152.756.579
Venda de bens	1.245.172	1.159.520
Outros	1.419.863	1.384.257
Total	149.837.132	157.648.702

Quadro 93 - 13.2. Rendimentos com contraprestação – Detalhe Prestação de Serviço

(valores expressos em euros)

Prestação de serviços	Rendimento reconhecido em 2020	Rendimento reconhecido em 2019
Produção SNS (Contrato Programa 2020)	145.351.276	151.947.828
Acerto Contrato Programa 2015	-1.927.315	
Acerto Contrato Programa 2016	638.233	
Prestações de Saúde de Financiamento Vertical	13.123	3.581
Programas Financiamento COVID	1.044.216	
Produção Não SNS	802.139	805.170
Total	145.921.671	152.756.579

Em relação à produção SNS do Contrato Programa 2020, a mesma encontra-se em maior detalhe na nota 2.6 do presente documento.

14. Rendimentos de transações sem contraprestação

Os movimentos registados tiveram como princípio a NCP 14 do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro de 2015, onde é referido o rendimento proveniente de transações sem contraprestação, com exceção daquelas que originem uma concentração de entidades.

O valor mais significativo de Rendimentos sem contraprestação, refere-se aos Rendimentos de Contexto proveniente no Contrato Programa de 2020 do HFF, EPE para a prestação de cuidados, no montante de 39.376.191€, valor que aumentou comparativamente com o valor do Contrato Programa 2019 que foi no montante de 33.702.183€.

Quadro 94 - 14.1. Rendimentos sem contraprestação

(valores expressos em euros)

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período		Quantia por receber		Adiantamentos recebidos
	(2)		(3)		
	Resultados	Património líquido	início do período	Final do período	
Subsídios	2.665.961				
Rendimentos de Contexto	39.376.191				
Outros	501.552				
Total	42.543.704				

15. Provisões. Passivos contingentes e ativos contingentes

No ano de 2020, foi criada uma provisão para Impostos, contribuições e taxas no valor de 57.414€ e Outras Provisões - Juros de Mora no valor de 1.242.375€. O valor de aumentos em 2020 de provisões foi de 1.299.790€.

Quadro 95 - 15.1. Provisões

(valores expressos em euros)

Provisão	Quantia escriturada inicial 2020	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) + (3) + (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) + (7) + (8)	
Impostos, contribuições e taxas	25.383	57.414			57.414		11.948		11.948	70.849
Garantias a clientes	151.716				0		35.727			115.989
Processos judiciais em curso	0	1.242.375			1.242.375					1.242.375
Outras Provisões - Juros de Mora										
Total	177.099	1.299.790	0	0	1.299.790	0	47.675	0	11.948	1.429.213

17. Acontecimentos após a data de relato

O ano de 2020 foi fortemente marcado pelo estado de pandemia de COVID-19, associada à infeção por SARS-Cov-2. Cumprindo a circular n.º 1398, de 8 de abril, da DGO, o HFF procedeu às alterações orçamentais necessárias em 2020, para identificar as dotações e despesas relacionadas com o combate ao coronavírus, criando as medidas 095 "Contingência COVID 2019 – prevenção, contenção, mitigação e tratamento e 096 "Contingência COVID 2019- garantir normalidade" e elaborou o orçamento para 2021 com base na perspetiva de continuidade da situação pandémica.

Face à incerteza da situação vivida e da experiência tida em 2020, refere-se que em 2021, à data deste relatório foram assumidos os compromissos abaixo indicados no valor de 11.013.267€.

Quadro 96 – Impacto Medida 95 e 96 nos gastos 2021 à data do relato

	Medida 95 - COVID	Medida 96 - Retoma	Total
CMVMC	4.943.820	3.247	4.947.067
Medicamentos	341.966	0	341.966
Outros Produtos Farmacêuticos	1.705.089	0	1.705.089
Material de Consumo Administrativo	2.597.184	0	2.597.184
Material de Consumo Hoteleiro	96.115	0	96.115
Outros Material	203.465	3.247	206.712
Fornecimentos e Serviços Externos	1.793.865	442.925	2.236.790
Internamentos no Exterior	735.088	442.925	1.178.013
Transporte de doentes	6.180	0	6.180
Limpeza e Higiene	230.278	0	230.278
Conservação e Reparação	139.611	0	139.611
Locação	77.097	0	77.097
Vigilância e Segurança	22.066	0	22.066
Trabalhos Especializados	583.545	0	583.545
Recursos Humanos (gastos a abril 2021)	2.354.057	0	2.354.057
Total de Gastos	9.091.742	446.172	9.537.914
Total de Imobilizado	1.469.811	5.541	1.475.352
Total de Compromissos Assumidos	10.561.554	451.713	11.013.267

À data de elaboração deste Relatório o país encontra-se numa fase de contenção efetiva da pandemia e implementação do plano de vacinação, estando o HFF a atingir números mínimos de doentes internados. No entanto, nos meses de janeiro e fevereiro foram atingidos valores históricos de doentes COVID internados, o que implicou a suspensão da atividade assistencial não urgente. Desta forma, a 30 de abril, atividade realizada face à esperada para o período regista uma redução, mas em recuperação, consequência dos efeitos já referidos.

Assim sendo, o impacto registado no período nas principais linhas de atividade é o seguinte:

- Consulta Externa: +1.611 consultas médicas (+1,5%)
- Internamento: -1.109 doentes saídos (-12,2%)
- Cirurgias: -1.789 cirurgias (-33,3%)
- Urgência: -9.211 atendimentos (-14,7%)
- Hospital de Dia: -1.639 sessões (-20,6%).

O Conselho de Administração considera que este agravamento subsequente da pandemia no primeiro trimestre de 2021, que teve um impacto muito significativo na atividade assistencial do HFF, como antes demonstrado, não permitirá recuperar os níveis de atividade negociados com a ARSLVT, pelo que terão de ser encontradas formas de financiamento de contingência não dependentes exclusivamente da atividade hospitalar.

18. Instrumentos Financeiros

Quadro 97 - 18.1 - Ativos financeiros

(valores expressos em euros)

(valores expressos em euros)

Rubricas	2020								Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições				
		Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado menos imparidade									
Clientes	24.083.768						-2.373.326	-10.076.792	11.633.650
Estado	269.332								269.332
Outras contas a receber	30.288.210							-9.219.790	21.068.420
Caixa e Depósitos bancários	2.846.855							-1.448.733	1.398.122
Outros Ativos Financeiros	373.711			151.730					525.441
Total	57.861.875	0	0	151.730	0	0	-2.373.326	-20.745.314	34.894.965

Os movimentos em Clientes, Contribuintes e Utentes estão detalhados na nota 9, sendo que 5.271.277€ (15.667.716€ em 31 de dezembro de 2019) correspondem ao saldo a receber da ACSS referente aos Contratos Programa de 2013 a 2020.

A Conta corrente do Cliente ACSS apresenta um saldo inferior face ao ano anterior justificado no seguimento dos ofícios da ACSS n.ºs 51796/2020 e 79897/2020 relativos aos acertos de contas dos contratos Programa celebrados até 2016, tendo sido emitida respetivamente uma Nota de Crédito no valor total de 1.927.315€, correspondendo ao processo de faturação do Acordo Modificativo de 2015 e uma Fatura no valor de 638.233€ respeitante ao acerto do Acordo Modificativo de 2016.

De referir ainda que na sequência de autorização do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde foi transferido para o HFF, no ano 2020, no âmbito dos adiantamentos do Contrato Programa, o montante de 9.105.956€, valor este afeto a Contratos Programa anteriores a 2011.

De referir ainda que no ano 2020 existiu um aumento das perdas por imparidade em dívidas de clientes essencialmente resultante da constituição de imparidade para a ADSE, que deixou de pertencer ao perímetro do SNS no final de 2019, no valor total de 1.970.029€.

Os saldos do Estado correspondem a regularizações de IVA a favor da entidade, pagamentos especiais por conta de IRC que se encontram por utilizar e a retenções sobre rendimentos prediais.

As Outras Contas a Receber apresentam um valor de 21.068.420€ detalhado da seguinte forma:

- 20.323.138€ relativos a acréscimos de Rendimentos, dos quais 16.122.326€ correspondem a valores a receber relativos a prestações de serviços no âmbito do SNS (essencialmente CP) conforme referido na nota 2.6. Os restantes 4.200.812€ correspondem a acréscimos de rendimentos com a ARS (1.474.657€), com Instituições do SEE (136.337€), com Instituições do SNS (146.374€) e os Acréscimos de Rendimentos com Outras Entidades (2.443.444€)

relacionados na sua maioria com Rappel & Acordos (1.973.261€), valores a Faturar a seguradoras (323.807€), valores de Taxas Moderadoras (138.340€) e outros (8.036€)

- 147.445€ correspondente a valores a receber relativos a Adiantamento e Cauções de Pessoal;
- 578.079€ corresponde Outros Credores Diversos, sendo 549.143€ relativo a faturas de fornecedores em receção e conferência também refletido na conta "2253000000_fornecedores_Faturas em conferência" e 28.935€ correspondentes a pagamentos efetuados em 2020 e regularizados no ano seguinte.
- 19.758€ corresponde a valores em Outros Devedores Diversos.

Os Outros Ativos Financeiros Não Correntes correspondem à participação no Fundo de Compensação do Trabalho.

Quadro 98 - 18.2 - Passivos financeiros

(valores expressos em euros)

Rubricas	2020							
	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Fornecedores	43.697.756			11.612.926			55.310.682	
Fornecedores de Investimento	477.290			3.832.196			4.309.486	
Adiantamento de clientes	8.459.399					-18.175	8.441.224	
Estado	3.689.307			435.445			4.124.752	
Outras contas a pagar	19.881.352					-2.293.830	17.547.336	
Total	76.205.104	0	0	15.880.567	0	-2.312.004	89.733.480	

As dívidas a Fornecedores apresentavam um aumento de 11.612.926€ face à quantia escriturada inicial, o aumento do valor da dívida está diretamente relacionado com o combate à Pandemia COVID 19, houve a necessidade de aquisição de um volume adicional de medicamentos e para o material de Consumo Clínico a quantidade de material de proteção adquirido aumentou consideravelmente.

Os adiantamentos de Clientes correspondem a 8.441.224€ e referem-se a adiantamentos do Contrato Programa ACSS.

Os saldos do Estado correspondem aos descontos sobre as remunerações de dezembro 2020 a liquidar em janeiro 2021, ao IVA a pagar em 2021 referente ao mês de dezembro de 2020 e ao montante de imposto estimado de IRC.

As Outras Contas a Pagar apresentam um valor de 17.547.336€ no Balanço, sendo que a maioria do valor corresponde a Acréscimos de Gastos (17.360.980€). Dos Acréscimos de Gastos, destacamos os efetuados com Pessoal (14.187.424€) e com Subcontratos e Fornecimentos e Serviços Externos (3.173.556€).

Património Líquido

O HFF registou em 2020, um aumento de 6.700.446€ em numerário, nos termos dos Despachos Conjuntos do Secretário de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado da Saúde, de 3 de março e 30 de dezembro de 2020, para cobertura de prejuízos transitados que, de acordo com as orientações da ACSS, foi registado em Resultados Transitados.

O Património Líquido inclui um total de 82.538.757€ na rubrica "Outras variações no património líquido" resultantes do registo contabilístico do edifício do Hospital em 2009 pelo seu valor de avaliação (73.730.000€), valor que aguarda despacho da tutela para ser incorporado no Património, bem como do valor líquido dos bens que transitaram da anterior empresa Hospital Amadora/Sintra, Sociedade Gestora, SA (8.808.757€), estando o HFF a aguardar resposta a requerimento enviado à Direção Geral do Tesouro e Finanças a solicitar a afetação ao HFF da propriedade dos edifícios que constituem o Hospital.

19. Benefícios dos empregados

O número de efetivos do HFF, EPE, em 31 dezembro 2020 era de 3.180, mais 52 efetivos do que os existentes em 31 dezembro 2019, 3.128.

Os benefícios dos empregados em 2020 correspondem exclusivamente aos processamentos mensais de remunerações, resumidos na tabela seguinte, não existindo quaisquer benefícios adicionais.

Quadro 99 - 19.1. Benefícios dos empregados - Valor presente da obrigação de benefícios definidos

(valores expressos em euros)

Remunerações, suplementos, outras componentes remuneratórias e encargos	31/12/2020	31/12/2019
Total das remunerações base	51.846.870	50.466.024
Total de subsídio de férias / Natal	9.706.872	9.153.158
Total de subsídios de refeição	3.063.645	2.949.110
Total do abono de ajudas de custo e de transporte	2.545	4.567
Total de remunerações por trabalho suplementar e extraordinário	8.627.330	7.422.197
Total de suplementos e outras componentes remuneratórias	12.663.216	13.023.063
Total de encargos sobre remunerações	19.439.880	18.783.719
Total	105.350.357	101.801.839

Face a 2019 e no que concerne ao trabalho suplementar (horas extraordinárias e de prevenção) o aumento é justificado pelo crescimento do absentismo relacionado com o contexto pandémico e/ou encerramento escolar, mobilização de profissionais para áreas COVID e implementação de novas escalas de prevenção no âmbito do combate à pandemia COVID-19 (Medicina Intensiva, transporte de doentes críticos e Linha Apoio COVID).

20. Divulgação de partes relacionadas

Procede-se à divulgação das transações efetuadas em 2020 com as entidades do SNS integrantes do perímetro de consolidação de contas do Ministério da Saúde. São divulgadas as transações ativas e passivas ocorridos durante o ano de 2020.

Quadro 100 - 20.1.1. Divulgações de partes relacionadas - Ganhos/Ativos

(valores expressos em euros)

Nome Entidade	Descrição Rúbrica				Total Geral
	Outros rendimentos e ganhos	Prestações de serviços e concessões	Transferências e subsídios correntes obtidos	Vendas	
Administração Central do Sistema de Saúde, IP		145.188.845	39.376.191		184.565.036
ARS LISBOA VALE TEJO IP	15.347	290		1.243.830	1.259.467
C. Hospitalar Lisboa Ocidental EPE	243.857	2.485			246.342
CENTRO HOSP LISBOA NORTE, EPE	179.839	2.305			182.144
CENTRO HOSP PSIQUIATRICO LISBOA	15.707				15.707
CENTRO HOSP. UNIVERSITARIO ALGARVE		788			788
CENTRO HOSPIT BARREIRO MONTIJO EPE	49.056				49.056
CENTRO HOSPITALAR COVA DA BEIRA EPE	31.414				31.414
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL		1.526			1.526
CENTRO HOSPITALAR OESTE EPE		1.022			1.022
CENTRO HOSPITALAR SETUBAL EPE	79.309				79.309
HOSPITAL DISTRITAL SANTARÉM	139.674				139.674
Hospital Espírito Santo	15.707				15.707
Hospital Garcia da Orta, SA	99.598	10.514			110.112
INEM	81.873	117			81.990
INSTITUTO PORTUGUES DO SANGUE		90			90
IPO - C.Reg. Oncologia de Lisboa,SA		1.097			1.097
SUCH	18.829				18.829
ULS DO LITORAL ALENTEJANO EPE		-1.455			-1.455
UNID LOCAL SAÚDE BXO ALENTEJO EPE	17.930				17.930
UNID LOCAL SAÚDE CASTELO BRANCO EPE	15.707				15.707
TOTAL	1.003.848	145.207.621	39.376.191	1.243.830	186.831.489

Quadro 101 - 20.1.2. Divulgações de partes relacionadas Gastos/Passivos

(valores expressos em euros)

Nome Entidade	Descrição Rúbrica				Total Geral
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com pessoal	Outros gastos e perdas	
Instituto Português do Sangue e da Transplantação	12.028	761.202			773.230
Instituto Nacional de Saúde Dr.Ricardo Jorge, IP	1.252	25.664			26.916
Instituto Oftalmológico Dr.Gama Pinto		265			265
ARS Lisboa V.T.	347	2.208.063			2.208.410
ACSS-Admin Central Sistema Saú		18.977			18.977
Centro Hospitalar da Cova da Beira, EPE		22			22
Instituto Português de Oncologia - Porto, EPE		16.412			16.412
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE		190.614			190.614
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE		69.826			69.826
Centro Hospitalar do Porto, EPE		851			851
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE		52.236			52.236
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE		1.846			1.846
Hospital de Sta Maria Maior, EPE		1.103			1.103
Inst Port Oncol Francisco Gentil		1.246			1.246
DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE		0			0
Serviços de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH)		3.198.169		3.000	3.201.169
TOTAL	13.627	6.546.497	0	3.000	6.563.123

Quadro 102 - Informação dos saldos devedores e saldos credores das entidades pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde a 31-12-2020

Entidade	NIF	Saldo devedor em 31.12.2020	Saldo Credor em 31.12.2020
SUCH -Serviço de Util. Comun dos Hospitais	500900469	2.974	-1.590.829
INEM	501356126	54.802	
Inst Nac. Saúde Dr Ricardo Jorge	501427511		-34.221
Inst. Português Sangue e Transplantação	502423943	180	-850.433
A.R.S. SUB-REGIAO DE SAUDE LEI	503122165	-894	-195
ARS DO ALENTEJO	503148768	38	-38
ARS LISBOA VALE TEJO IP	503148776	3.202.476	-7.938.858
Hospital de Sta Maria Maior, EPE	506361381		-1.103
Hospital Distrital Santarém	506361462	626.483	
Hospital Garcia da Orta, SA	506361470	365.448	-1.620
CENTRO HOSPITALAR MEDIO TEJO E.P.E	506361608	252	
INST.PORT. ONCOLOGIA DE LX	506361616	1.977	-957
CENTRO HOSPITALAR COVA DA BEIRA EPE	506361659	56.614	-22
IPO Porto, EPE	506362299		-16.412
CENTRO HOSPITALAR SETUBAL EPE.	507606787	149.889	-3.998
Centro Hospitalar Lisboa Ocidental,EPE	507618319	726.991	-192.959
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL,EPE	508080142	33.586	-112.275
Hospital Espírito Santo	508085888	17.002	
ULSNA UNID LOCAL SAÚDE NORTE ALENT	508094461	133.883	
Administração Central do Sistema de saúde	508188423		-41.121
Administração Central do Sistema de saúde	508188423	5.271.277	-8.441.224
CENTRO HOSP. UNIV. PORTO, EPE	508331471		-675
CENTRO HOSP PSIQUIATRICO LISBOA	508338476	6.617	
Centro Hospitalar Lisboa Norte EPE	508481287	503.408	-108.371
UNID LOCAL SAÚDE BXO ALENTEJO EPE	508754275	43.019	-7.358
CENTRO HOSPIT BARREIRO MONTIJO EPE	509186998	82.315	
UNID LOCAL SAÚDE CASTELO BRANCO EPE	509309844	29.315	
Centro Hospitalar São João, EPE	509821197		-1.860
Centro Hospitalar e Univers. Coimbr	510103448	1.113	-13.389
ULS DO LITORAL ALENTEJANO EPE	510445152	1.347	
CENTRO HOSP. UNIVERSITARIO ALGARVE	510745997	1.098	
CENTRO HOSPITALAR OESTE EPE	514993871	16.834	
INST. OFTALMOL. DR. GAMA PINTO	600000052		-369

30. Outras divulgações

Apresenta-se os quadros abaixo com o total dos Outros Rendimentos e Ganhos e dos Fornecimentos e Serviços Externos que, muito embora uma parte já esteja referida na nota 20, divulga-se em maior pormenor as diversas rubricas que compõem os respetivos saldos na Demonstração de Resultados.

Quadro 103 – Outros rendimentos e ganhos

(valores expressos em euros)

Descrição Rúbrica	Campo	Descrição	Saldo 31 Dez 2020	Saldo 31 Dez 2019
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	124.862	434.891
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Rendimentos Suplementares - Formação	45.380	63.051
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Rendimentos Suplementares - Investigação	221.255	339.629
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Rendimentos Suplementares - Outros		13.179
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Reembolsos de telefone		
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Instituições do SPA/SNS	66.819	144.029
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Instituições do SEE		22.072
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Outras entidades	681	7.293
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Outros Reembolsos	933.212	360.111
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Outros rendimentos	27.653	
Outros rendimentos e ganhos	78.4 - Ganhos em Inventários	Ganhos em inventários - Outros ganhos	12	9.290
Outros rendimentos e ganhos	78.8 - Outros	Diferenças de câmbio favoráveis na atividade operacional	356	438
Outros rendimentos e ganhos	78.6 - Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	Fundo de Compensação de Trabalho(FCT)	21.675	14.738
Outros rendimentos e ganhos	78.8 - Outros	Correções relativas a períodos anteriores - Outras	114.615	
Outros rendimentos e ganhos	78.8 - Outros	Outros benefícios penalidade contratuais	98.883	54.734
Outros rendimentos e ganhos	78.8 - Outros	Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	14.991	0
Outros rendimentos e ganhos	78.8 - Outros	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	233.612	29.632
Outros rendimentos e ganhos	78.8 - Outros	Juros de mora	160	
Outros rendimentos e ganhos	78.8 - Outros	Outros não especificados - Outros	17.248	76
Total			1.921.415	1.493.164

A variação mais significativa de 2020 face ao homólogo, é na componente dos Outros Reembolsos com um aumento de 573.100€. Este crescimento resulta da refaturação a outras entidades do SNS dos doentes internados na psiquiatria no exterior e que são referenciados pelas mesmas.

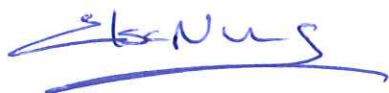
Quadro 104 – Fornecimentos e Serviços Externos

(valores expressos em euros)

Campo	Descrição	Saldo 31 Dez 2020	Saldo 31 Dez 2019
	Deslocações, estadas e transportes		
	Energia e fluidos		
	Materiais de consumo		
	Serviços diversos		
	Serviços especializados		
	Subcontratos		
62.1.1.1.1 - Patologia clínica		850.015	850.015
62.1.1.1.2 - Anatomia patológica		191.249	191.249
62.1.1.1.3 - Imagiologia		882.047	882.047
62.1.1.1.4 - Cardiologia		255.017	255.017
62.1.1.1.6 - Medicina nuclear		281.002	281.002
62.1.1.1.7 - Gastroenterologia		205.065	205.065
62.1.1.1.9 - Outros Meios de Diagnóstico		41.291	41.291
62.1.1.2.2 - Medicina física e de reabilitação		412	412
62.1.1.2.4 - Cuidados Respiratórios Domiciliários		1.590.896	1.590.896
62.1.1.2.5 - Unidades terapêuticas de sangue		753.321	753.321
62.1.1.2.6 - Radioterapia			
62.1.1.2.9 - Outros Meios Comp. de terapêutica		44.476	44.476
62.1.1.5 - Internamentos		15.142.537	15.142.537
62.1.1.9.1 - Assistência ambulatória		381.552	381.552
62.1.1.9.3 - Assistência no estrangeiro		12.890	12.890
62.1.1.9.9 - Outros		341.963	341.963
62.2 - Serviços especializados		15.264.277	15.264.277
62.3 - Materiais de consumo		263.537	263.537
62.4 - Energia e fluidos		1.950.092	1.950.092
62.5.1 - Deslocações e estadas		4.756	4.756
62.5.3 - Transportes de mercadorias e outros bens vendidos		216	216
62.5.5 - Transporte de doentes		816.486	816.486
62.6 - Serviços diversos		2.494.046	2.494.046
		821.459	1.929.176

O valor de gastos em Fornecimentos e Serviços Externos é de 41.767.144,30€, apresentando um aumento de 1.929.176,20€, de 2019 para 2020. Este aumento deve-se essencialmente à rubrica de Subcontratos e concessões de serviços que cresceu 308.143,51€, à rubrica de Serviços especializados que cresceu 1.351.882,51€ e os Serviços diversos que cresceram 568.846,84€, face ao período homólogo.

O Técnico de Contas

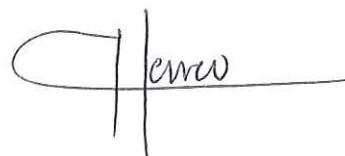


O Conselho de Administração



João Fernandes F.
M. V.

Alexandre Teixeira



Demonstrações Orçamentais

DOR1. Demonstração do desempenho orçamental

Quadro 105 – Demonstração do desempenho orçamental recebimentos

(valores expressos em euros)

Rubrica	RECEBIMENTOS	Fontes de Financiamento						N-1
		RP	RG	EU	EMP	Fundos Alçados	Total	
	Saldo de gestão anterior							
	Operações orçamentais (1)	2.846.855					2.846.855	2.200.920
	Devolução do saldo Oper orçamentais							
	Recebimento do saldo devolvido por entidades terceiras							
	Operações de tesouraria (A)							
	Recorre corrente	202.662.760	0	331.124	0	0	202.993.885	200.789.097
R1	Recorre fiscal	0	0	0	0	0	0	0
R1.1	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0
R1.2	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subistemas de saúde	0	0	0	0	0	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1.288.476	0	0	0	0	1.288.476	2.341.691
R4	Rendimentos de propriedade	0	0	0	0	0	0	0
R5	Transferências Correntes	2.808.829	0	331.124	0	0	3.139.953	74.800
R5.1	Administrações Públicas	2.808.829	0	0	0	0	2.808.829	74.800
R5.1.1	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	83.996	0	0	0	0	83.996	74.800
R5.1.3	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
R5.1.4	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
R5.1.5	Administração Local	2.724.833	0	0	0	0	2.724.833	0
R5.2	Exterior - UE	0	0	331.124	0	0	331.124	0
R5.3	Outras	0	0	0	0	0	0	0
R6	Venda de bens e serviços	198.585.455	0	0	0	0	198.585.455	198.371.605
R7	Outras receitas correntes	0	0	0	0	0	0	0
	Recorre de capital	0	0	0	0	0	0	0
R8	Venda de bens de investimento	0	0	0	0	0	0	0
R9	Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0
R9.1	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0
R9.1.1	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
R9.1.3	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
R9.1.4	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
R9.1.5	Administração Local	2.724.833	0	0	0	0	2.724.833	0
R9.2	Exterior - UE	0	0	0	0	0	0	0
R9.3	Outras	0	0	0	0	0	0	0
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0	0	0	0	0	0	0
	Recorre efetiva (2)	202.662.760	0	331.124	0	0	202.993.885	200.789.097
	Recorre não efetiva (3)	6.700.446	0	70.851	0	0	6.771.297	7.521.256
R12	Recorre com Ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
R13	Recorre com Passivos financeiros	6.700.446	0	70.851	0	0	6.771.297	7.521.256
	soma (4)=(1)+(2)+(3)	212.210.061	0	401.975	0	0	212.612.036	210.511.273
	Operações de tesouraria (B)							

Quadro 106 – Demonstração do desempenho orçamental pagamentos

(valores expressos em euros)

[illegible]

DOR2. Demonstração de execução orçamental da receita

Quadro 107 – Demonstração de execução orçamental da receita

(valores expressos em euros)

Classificações orçamentais detalhadas	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas líquidas	Receitas anuidades	Receitas cobradas brutas	Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período
						Períodos anteriores	Períodos correntes	Total	
Receita corrente									
R3 Taxas, multas e outras penalidades	1.288.477	0	1.288.476	0	1.288.476	0	1.288.476	1.288.476	0
R5 Transferências Correntes	3.480.516	54.685	3.140.070	0	3.139.953	6.800	3.133.153	3.139.953	54.802
R5.1 Administrações Públicas	2.931.886	54.685	2.808.946	0	2.808.819	6.800	2.802.019	2.808.819	54.802
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	201.400	54.685	84.113	0	83.996	6.800	77.196	83.996	54.802
R5.1.5 Administração Local	2.729.486	0	2.724.833	0	2.724.833	0	2.724.833	2.724.833	0
R5.2 Exterior - UE	548.650	0	331.124	0	331.124	0	331.124	331.124	0
R6 Venda de bens e serviços	198.565.458	25.371.951	189.777.629	1.289.082	198.565.455	11.216.426	187.349.029	198.565.455	15.295.043
Receita capital									
R13 Receita com Passivos Financeiros	11.592.115	0	6.771.297	0	6.771.297	0	6.771.297	6.771.297	0
Outras Receitas									
R14 Saldo de Gestão Anterior - Operações Orçamentais	2.846.855	0	2.846.855	0	2.846.855	0	2.846.855	2.846.855	0
Total	219.573.441	25.426.636	203.824.327	1.289.082	212.612.036	11.223.226	201.388.811	212.612.036	15.349.845

DOR3. Demonstração de execução orçamental da despesa

Quadro 108 – Demonstração de execução orçamental da despesa

(valores expressos em euros)

Classificações orçamentais detalhadas	Dotações corrigidas	Compromissos Assumidos	Despesas pagas brutas	Despesas pagas líquidas			Obrigações por pagar
				Períodos anteriores	Período corrente	Total	
Despesa corrente	206.920.367	265.187.048	206.222.328	44.266.467	161.955.861	206.222.328	58.964.719
D1 Despesas com o pessoal	105.575.822	104.432.575	104.430.545	8.459.403	95.971.142	104.430.545	2.030
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	65.770.312	65.032.321	65.030.292	6.254.857	58.775.435	65.030.292	2.030
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	19.662.447	19.377.383	19.377.383	723.522	18.653.861	19.377.383	0
D1.3 Segurância social	20.143.063	20.022.870	20.022.870	1.481.024	18.541.846	20.022.870	0
D2 Aquisição de bens e serviços	101.085.405	160.279.667	101.532.645	35.701.388	65.831.257	101.532.645	58.747.022
D3 Juros e outros encargos	5.138	6.953	5.137	466	4.671	5.137	1.816
D4 Transferências correntes	12.439	12.438	12.438	0	12.438	12.438	0
D4.3 Famílias	12.439	12.438	12.438	0	12.438	12.438	0
D6 Outras despesas correntes	241.563	455.415	241.563	105.211	136.352	241.563	213.852
Despesa capital	11.254.952	9.582.811	4.991.586	644.422	4.347.164	4.991.586	4.591.225
D7 Investimento	11.254.952	9.582.811	4.991.586	644.422	4.347.164	4.991.586	4.591.225
Despesa não efetiva	0	0	0	0	0	0	0
D10 Ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
Operações de tesouraria (B)	0	0	0	0	0	0	0
Total	218.175.319	274.769.858	211.213.914	44.910.889	166.303.025	211.213.914	63.555.944

DOR4. Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos

O HFF, EPE não apresenta, neste relatório a Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos, tendo em conta que não estão aprovados os investimentos para anos seguintes.

Anexo às Demonstrações Orçamentais

DOR5.1. Alterações orçamentais da receita

A previsão inicial da receita para 2020 foi de 200.333.840€, sendo o valor do saldo de gerência de 2.846.855€ e de créditos especiais de 16.392.746€. Tendo em conta as variações no exercício a previsão corrigida foi de 219.573.441€.

Os movimentos de reforço da receita, registados na rubrica R13, no total de 6.700.446€, referem-se a duas transferências recebidas em março e dezembro de 2020, para cobertura de prejuízos, no valor de 745.816€ e 5.954.630€, respetivamente - Despacho SEO, SET e SEAS, de 03 de Março e Despacho SEO, SET e SES, de 30 de Dezembro.

Quadro 109 – Alterações orçamentais da receita

(valores expressos em euros)

Rubrica orçamental (1)	Receita				
	Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7) = (3) + (4) - (5) + (6)
		Inscrições/reforços (4)	Diminuições/anulações (5)	Créditos especiais (6)	
Receita Corrente					
R3 - Taxas, multas e outras penalidades				1.288.477	1.288.477
R4 - Rendimentos de propriedade					0
R5.1.2 - Administração Central - Outras entidades	202.400				202.400
R5.1.5 - Administração Local				2.729.486	2.729.486
R5.2 - Exterior - UE	548.650				548.650
R6 - Venda de bens e serviços	192.891.121			5.674.337	198.565.458
R7 - Outras receitas correntes					0
Receita de Capital					
R13 - Receitas com Passivos financeiros	6.691.669			6.700.446	13.392.115
Outras Receitas					
R14 - Saldo da Gerência anterior - operações orçamentais		2.846.855,00			2.846.855
Total	200.333.840	2.846.855	0	16.392.746	219.573.441

DOR5.2. Alterações orçamentais da despesa

A dotação inicial da despesa para 2020 foi de 200.333.840€, sendo o valor de inscrições/reforços de 15.479.755€, de diminuições/anulações de 14.031.022€ e de créditos especiais de 16.392.746€. Tendo em conta as variações no exercício a dotação corrigida foi de 218.175.319€.

Quadro 110 – Alterações orçamentais da despesa

(valores expressos em euros)

Rubrica orçamental (1)	Despesa				
	Dotações Iniciais (3)	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas (7) = (3) + (4) - (5) + (6)
		Inscrições/reforços (4)	Diminuições/anulações (5)	Créditos especiais (6)	
Despesa Corrente					
D1 - Despesas com o pessoal					
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	65.764.309	2.092.151	2.745.481	659.333	65.770.312
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	19.662.447	1.580.648	1.580.648	0	19.662.447
D1.3 - Segurança social	19.206.764	776.360	123.030	282.969	20.143.063
D2 - Aquisição de bens e serviços	89.088.780	9.084.814	9.543.699	12.455.510	101.085.405
D3 - Juros e outros encargos	1.260	3.878	0	0	5.138
D43 - Famílias	50.603	0	38.164	0	12.439
D6 - Outras despesas correntes	45.409	196.154	0	0	241.563
Despesa de Capital					
D7 - Investimento	6.514.268	1.745.750	0	2.994.934	11.254.952
Total	200.333.840	15.479.755	14.031.022	16.392.746	218.175.319

DOR5.3. Alterações ao plano plurianual de investimentos

O HFF, EPE não apresenta, neste relatório a Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos e respetivo mapa de alterações ao plano, tendo em conta que não estão aprovados os investimentos para anos seguintes.

DOR5.4. Operações de tesouraria

O HFF, EPE não apresenta neste relatório a Demonstração de operações de tesouraria, uma vez que no ano de 2020 não foram realizadas este tipo de operações.

DOR5.5. Contratação administrativa - Situação dos contratos

O HFF, EPE informa que com o sistema informático em uso não é possível facultar a informação pretendida. O HFF está a trabalhar na reestruturação do sistema a fim de preparar *reports* de contratação para as entidades reguladoras e fiscalizadoras.

DOR5.6. Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento

O HFF, EPE informa que com o sistema informático em uso não é possível facultar a informação pretendida. O HFF está a trabalhar na reestruturação do sistema a fim de preparar *reports* de contratação para as entidades reguladoras e fiscalizadoras.

DOR5.8. Transferências e subsídios – Receita

Quadro 111 – Transferências e subsídios

(valores expressos em euros)

Tipo de receita	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade financiadora (3)	Receita prevista (4)	Receita recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução de transferências / subsídios ocorridos no exercício (7)	Observações (8)
Transferências de capital								
POSEUR	Portaria 57-B/2015, de 27 de Fevereiro	Investimento	Agência Desenvolvimento e Coesão	6 691 669	70 851	6 620 818	0	Projecto em curso - Valor Total Financiamento Reembolsável = 6 778 785
Cobertura de Prejuízos	Despacho SEO, SET e SEAS, de 09 de Março	Pagamento de Dividas Vencidas	DGTF	745 816	745 816	0	0	Aplicação exclusiva ao pagamento de dívida vencida, a fornecedores externos, por ordem de antiguidade da data de vencimento.
Cobertura de Prejuízos	Despacho SEO, SET e SES, de 30 de Dezembro	Pagamento de Dividas Vencidas	DGTF	5 954 630	5 954 630	0	0	Aplicação exclusiva ao pagamento de dívida vencida, a fornecedores externos, por ordem de antiguidade da data de vencimento.
Total transferências de capital				13 392 115	6 771 297	0	0	

DOR5.9. Outras divulgações

DOR5.9.1. Encargos contratuais

O HFF, EPE informa que com o sistema informático em uso não é possível facultar a informação pretendida. O HFF está a trabalhar na reestruturação do sistema a fim de preparar *reports* de contratação para as entidades reguladoras e fiscalizadoras.

DOR5.9.2. Dívidas por antiguidade de saldos

A dívida apresentada inclui todos os fornecedores do HFF (SNS e outros).

Quadro 112 – Dívidas por antiguidade de saldos

(valores expressos em euros)

Classificação Económica associada a cada uma das rubricas do DTAS	Descrição	Dívida vincenda	Intervalos de antiguidade da dívida vencida (em dias) *D				Exceções (D)	Pagamentos em atraso (E) = (2) + (3) + (4) - (D)
		Curto Prazo (A)	<90 (1)	[90 - 180] (2)	[180 - 365] (3)	> 365 dias (4)		
	Despesas Correntes							
02	Aquisições de Bens e Serviços	26.727.596,92	13.089.204,87	1.821.783,22	1.925.764,86	6.830.573,79		10.578.121,87
	Despesas de Capital							
07	Aquisições de Bens de Capital	3.657.771,07	370.464,25	230.643,46	14.391,00	36.216,17		281.250,63
	Soma	30.385.367,99	13.459.669,12	2.052.426,68	1.940.155,86	6.866.789,96		10.859.372,50

Considerando apenas os valores dos fornecedores externos, o valor da dívida vincenda é de 29.751.191,01, o valor da dívida vencida é de 13.741.519,65, incluído 2.156.687,41 de pagamentos em atraso.

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

João Luís de F.

Alexandre Teodoro

Relatório e parecer do Conselho Fiscal

*
?
yf
H
H
H
H
H